

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

LUCIANE MARIA SUSIN

**O MAL-ESTAR NA CULTURA E SUAS INCIDÊNCIAS
NA CLÍNICA EM CONTEXTOS DE EXCLUSÃO**

**PORTO ALEGRE
2012**

Luciane Maria Susin

**O MAL-ESTAR NA CULTURA E SUAS INCIDÊNCIAS
NA CLÍNICA EM CONTEXTOS DE EXCLUSÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Poli.

Porto Alegre
2012

Luciane Maria Susin

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação “**O mal-estar na cultura e suas incidências na clínica em contextos de exclusão**”, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dissertação defendida e aprovada em: 19 de abril de 2012

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Betty Fuks
(PPG – Universidade Veiga de Almeida/RJ)

Profª. Drª. Simone Moschen Rickes
(PPGPSI –UFRGS)

Profª. Drª. Sandra Torossian
(Inst. Psico/UFRGS)

À Memória de Juliana e Rudimar.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional;

À orientadora, Maria Cristina Poli, que soube acolher as questões que se apresentaram na pesquisa e, de forma generosa, auxiliar a sua tradução para a escrita.

Aos Professores Édson Souza, Simone Rickes, Sandra Torossian e Analice Palombine, pela presença inspiradora durante o percurso.

Ao GT de Saúde Mental e Assistência Social da FASC, que testemunha a experiência de elaboração de uma prática pautada na psicanálise na política pública de assistência social.

À colega Maria de Lourdes Scarparo, pela presença amiga e acolhedora.

À colega Marisa Batista Warpechowski, pelo fazer em companhia.

Às colegas Marcia Tomassin, Rosely Cassou, Sílvia Zilá e Simone Tedesco, pela possibilidade de seguir compartilhando.

À equipe do CREAS Centro pela possibilidade de compor o trabalho.

À minha família, especialmente minha mãe, pela força e coragem que transmite.

Ao Gustavo, companheiro dessa e de outras histórias.

À Cecília, ao Bernardo e ao Tiago, meus filhos, meus amores, que me ensinam o mais importante.

[. . .] pois, essa pobreza é a essência da ficção, que é a de me tornar presente o que a faz irreal, acessível somente a leitura, inacessível a minha existência e nenhuma riqueza de imaginação, nenhuma exatidão de observação poderia corrigir essa indigência já que está sempre implícita na ficção e sempre colocada e retomada por ela através do conteúdo mais denso ou mais próximo do real que ela aceite receber (Maurice Blanchot).

Nós nascemos, por assim dizer, provisoriamente, em algum lugar; pouco a pouco é que compomos, em nós, o lugar da nossa origem, para lá nascer mais tarde e, a cada dia, mais definitivamente (Rainer-Maria Rilke).

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo colocar em análise a relação entre sujeito e laço social nas situações de sofrimento psíquico relacionadas à exposição do sujeito a violências sociais. Propomos pensar sobre a função e o lugar da escuta do sofrimento psíquico na política pública de assistência social, considerando o modo de organização desta política pública através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), buscando articular a dimensão subjetiva e singular dos sujeitos com a dimensão política e social. Estas interrogações se produziram em um espaço de acompanhamento, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), de famílias moradoras da Vila Chocolateão, em Porto Alegre, que foram reassentadas em outro ponto da cidade. Seus moradores mais antigos viviam há 24 anos neste local e, em sua maioria, trabalham essencialmente na catação e separação de lixo, sendo que muitos possuem, em suas trajetórias, histórias de vida na rua, além de ser uma comunidade em constante movimento na forma de habitar. A Vila Chocolateão e o coletivo de moradores que acompanhamos se apresentaram como um ponto de partida de uma construção que se deu aos poucos, incluindo as imprecisões, os estranhamentos e as interrogações para a composição de narrativas que nos serviram de guia no trabalho de escuta. Como um ponto de origem, a Vila Chocolateão – através de seus traços – foi dando lugar aos sujeitos de nossa pesquisa. Este estudo parte do pressuposto construído por Freud no texto “O Mal-Estar na Cultura” (1930 [2010]), de que vivemos sob diversas formas do mal-estar que nos trazem à tona a dimensão faltosa e de infelicidade de viver na coletividade, principalmente em decorrência das relações sociais. Frente ao reconhecimento da impossibilidade da supressão do mal-estar buscamos, nesse trabalho, situar, através da ética psicanalítica, um posicionamento que não esteja pautado pela sua eliminação, mas pela compreensão da heterogeneidade radical do inconsciente, a qual não é possível dominar e sim singularizar. Nesta direção, nos interessa interrogar as modalidades do laço que presentificam a exclusão social de maneira articulada aos significantes construídos em um dado momento da cultura. E, a partir desse exame, desenhar uma intervenção clínica na política pública de assistência social que leve em consideração o sujeito em sua singularidade, considerando as questões que emergem da clínica a respeito do trauma, do luto e das expressões da dor. Nesse sentido, apostamos na potência da narratividade em singularizar e dar voz ao testemunho dessa experiência. Neste trabalho, intentamos indicar o quanto a “exclusão” contrasta com a prática da transferência, que implica a suposição do sujeito em presença e propusemos discutir que perspectivas se lançam na clínica ao operarmos com o significante “exclusão” na referência ao singular do sujeito e não com seu correlato “inclusão”. Tal deslocamento de perspectiva poderia afetar a intervenção que se pauta por um ideal de universalidade de cidadania, movendo-a em direção à abertura de uma escuta do sujeito que preserve a indissociabilidade entre clínica e política.

Palavras-chave: Mal-estar. Cultura. Sujeito. Laço social. Assistência social. Alteridade. Exclusão social. Singularidade. Transferência. Clínica. Política.

ABSTRACT

This research aims to put in question the relationship between subject and social ties in situations of psychological distress related to exposure of the subject to social violence. We propose to think about the role and place of hearing of psychological distress in the public policy of social assistance, considering the mode of organization of public policy through the Social Assistance System (SAS), seeking to articulate the subjective and unique to the size of the subject political and social. These questions were produced in a space monitoring in a Reference Center for Specialized Social Assistance (RCSSA) of families living in the Village Chocolatão, in Porto Alegre, who were resettled in another part of town. His older residents living in this place 24 years ago and, mostly, working mainly in grooming and separation of garbage, and many have in their history, stories of street life, besides being a community in constant motion in the form of dwell. The Village Chocolatão and the collective residents follow is presented as a starting point of a building that took place gradually, including the inaccuracies, the surprise and the questions for the composition of narratives that have served us as guide for the work of listening. As a point of origin, the Village Chocolatão – through their traces – was giving way to the subjects of our research. This study assumes constructed by Freud in the text “The Malaise in the Culture” (1930 [2010]), that we live under various forms of malaise that we bring up the scale fault and misfortune to live in the community mainly as a result of social relations. Faced with the recognition of the impossibility of removing the uneasiness we seek in this work place, through the psychoanalytic ethics, a position that is not guided by its elimination, but by understanding the radical heterogeneity of the unconscious, which is not possible to master, but singled. In this direction, we are interested in interrogating the terms of the bond that make this social exclusion in coordination with significant built in a given time of culture. And from this review, design a clinical intervention in the public policy of social assistance that takes into account the subject in its uniqueness, considering the issues that emerge from the clinic on trauma, mourning and the expression of pain. Accordingly, we rely on the power of narrative in single out and give voice to the testimony of this experience this work, intend to indicate how much the “exclusion” contrasts with the practice of transfer, which involves the assumption of the subject in the presence and proposed to cast discuss what prospects the clinic to operate with significant "exclusion" in reference to the singular subject and not with its correlate “inclusion”. This shift in perspective could affect the intervention that is guided by an ideal of universal citizenship, moving it toward the opening of a guy who listens to preserve the inseparability between practice and policy.

Key-words: Malaise. Culture. Subject. Social bond. Social assistance. Otherness. Social exclusion. Singularity. Transfer. Clinic. Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1	
1 PSICANÁLISE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma articulação entre clínica e política	13
1.1 O MAL-ESTAR E A SUBJETIVIDADE	16
1.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA	19
1.3 VULNERABILIDADES	25
1.4 SUJEITO, DESEJO, DIREITOS: uma discussão sobre a ética	26
1.5 CLÍNICA E POLÍTICA: psicanálise e intervenção social	28
1.6 O SINGULAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: do usuário ao sujeito	32
CAPÍTULO 2	
2 A INTERVENÇÃO CLÍNICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	34
2.1 SOBRE O MÉTODO	35
2.1.1 Clínica, Pesquisa e Intervenção	36
2.1.2 Narrativa e Transmissão	38
2.1.3 Sinais, Restos, Vestígios: construções da clínica	42
2.1.4 Confins da Psicanálise: articulações entre clínica e testemunho	43
2.2 SOBRE A EXPERIÊNCIA	46
2.2.1 Conhecer (N)outra Cidade	47
2.2.2 A Vila Chocolateiro: uma história, um coletivo	50
2.2.3 Outras Histórias	56
CAPÍTULO 3	
3 O TRAUMA E SUAS INCIDÊNCIAS NA CLÍNICA	64
3.1 CONCEPÇÕES ACERCA DA DIMENSÃO TRAUMÁTICA	66
3.2 TRAUMA E VULNERABILIDADE	69
3.3 TRAUMA ESTRUTURAL E CONTINGENTE	75
3.4 TRAUMA E REPRESENTAÇÃO: a viagem de Ulisses	80
CAPÍTULO 4	
4 O MAL-ESTAR NA CULTURA E O LAÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	85
4.1 O LUGAR DA ALTERIDADE: o homem e as multidões	85
4.2 AS INCIDÊNCIAS DO MAL-ESTAR NA CLÍNICA EM CONTEXTOS DE EXCLUSÃO	94
4.2.1 Identificação e Desidentificação	96
4.2.2 O Luto e a Experiência da Perda	101
4.2.3 A Melancolia e o Laço Social	106
4.3 O LUGAR E A FUNÇÃO DA CLÍNICA: a transferência como um operador	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo colocar em análise a relação entre sujeito e laço social nas situações de sofrimento psíquico relacionadas à exposição do sujeito a violências sociais. É também sua intenção refletir sobre os processos de construção do laço social nesses sujeitos, problematizando as diferentes posições e registros de alteridade.

Assim, propomos pensar sobre a função e o lugar da escuta do sofrimento psíquico na política pública de assistência social, considerando o modo de organização desta política pública através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), buscando articular a dimensão subjetiva e singular dos sujeitos atendidos com a dimensão política e social, enlace que, na psicanálise, lhe constitui, mas que no campo da política pública ainda se coloca como uma questão.

Nossa pesquisa parte do pressuposto construído por Freud em seus textos sobre a cultura de que vivemos sob diversas formas do mal-estar que nos trazem à tona a dimensão faltosa e de infelicidade de viver na coletividade, principalmente, conforme refere Freud no texto “O Mal-estar na Cultura” (1930 [2010]), em decorrência das relações sociais. Neste texto, afirma que o homem busca proteger-se do seu desamparo em situações que não controla: a finitude, a fragilidade do corpo e a agressividade na relação com o seu semelhante.

Entendemos que no laço social se organizam formas de supressão do mal-estar, visando sua eliminação. No entanto, o que buscamos nesse trabalho é situar, através da ética psicanalítica, um posicionamento frente ao mal-estar que não esteja pautado pela sua eliminação, mas pela compreensão da heterogeneidade radical do inconsciente, a qual não é possível dominar, e sim singularizar.

Para a psicanálise, a partir de Freud e Lacan, o sujeito se constitui em relação com o outro no laço social, em sua dimensão política, e com o Outro representante da cultura, e sobre estas relações podem incidir efeitos de desamparo social, violência, choques de cultura e exclusão.

Nesta direção, nos interessa interrogar as modalidades do laço que presentificam a exclusão social de maneira articulada aos significantes construídos em um dado momento da cultura. E, a partir desse exame, desenhar uma intervenção na política pública de assistência social que leve em consideração o sujeito em sua singularidade.

Dessa maneira, pensamos a exclusão social como uma representação da alteridade, ou seja, a colocação em cena de um outro que, embora faça conjunto, vive em uma posição de radical diferença, na medida em que se localiza à margem de um ideal e que, por muitas

vezes, não encontra significantes a serem compartilhados no ordenamento social. Então, que efeitos podem se produzir a partir dessa experiência e como agem nas modalidades de laço no social?

Abrir espaço para esta questão implica problematizar noções de inserção, inclusão e exclusão, com a finalidade de apontar a possibilidade de que o acolhimento da diferença produzida nos desencontros possa ser produtora de laço com o outro e não o indicativo de ruptura, ou seja, que para além da semelhança do espelho possa advir o novo.

Então, propomos pensar de que forma o enlace discursivo – que se produz na exclusão ou em situações limites – pode conter resistências próprias que apontem, no trabalho terapêutico, para o enfrentamento do sofrimento nas relações sociais através da presença da palavra, como forma de que a dimensão subjetiva não fique silenciada.

Nesse sentido, a aposta na potência da narratividade poderá ter o alcance de singularizar e dar voz ao testemunho dessa experiência? Buscamos discutir essa questão considerando que, para além das formas tradicionais da narração, encontramos elementos que podem nos indicar outras formas narrativas nas quais a história e a memória tornam possível ao sujeito se reinventar. Pois, como aponta Lacan (1953 [1998, p. 301]): “[. . .] eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto”.

Neste trabalho, intentamos indicar o quanto a “exclusão” contrasta com a prática da transferência enquanto suporte conceitual que implica a suposição do sujeito em presença. Trata-se também de pressupor, em uma escuta pautada pela transferência, o registro da alteridade, ou seja, a colocação em cena de um Outro que assegura uma posição de diferença antinômica à lógica da exclusão.

Assim, propusemos discutir que perspectivas se lançam na clínica ao operarmos com o significantes “exclusão” na referência ao singular do sujeito e não com seu correlato “inclusão”. Tal deslocamento de perspectiva poderia afetar a intervenção que se pauta por um ideal de universalidade de cidadania, movendo-a em direção à abertura de uma escuta do sujeito que preserve a indissociabilidade entre clínica e política.

Estas interrogações vêm se produzindo em um espaço de acompanhamento, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, de um grupo de famílias moradoras da Vila Chocolate, em Porto Alegre, que foram ser reassentadas em outro ponto da cidade. Seus moradores mais antigos viviam há 24 anos neste local e, em sua maioria, trabalham essencialmente na catação e separação de lixo, onde muitos possuem em suas trajetórias histórias de vida na rua, sendo uma comunidade que agrega muitos moradores de outras regiões e cidades, estando em constante movimento na forma de habitar.

Assim, tomamos a dimensão do lugar, que também se apresenta como uma questão para esse coletivo oriundo, em sua maioria, de acampamentos na beira do rio e que buscaram construir um lugar na vila, bem como, uma inscrição no laço social. No entanto, o deslocamento destas pessoas para outro ponto da cidade recoloca a questão da apropriação do espaço e construção de um lugar, termos utilizados por Endo (2005) de forma distinta e que apontam o lugar como construção a partir da presença contextualizada dos sujeitos, enquanto o espaço não oferece, de saída, esta condição.

Na análise dessas questões, buscamos a aproximação com a geografia urbana com o intuito de discutir como se dão espacialmente as relações sociais e a produção de espaço urbano. E buscou também interrogar sobre esta experiência, a qual não se trata apenas de uma mudança de lugar geográfico –, mas será que podemos pensar que de forma alegórica, esse movimento pode nos dizer da construção de um lugar no laço social, que cada um, considerando, sua trajetória está implicado em produzir?

Tomamos este grupo como espaço de escuta dos elementos colocados em questão pelos significantes produzidos no coletivo: mudança, lugar, cidade, incêndios, rua, mortes, trabalho, lixo, esperança. E cuja função foi propiciar uma narrativa que pudesse oferecer lugar à implicação singular de cada sujeito no processo coletivo a que estiveram submetidos. Bem como, articular esta experiência à sua potência na forma de produção de um saber e de uma memória.

A Vila Chocolate e o coletivo de moradores que acompanhamos se apresentaram como um ponto de partida de uma construção que se deu aos poucos, incluindo as imprecisões, os estranhamentos e as interrogações para a composição de algumas histórias que nos serviram de guia no trabalho de escuta. Como um ponto de origem, a Vila Chocolate, através de seus traços, foi dando lugar aos sujeitos de nossa pesquisa.

Assim, partir se apresentou como um significante. Para os moradores prestes a abandonar um lugar, e também para nós que partimos para o universo de uma prática psicanalítica em extensão.

Nesse movimento, nos colocamos a escutar histórias onde ainda somos poucos para ouvir e, por sua vez, são histórias difíceis de compartilhar pelo seu conteúdo intenso e excessivo ao domínio simbólico e pela exposição ao traumático para aquele que conta e para aquele que escuta. De forma que tomamos o trauma como um elemento de fundamental importância em nossa pesquisa.

Tomaremos como elementos de análise a dimensão da alteridade a partir de estranho-familiar e do estrangeiro, bem como, o tema do homem anônimo em meio à multidão, como formas de estar no laço e suas implicações.

Pensamos em destacar o que consideramos como incidências subjetivas do mal-estar no laço social, que articula o significativo exclusão a partir do que nos faz questão na clínica. Para isso, discutiremos vários elementos, como os processos de identificação a partir do peso imaginário contido em alguns determinantes sociais, a dimensão da perda e da dor através do entendimento sobre o luto e a melancolia.

Durante nosso percurso, buscamos a expressão dessas questões a partir do fundamento da transferência como forma de resguardar a intensidade das falas dos sujeitos, sem deixar de apontar o que ainda resta como pergunta. Articulação que problematizamos na escrita de nosso texto e em nossa prática na política de assistência social, que tem sua direção na inclusão do sujeito do inconsciente e sua rede de significantes, nesta outra rede que é a das políticas públicas.

CAPÍTULO 1

1 PSICANÁLISE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma articulação entre clínica e política

O eu do homem moderno adquiriu sua forma, como indicamos em outro ponto, no impasse dialético da bela alma que não reconhece a própria razão de seu ser na desordem que ela denuncia do mundo (LACAN, 1998, p. 281).

Nesta pesquisa, propomos pensar sobre a função e o lugar da escuta do sofrimento psíquico e dos dispositivos clínicos na política pública de assistência social, buscando articular a dimensão subjetiva e singular dos sujeitos atendidos com a dimensão política e social.

Para a psicanálise, as dimensões clínica, política e social são consideradas em seu entrelaçamento, no entanto, na política pública de assistência social e considerando o específico do seu campo, esta é ainda uma questão a ser construída.

Enfatizamos o questionamento no campo das políticas públicas, em especial, da política de assistência social, que problematiza as configurações do espaço social ao discutir os direitos sociais nos contextos de exclusão e desamparo social. E buscamos discutir em que medida a psicanálise pode problematizar sobre os dispositivos clínicos nestes contextos, nos quais as situações de sofrimento psíquico se expressam sob a forma de sintomas sociais.

Entendemos sintoma social como nos é apresentado por Kehl (2009) como uma forma de designar o sintoma ou estrutura clínica que, por estar em desacordo com a normatividade, acaba por denunciar as contradições que regem um discurso dominante e os seus significantes mestres.

Bem como, partimos do pressuposto que o sintoma diz respeito ao laço social, pois a dimensão sintomática se constrói na relação com o semelhante. Isto porque a constituição do sujeito ocorre através da sua relação ao outro de forma que, para Enríquez (2004, p. 46) “o sujeito psíquico é simultaneamente sujeito social”.

A definição de sintoma social ainda provoca discussões dentro do campo da psicanálise, pois a sociedade não é um sujeito e porque o sintoma social, embora seja a expressão de sintomas singulares, não se constitui como seu somatório. A acepção sintoma social, para Kehl (2009, p. 24), sustenta a questão “se há sintoma social, será possível

estabelecer na sociedade um desejo recalcado da mesma ordem do desejo inconsciente no sujeito?”.

A autora aponta condições estruturais do sintoma social que se referem às formas de gozo e aos significantes mestres que em cada cultura ordenam o campo dos ideais. E em nenhum momento entende que a psicanálise propõe uma cura para os sintomas sociais, pois o sintoma pode ser tomado como uma tentativa de cura para o mal-estar do sujeito tomado em sua singularidade. O sintoma social pode, então, ser um “analisador do mal-estar”.

Esse entendimento do sintoma social se estabelece como uma forma de alcançar as expressões do mal-estar em cada época, retirando o caráter unicamente atemporal que o termo mal-estar pode carregar e, assim, buscar para a psicanálise sua atualidade.

Para Koltai (2000, p. 110), o entendimento do sintoma como social indica que o consideramos como:

[. . .] algo histórico, localizado e específico, significado pelo Outro e que, por isso mesmo, pode mudar com o tempo, acompanhando as transformações do Outro – tanto no plano pessoal quanto coletivo. É social, ainda, se o entendermos como a maneira singular pela qual o sujeito enfrenta o discurso de seu tempo.

Assim, Rosa (2004) discute como o termo sintoma social tem encontrado lugar entre os psicanalistas. Alguns autores entendem o sintoma social como o que está inscrito nas entrelinhas do discurso dominante; outros autores afirmam que o sintoma social é sustentado por uma fantasia por meio da qual se constroem os modos de enfrentamento com a castração, sendo entendido como sintoma social porque a fantasia é a mesma e o que muda são os lugares em sua estruturação; e também é compreendido como tendo a forma da cultura a que pertence, e sinalizando a relação entre os processos sociais e particulares.

Considerando as diferentes posições, há um denominador comum a partir de Lacan, que é o entendimento de que “o sintoma social não é oposto ao sintoma particular, com uma psicologia individual e outra coletiva: não há uma relação com uma patologia social, mas descreve uma forma de laço social” (ROSA, 2004, p. 339).

Para Rosa (2004), o sintoma social pode funcionar como um dispositivo de análise para a psicanálise e a mesma propõe outros dispositivos que são úteis para a análise da articulação da construção da subjetividade aos laços sociais. Como “destacar os enunciados e a enunciação presentes na cena social sobre referentes fundamentais da organização social e psíquica que elucidam sobre o imaginário dos grupos sociais que atribuem lugares específicos ao sujeito” (ROSA, 2004, p. 339).

Aponta, ainda, que outro dispositivo é a análise das ilusões contemporâneas e, por fim, na análise do sintoma, acolher aos não-ditos dos enunciados sociais que têm a força de determinação sobre a produção discursiva do sujeito.

Então, a partir dessas proposições, entendemos a exclusão social como um “analisador do mal-estar” pela exclusão do sujeito como este é entendido pela psicanálise que opera sem, entretanto, desconsiderar outros aspectos políticos e ideológicos que a constituem.

Assim, em que medida a psicanálise pode lançar argumentos que configurem a prática clínica nos contextos em que as situações de sofrimento psíquico vêm marcadas dos efeitos do mal-estar contemporâneo e que aparecem na clínica sob a forma do silenciamento, do apagamento subjetivo dos sujeitos, das narrativas de experiências violentas e da vivência de situações de desqualificação e desvalorização?

A relação entre sujeito e laço social nestas práticas evidencia, pois, que o campo de trabalho se constitui neste “entre”. Ou, podemos dizer, nesta delicada articulação, colocada em questão pela violência das relações sociais e desamparo discursivo nos contextos de exclusão social e política, que sugere, em alguns casos, fragilização e certa inconsistência do sujeito no laço social.

Interessa-nos neste trabalho discutir como esses campos interagem e como se conforma esta aproximação entre psicanálise e intervenção social. Pois, como pensar os efeitos de uma construção de laço social e de subjetividade tão atravessados pela violência dos contextos de exclusão e desproteção sociopolítica, na clínica, com sujeitos tão fortemente marcados pela necessidade, por urgências e pelo desamparo social? Na análise dessas questões, buscaremos enfatizar que o trabalho em psicanálise incide, conforme Poli (2009, p. 191), em dois eixos: “[. . .] no irreduzível do sujeito e no irreduzível do campo do Outro”.

Para isso, trazemos algumas questões com o intuito de explorar as articulações entre as relações sociais e as posições singulares que os sujeitos podem ocupar, desde as suas experiências, demandas e interrogações, a partir do trabalho realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

1.1 O MAL ESTAR E A SUBJETIVIDADE

Consideramos que é sobre o fundo da cultura, como lugar de transmissão no qual na “língua materna enunciam-se ao mesmo tempo os interditos edípicos, constrói-se um lugar do Outro que suporta o ódio que lhe é dirigido, sem renunciar a seu amor” (RASSIAL, 2007, p. 33), isto não sem violência e mal-estar.

Para a psicanálise, a dimensão do mal-estar se traduz pela leitura que nos é possível fazer a partir da investigação clínica dos sintomas e do sofrimento oriundos dos efeitos da cultura. Entretanto, cada momento histórico é produtor de mal-estar e sua dimensão sintomática se modifica.

O momento histórico em que a psicanálise foi constituída é a modernidade, momento em que o homem depara-se com seu desamparo, desiludido diante das suas crenças e sob o impacto da perda do lugar da tradição.

Freud localiza o mal-estar muito antes da construção das cidades: ele o encontra já na inaugural distinção entre homem e natureza. Em seus textos sobre a cultura “O Mal-estar na Cultura” (1930 [2010]) e “O Futuro de uma Ilusão” (1927 [1996]), afirma que o homem busca proteger-se do seu desamparo em situações que não controla: a finitude, a fragilidade do corpo e a agressividade na relação com o seu semelhante.

Em seu texto, Freud (1930 [2010]) conforme Seligmann-Silva (2010, p. 25) faz a escolha do termo *unbehagen* (mal-estar), em que o significado do termo *behagen* é próximo a “sentir-se protegido”, enquanto *unbehagen* “remete a uma fragilidade, a uma falta de abrigo, a estar desprotegido”. Consideramos importante ressaltar a proximidade deste termo com o *unheimlich* (estranho-familiar), pois um de seus sentidos é o de provocar mal-estar.

Freud (1930 [2010], p.80) apresenta o homem desamparado, imerso em um mundo que só lhe confronta com dores e horrores: estes vêm de nosso corpo como do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e também, talvez acima de tudo, de nossos relacionamentos com os outros homens. Bem como, já indicava que os limites entre sujeito e Outro (seja este entendido como cultura ou natureza) estão constantemente em questão, precisando ser reconstituídos a cada momento. Entre ambos, no espaço de impossível sobreposição entre o âmbito público e privado, o mal-estar produz suas marcas.

Poli e Susin (2011), em recente trabalho apresentado, questionam como, então, conceber essa lógica de análise naquelas situações extremas em que os sujeitos encontram-se à margem da legitimidade social (sem residência, sem documentos, sem registro).

Acompanhamos Selligmann-Silva (2010, p. 34) que, ao ler o referido texto de Freud (1930 [2010]), indica que “a cultura está ligada ao recalçamento dos ‘restos’, daquilo que é considerado baixo. Ela se inscreve no avesso da sexualidade animal”. Seriam, portanto, esses sujeitos atingidos pelo sofrimento da miséria, portadores do “retorno do recalçado” dessa constituição cultural? Pensamos que esse “resto” a que homens e mulheres veem suas vidas e corpos reduzidos não pode ser assimilado aos efeitos de deslocamento de um recalque que seja condição da cultura. Seria então, antes, como o próprio Freud (1930 [2010]) identificou, a encarnação da função do “bode expiatório”, ou seja, daquele que não adere às margens do espelho composta pelos ideais sociais? Também neste ponto, a condição de exclusão do sujeito na miséria urbana apresenta uma especificidade que não permite ancorá-la de todo na analogia do preconceito racista.

Na exclusão social, a reificação do humano atinge um grau de alienação que denota o “sem limite” ao qual o “mal-estar” pode chegar. Como a psicanálise nos ensina, cabe à memória e à aposta na narrativa – efeito do dom da palavra que se pode oferecer a cada um – permitir ao sujeito constituir seu lugar a cada momento.

Poli (2005) chama atenção para uma distinção importante na leitura dos textos de Freud sobre a cultura, em especial no texto “O Futuro de uma Ilusão” que nos auxiliam para pensar a cultura e o laço social em suas diferenças. No texto que mencionamos, Freud (1927 [1996]) define a cultura como o princípio geral de regulação e as relações sociais como um dos campos sobre o qual incide esse princípio. A autora, em sua leitura, relaciona esse princípio regulador com o “elemento cultural”, termo encontrado em Freud e que persiste como indicador de uma constante nas organizações sociais.

Esse elemento cultural estaria presente em dois tempos da organização cultural, no tempo mítico, em referência ao assassinato do pai da horda e, em um segundo tempo, que é a instauração da lei.

Assim, para Poli (2004, p. 2), “o elemento cultural funda a humanidade, ele é atemporal posto que mítico. Já os laços sociais estabelecem a história, eles inscrevem ao longo do tempo a forma de enlace que os humanos constituem entre si, o que implica também nas diferentes formas de representar esse ato primeiro”. De forma que o laço social oferece sua plasticidade aos diferentes momentos históricos e se apresenta em sua pluralidade nas formas de expressão do mal-estar.

Desfeita a ideia da união entre homem e natureza, nas sociedades modernas o indivíduo passa a ter um lugar central e as regras de convívio se tornam mais abstratas. Para Kelh (2009), esse aspecto faz com que as estruturas simbólicas fiquem mais complexas e,

portanto, o campo do Outro, inacessível ao saber consciente dos sujeitos. Assim, no Outro também habita a dimensão inconsciente.

Segundo a autora, esta proposição é retomada por Lacan com a afirmação de que “o inconsciente é a política” (KELH, 2009, p. 45), enfatizando a inclusão das formações inconscientes no campo do Outro.

Então, é como uma expressão do mal-estar e também como uma modulação do laço social que buscamos investigar a exclusão social e seus efeitos na subjetividade contemporânea. Entendemos que os processos de exclusão social foram produzidos historicamente e carregam uma pluralidade de sentidos, sendo que, ao longo de nosso estudo pretendemos abordar alguns deles.

Trazemos o tema com a finalidade de pensar, a partir das manifestações na clínica e na escuta dos sujeitos “excluídos”, como se dão as formas de silenciamento que são produzidas quando não suportamos o acolhimento da diferença produtora do mal-estar, para que deem lugar a outras modalidades de laços mais inclusivos.

Para Rosa (2010, p. 11):

[. . .] a garantia de bem-estar social, quando este é tomado como eliminação do conflito é uma ilusão perigosa. Em nome da ilusão e da eliminação do mal-estar, podemos exercer a violência institucional que exige sacrifícios de todos – ou, mais exatamente, dos mais sacrificáveis, que pagam o preço da civilização. Eleger sacrificáveis desvirtua a condição da civilização de suportar o mal-estar das diferenças, que obriga a estabelecer laços sociais para criar instâncias novas.

De maneira que o trabalho na política pública de assistência social é possibilitar com que as palavras que nos são endereçadas, nos dispositivos clínicos, sustentem um lugar simbólico para o sujeito que permanece, muitas vezes, alienado a uma identificação imaginária, ou que não encontra palavras para a expressão do seu mal-estar pelo excesso de exposição ao real no confronto com a miséria e a sobrevivência diária.

E, dessa forma, preservar o sujeito de uma duplicação da não inclusão: seja pela exclusão do sujeito desejante, seja pela reiteração do jogo imaginário incluído-excluído, através de uma demanda de resolução da “exclusão” pela “inclusão” em programas sociais que, sem levar em conta a complexidade dessa questão, não configuram um laço verdadeiramente inclusivo.

1.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

A assistência social no Brasil passa a ter caráter de política pública a partir da Constituição de 1988, compondo com as políticas de previdência e saúde o Sistema de Seguridade Social Brasileira. No ano de 1993, é promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742) e, a partir de então, se inicia a revisão dos conceitos assistencialistas que marcavam o campo da política de assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), vigente de 2004 até o momento, propõe a consolidação da assistência social como uma política pública e um direito social em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social. Sistema que se caracteriza como público não contributivo, descentralizado e participativo, e que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social.

O direcionamento da forma de conceber a política pública de assistência social através da Política Nacional reafirma a política como um direito social do cidadão, bem como, reforça o compromisso de trazer à discussão demandas de parcela da população que permanecia invisível. Demandas que, historicamente, foram tratadas de forma benemerente, por ações voluntárias, sem força no embate político, em razão da descaracterização que sofriam na forma assistencialista em que eram reconhecidas; agora, devem ser tratadas como direito social, desmercadorizável e universal.

A PNAS consolidou-se através das conferências estaduais e nacionais de assistência social garantidas pela Lei Orgânica de Assistência Social. Como resultado das conferências, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica (NOB), que institui o Sistema único de Assistência Social - SUAS. A PNAS define a assistência social como “direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social” (BRASIL, 2005, p. 68).

Assim, a Política de Assistência Social tem como um de seus objetivos, a partir de um modelo de gestão que prioriza a família¹ como foco de atenção e o território² como base da organização, promover ações e serviços em dois níveis de atenção: proteção básica, que inclui ações de caráter preventivo e tem como objetivo garantir o desenvolvimento de

¹ Segundo a PNAS, “a família, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (BRASIL, 2005, p. 41).

² O território conforme, a PNAS, é entendido como o elemento que “agrega ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada a dinâmica socioterritorial em curso” (BRASIL, 2005, p. 43).

potencialidades e aquisições para o fortalecimento dos laços familiares e comunitários (trabalho realizado nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)); e proteção especial de média complexidade, que inclui situações em que os direitos sociais dos indivíduos ou famílias foram violados, mas em que os vínculos sociais e comunitários ainda se mantêm, mesmo que comprometidos. O atendimento destas situações se dá a partir de ações desenvolvidas nos Centros de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS.

Na proteção especial de média complexidade, o atendimento ocorre para famílias ou indivíduos que vivem situações de violência, abandono, maus-tratos, situação de rua, trabalho infantil, entre outras situações decorrentes de contextos de desproteção sociopolítica.

A proteção especial de alta complexidade está referida às situações de violação de direitos em que os vínculos familiares e comunitários foram rompidos e que compreende às ações de acolhimento institucional dos sujeitos em abrigos, casas de convivência, entre outros.

O Sistema Único de Assistência Social, conforme Cruz (2009) a partir de seu modelo de gestão e de suas diretrizes pretende romper com uma história de caridade e benevolência, marcada por ações clientelistas, meritocráticas e desenvolvidas em gabinetes de primeiras-damas e igrejas, e se constituir como sistema que orienta, articula e oferece consistência à política pública, propondo instaurar um processo que inclua os saberes de cada território e as suas formas de resistência.

O assistencialismo que precede as regulamentações legais na assistência social que a conformam como política pública ainda obstaculiza a efetiva condução da mesma para o campo do direito social. É recorrente o agradecimento dos beneficiários da política ao que é compreendido como ajuda, bem como, os julgamentos morais constituindo ações fiscalizatórias em nome do bom uso do recurso financeiro repassado em programas que incluem transferência de renda e, finalmente, a revitimização dos sujeitos então tutelados e controlados por ações legitimadas pelo Estado, as quais não são suficientemente críticas e efetivas no enfrentamento da pobreza.

O tema da pobreza nos leva a um estudo mais complexo que não trataremos neste texto. No entanto, buscamos introduzir minimamente esse elemento em nossa pesquisa através da forma como foi discutido por Santos (2001), que afirma que, ao longo da metade do último século, os países subdesenvolvidos conheceram três formas de pobreza. A primeira delas, entendida como pobreza “incluída”, se caracteriza como acidental, às vezes, sazonal ou residual e era relacionada com a desadaptação aos processos mais gerais de mudanças ou inadaptação entre as condições naturais e sociais. Era local e não se comunicava com outro lugar. Nessas situações, “as soluções ao problema eram privadas, assistencialistas, locais e a

pobreza era freqüentemente apresentada como um acidente natural ou social” (SANTOS, 2001, p. 71).

Assim, conforme o autor (2001, p. 70), “em um mundo onde o consumo ainda não estava largamente difundido e o dinheiro ainda não consistia um nexos social obrigatório, a pobreza era menos discriminatória. Daí poder falar-se em pobres incluídos”.

Uma segunda forma de caracterização da pobreza, para o mesmo autor (2001), é a sua identificação a uma doença da civilização, cuja produção acompanha o processo econômico, no qual o consumo passa a ter um lugar central. Dessa forma, outros aspectos são acrescentados à definição da pobreza, pois, além da pobreza absoluta, surge a pobreza relativa, medida pela capacidade de consumo dos indivíduos através dos índices de pobreza e miséria.

Nesse momento, os pobres eram chamados de marginais, o que traz para a pobreza uma conotação marginalizada. A partir de então, os governos passam a reconhecer a gravidade do problema e, no ritmo proposto pelos resultados favoráveis do Estado de bem-estar nos países europeus, buscam estratégias para o enfrentamento da pobreza.

Finalmente, no período atual, Santos (2001, p. 73) afirma que a pobreza é estrutural e globalizada:

Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional, torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo. Há uma produção globalizada da pobreza, ainda que seja mais presente nos países pobres. Nessa última fase os pobres não são incluídos, nem marginalizados, eles são excluídos.

O autor (2001, p. 73) ressalta, ainda, o caráter de gravidade do problema, ao indicar que “saímos de uma pobreza para entrar noutra. Deixa de ser pobre num lugar para ser pobre em outro”. Fala das situações de pobreza na atualidade como “sem remédio” e não apenas pela expansão do desemprego, mas também pela redução do valor do trabalho. Nessa produção maciça, a pobreza aparece como um fenômeno banal.

A diferença desta definição de pobreza, sob o ponto de vista ético, para o autor (SANTOS, 2001, p. 73) é que ela “surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável”. Encobrendo, conforme o autor (2001) o entendimento de que a mesma é produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Essas empresas e organismos internacionais constituem estratégias funcionais de combate à pobreza através de programas de atenção aos pobres e estruturalmente, seguem com a produção da pobreza a nível mundial, contanto inúmeras vezes com o posicionamento passivo dos governos nacionais.

Santos (2001) afirma que as políticas públicas não podem substituir a política social que deve protagonizar ao lado da política econômica e territorial, sob o risco de se constituírem em ações compensatórias e reparadoras.

Para o autor:

[. . .] a eliminação da pobreza é um problema estrutural. Fora daí o que se pretende é encontrar formas de proteção a certos pobres e a certos ricos, escolhidos segundo os interesses dos doadores (SANTOS, 2001, p. 72).

Assim, a consolidação de certos princípios no âmbito da política pública de assistência social, como o entendimento dos direitos sociais e a compreensão da dimensão histórica que atinge a população pobre pode diminuir a incidência do juízo moral e da lógica do merecimento vinculadas ao assistencialismo e ainda presentes em avaliações para ingresso em programas, bem como nas intervenções e encaminhamentos apressados e mal conduzidos, com reducionismo das histórias dos indivíduos no contexto social. Enfim, a experiência nesse campo vai se constituindo em configurar certos limites, certas bordas para que o sujeito não seja expropriado do seu saber sobre si e sobre o Outro, o social.

Para a condução do trabalho nessa direção, devem confluir muitos campos do pensamento, como o jurídico, o sociológico, o psicanalítico, entre outros, que justamente por não se completarem e dialogarem criticamente, mantêm a complexidade e a abertura necessárias para um trabalho que gere movimento.

As tentativas de fechamento discursivo são muito intensas, desde os critérios estabelecidos nos programas até as inúmeras discussões entre profissionais ainda muito sustentadas por ideais apoiados em afirmações narcísicas que não toleram a diferença, ou no ideal de proteção do sujeito. Pois, em nome da proteção social, pode-se bem fundamentar ações de controle e aprisionamento em nome do “bem”, assim como obter o alívio da culpa que pode gerar o reconhecimento da implicação coletiva no cenário social, inclusive nos profissionais, que se expressa como “eu fiz a minha parte”, “não há mais o que ser feito neste caso”.

A Fundação de Assistência Social e Cidadania é o órgão executor, no Município de Porto Alegre, da Política de Assistência Social, e tem por objetivo assegurar aos sujeitos cidadãos que dela necessitam os seus direitos sociais. Nesta perspectiva, o acesso aos mínimos sociais e a promoção e a garantia de cidadania constitui a especificidade deste campo como política pública, a partir da execução de projetos, serviços e ações voltadas à população vulnerável.

A PNAS articula esses objetivos e define seu público-alvo da seguinte forma:

Constitui o público usuário da assistência social cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e ou no acesso as demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violências advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não- inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas de sobrevivência que podem representar risco social (BRASIL, 2005, p. 33).

A amplitude do objeto de intervenção no campo da assistência social propicia inúmeras confusões sobre os saberes em diálogo nesse campo e, nesse terreno de imprecisões, nos cabe recortar o objeto da psicanálise, o que não se faz de maneira fácil, nem inequívoca.

A extensão do campo de intervenção da assistência social nas situações apresentadas, muitas vezes, provoca a retirada de outros saberes fundamentais para o atravessamento das situações críticas em que se encontram os indivíduos atendidos.

Assim, quando nos deparamos com as situações de violações de direito, se repetem enunciados como “isso é da assistência”, mesmo quando a violação ocorre no campo da educação, por exemplo, na evasão escolar, ou na política de saúde nas ocasiões de internação hospitalar de pessoas em situação de rua. E, sem a possibilidade de constituir uma intervenção que vincule ambos os setores, fica a assistência social com o legado da impotência e com o testemunho da exclusão do sujeito do âmbito de outras políticas. De forma que não é raro que no campo da assistência social constituam-se modos de se defender ou mesmo de negar a dimensão do direito e seguir fazendo girar “a roda dos excluídos”³.

É neste cenário que se insere nossa pesquisa, que se constitui dos efeitos das formas de organização da política pública de assistência social, a qual busca a inscrição dos direitos sociais, bem como, da inscrição de um modo de leitura e análise que implique a subjetividade dos sujeitos a partir da psicanálise.

A ênfase na dimensão do direito à proteção social abre um caminho para pensarmos sua relação com os direitos humanos, ambos conquistados em movimentos e lutas sociais. Nesse sentido, apontamos que vulnerabilidade, conforme Aginsky, Fernandes e Tejedas (2009, p. 68), é um termo emprestado da área dos Direitos Humanos onde é utilizado para designar “grupos ou indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente na promoção, proteção

³ Alusão à expressão “fazer girar a roda” utilizada com regularidade nos serviços de atendimento à população adulta em situação de rua para justificar o tempo exíguo de permanência nos albergues (15 dias) e a “roda dos excluídos”, na qual as crianças em situação de abandono eram colocadas.

ou garantia de seus direitos de cidadania”.

Assim, a política de assistência social envolve pensarmos os conceitos de vulnerabilidade e risco social. Termos que podemos relacionar às condições de vida em determinado contexto social, e que também são associados com o entendimento sobre o conceito de pobreza. Pois, a pobreza, entendida como a impossibilidade de prover sobrevivência, permite identificar a demarcação de um dado lugar social habitado pelo sujeito, onde as condições econômicas serão, assim, determinantes em suas escolhas e experiências sociais.

Yazbek (2001, p. 34) aponta algumas categorias que permeiam o estudo da pobreza, além das mencionadas ao longo do texto:

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção social na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade, expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos destas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados nas suas crenças, seu modo de expressar, sinais de qualidades negativas, indesejáveis, que lhe são conferidas por sua procedência de classe.

De acordo com o exposto, as expressões da desigualdade atravessam a vida dos sujeitos e, muitas vezes, deixam de ser questionadas, são tidas como inevitáveis, e até mesmo naturalizadas. A política de assistência social tem, assim, como seu objetivo, redimensionar os efeitos da vulnerabilidade e reposicionar a pobreza e a desigualdade como violação dos direitos humanos, incluindo as demandas da população atendida nas pautas reivindicatórias das lutas dos movimentos sociais.

Nesse aspecto, recorreremos ao breve histórico realizado por Santos (2007, p. 21) do termo cidadania que, no século XVII significava a condição de “membro da sociedade nacional”. Pelo simples fato de ser habitante do Estado-nação, ascendia-se ao status de cidadão. Embora o direito político de participação da construção da sociedade até o início do século XIX, o voto, era reservado somente para alguns.

Seguindo o percurso do autor (2007, p. 21), no século XIX, o “direito de associação” foi incorporado ao status de cidadania, permitindo, por exemplo, à classe trabalhadora a conquista dos direitos políticos. Assim, enquanto os direitos civis eram individuais, o direito de associação deu poder de voz a grupos. E, finalmente, no século XX, um terceiro conjunto de direitos – os direitos sociais – “garantia ao indivíduo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza e a doença, assim como uma participação na herança

social”.

Considerando essa dimensão da cidadania e sua relação aos direitos sociais, e, em ambos, reconhecemos o foco do trabalho da política pública de assistência social e, infelizmente, confirmamos na nossa experiência a afirmação de Santos (2007, p. 24) de que “de um modo geral, há cidadãos de classes diversas, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são”.

1.3 VULNERABILIDADES

Também evidenciamos a importância de discutir a vinculação do conceito de vulnerabilidade com a pobreza. É importante introduzir aqui a problematização que nos apresenta Torossian (2009), a respeito do termo vulnerabilidade, de forma a discutir a naturalização entre as categorias vulnerabilidade e carência. A autora propõe quebrar essa lógica ao passar o acento dado à pobreza nas ações da política de assistência social para as potencialidades dos sujeitos, através do direcionamento da intervenção para os direitos dos indivíduos.

Esse deslocamento questiona o conceito de vulnerável, utilizado muitas vezes na assistência social para dimensionar o agravamento das situações de fragilização e, por vezes, transferindo o “possível direito do cidadão” para o “mérito da necessidade”. Nesse caso, “encontramos aí um olhar que enfatiza a carência quando se trata de avaliar a vulnerabilidade. Quais os efeitos deste olhar? Não seria a naturalização da falta de recursos = vulnerabilidade?” (TOROSSIAN, 2009, p. 63). E ressalta que a vulnerabilidade pode ser entendida como um indicativo de rompimento de vínculos sociais com o trabalho, a família e as relações sociais.

Trazemos a análise do termo proposta por Castel (1998, p. 24) em que “a vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade”. Esta dimensão coloca em evidência a vulnerabilidade como uma construção social, determinada pelas novas configurações do capitalismo.

Podemos também considerar o termo vulnerabilidade a partir do seu significado na língua portuguesa. Vulnerabilidade significa que se pode vulnerar, pode ser ferido, ou seja, salientando a sensibilidade que determina a força de um corpo que se deixa afetar, posição que pode ser experimentada por cada um.

E, ainda, considerar que a fragilização dos processos simbólicos acentua a disposição

do sujeito à vulnerabilidade psíquica e ao trauma, quando ficamos expostos de forma regular a excessos de toda ordem.

Essas noções colocam em questão como o conceito de vulnerabilidade é tradicionalmente utilizado na assistência social, cuja finalidade está em dimensionar o agravamento das situações. Dessa forma, não se trata mais da necessidade de alimentação, por exemplo, mas do grau de desnutrição apresentado. Ou seja, ao instaurarem-se na lógica do dimensionamento da gravidade das necessidades, as ações passam a ser regidas pela “criteriosa aplicação dos critérios” (SPOSATI, 1995, p. 15).

Este deslocamento, conforme Sposati (1995, p. 15), reitera a “noção de carência” operando uma lógica da “noção de ausência”. Como consequência, o termo desigualdade fica substituído pela ideia de ausência. Para a autora, o demantatário da assistência social “passa a ser o portador de algo. Este algo precisa ser graduado, pois na condição de ajuda e de pronto-socorro social cabe à assistência social privilegiar as situações graves e agudas”. E os programas passam a contribuir para amplificar a vulnerabilidade.

Sposati (1995) salienta que, nestas condições, a assistência social sustentaria suas ações fundamentadas em concepções ético-morais, enquanto deveria privilegiar a discussão ético-política. Reiterando, assim, uma lógica do merecimento, e retirando da análise os elementos que situam historicamente os processos de exclusão, como a lógica capitalista, os processos de exploração, a sociedade de consumo, entre outros elementos que fazem do campo social um espaço de múltiplos interesses que se dão de forma conflituosa e complexa.

1.4 SUJEITOS, DESEJO, DIREITOS: uma discussão sobre a ética

Os elementos discutidos até então têm como objetivo levar em consideração a dimensão política e nos orientar a manter um posicionamento ético para o qual se coloca a necessidade de fazer circular a palavra.

Produzir reflexão e acolher a temporalidade específica da dimensão traumática, e da dimensão inconsciente, torna-se um traço das intervenções orientadas pela psicanálise no campo da assistência social. E este, ao estabelecer-se como promotor de direitos sociais, pode também produzir e reproduzir violências, pois, para a psicanálise a clínica e a política são intrínsecas uma a outra, já no campo da política pública há, sem dúvida, a necessidade da inscrição da dimensão desejante do sujeito.

Dimensão ética que nos é apontada por Lacan (1959-60 [1991]), ao evidenciar a presença do inconsciente e do desejo, colocando a psicanálise como uma possibilidade

potente de resistência ao considerar a emergência de um sujeito que está em aberto e, por muitas vezes, inapreensível, também por isso suscetível a permitir que o outro ocupe uma posição de líder ou mesmo de mestria na busca de certezas. No entanto, para a psicanálise, é da falta a ser que ela se ocupa, não como algo que fica aquém de um ideal, mas como o que constitui o ser.

Em Lacan (1959-1960 [1991]), a ética não está referida apenas a um código como conjunto de regras, mas na direção do que é particular ao sujeito e a sua condição desejante. Lacan (1959-1960 [1991, p. 366]), no seminário “A Ética da Psicanálise”, aponta o quanto é enganoso imaginar que o sucesso da análise levaria a uma posição individual de conforto que relaciona com o serviço dos bens, que caracteriza como os bens privados, bens de família, bens da casa ou mesmo referidos à cidade.

Ressalta, também, que:

[. . .] o ordenamento dos serviços dos bens no plano universal não resolve, no entanto, o problema da relação atual de cada homem, nesse curto espaço de tempo entre o seu nascimento e a sua morte, com seu próprio desejo - não se trata da felicidade das futuras gerações (Lacan, 1959-1960 [1991, p. 364]).

A dimensão desejante no sujeito não se refere a este ordenamento, ou garantia de que o sujeito encontraria seu bem, mesmo na análise. Ela aponta o desejo como enigma, como desejo do Outro e, por isso, está em uma relação de abertura. Assim, não se trata de buscar uma objetividade, mas considerar que é na medida em que o sujeito se situa e se constitui, em relação ao significante, a partir do qual se divide. Nesta ambivalência que se produz, é que se situa a dimensão do desejo.

Para Lacan (1959-1960 [1991, p. 364]), “a moral do poder, dos serviços dos bens é - quanto ao desejo, vocês podem ficar esperando sentado”, o que indica que não é na relação com o serviço dos bens que o homem pode encontrar o que o oriente, mas ao implicar-se no enigma posto na dimensão desejante. No entanto, Lacan (1959-1960 [1991]) alerta que não há chave deste enigma a ser encontrada, como ocorre tragicamente em Édipo, mas ao sujeito cabe a própria sustentação do enigma.

Então, como privilegiar o sujeito e sua singularidade, considerando a prática institucional, esta atravessada e mesmo originária de práticas disciplinares? Como produzir a criação de espaços que acolham o possível e o impossível em uma instituição?

Dessa forma, convém questionar de que maneira as práticas sociais têm se ocupado deste campo que propõe pensar o sujeito no exercício de seus direitos. Na análise das práticas

em uma instituição governamental de assistência social, pode-se pensar que os modos de condução das ações que estão em jogo nestas práticas nem sempre se apoiam plenamente na promoção ao direito, mas podem ter efeitos dos objetivos pastorais de salvação e obediência que ainda marcam fortemente esta política pública, ou da visão higienista herdada do campo médico e, quem sabe, também da força policial que se aplica em manter a ordem e a disciplina.

Assim, os programas sociais nem sempre estão na via da consolidação do exercício do direito, podem, por vezes, estar fechados para espaços de escuta e de efetiva participação dos indivíduos nos destinos e na responsabilidade sobre suas escolhas, pois, as racionalidades que criam à exclusão são também produtoras dos trabalhadores sociais.

No intuito de buscar o “bom usuário” ou o “seu bem”, propicia-se que a ênfase das ações dos trabalhadores sociais se aproxime mais de um poder disciplinar do que de uma ação fundamentada no princípio ético.

Para Rosa (2008, p. 10):

[. . .] as alternativas não no terreno normativo, mas no contexto transferencial podem ter a potência de relançar a questão da presença do outro enquanto introduz um posicionamento próprio frente ao seu desejo. Esse desejo é singular, mas não individual, é remetido à alteridade e posiciona o sujeito no laço social e o remete a história da comunidade.

Assim, pensamos tanto nas belíssimas invenções dos sujeitos nas comunidades que estão fora do conjunto marcado por um ideal social, na sua luta e resiliência, bem como, naqueles que não se deixam afetar por uma intervenção, que seguem errantes, às vezes transparentes, sem dar voz e crédito à sua própria experiência, e que apontam este limite, esta inversão que diz respeito à sua possibilidade de subjetivação, justamente neste lugar de fronteira e de insubmissão. Conforme nos indica Rosa (2008, p. 09): “Ressituar o sujeito e a ética como elementos indissociáveis aponta para uma prática clínica e política de resistência a instrumentalização social do gozo”.

1.5 CLÍNICA E POLÍTICA: psicanálise e intervenção social

Ao longo de nosso estudo, nos propusemos a pensar na articulação entre clínica e política, sujeito e coletivo, no intuito de buscar compreender o trabalho clínico na instituição que, mesmo tomada singularmente, implica uma coletividade, e que também pretende incidir sobre um coletivo ou, podemos dizer, sobre o social.

Soler (1998, p. 292) traz como questão o grupo⁴ e a função dos coletivos, e aponta como questão fundamental em Freud, no texto “Mal-estar na Civilização”, o gozo. Pois, para Freud, toda a renúncia se paga com um retorno ao gozo. Então, o que age como mediador destes dois elementos fundamentais do texto, civilização e gozo, é o grupo. “Para Freud a questão consiste em saber o que junta os homens e logo os separa. Ou seja, o que faz laço social?”. Como o homem consente na perda de gozo que é uma condição da civilização?

Podemos pensar que essa renúncia se materializa pela identificação a um ideal, chamado por Lacan, conforme Soler (1998), de traço unário que, ao mesmo tempo em que propõe o uníssono, cria um laço que não é exclusivamente de identidade, mas de diferença.

A autora (1998, p. 296) enfatiza que, no laço do sujeito com o Outro, Lacan apresenta uma dupla necessidade que arremata com duas expressões: “incluir-se e subtrair-se”. Coloca que o incluir-se se realiza claramente nos grupos: ao pedir para ser admitido, pede-se para ser representado pelo significante do grupo. Mas na medida em que se inclui, apresenta-se o desejo de distinguir-se que, para a autora, pode tomar muitas formas como a renúncia, ou mesmo subtrair-se. E apresenta este movimento como um exemplo da dialética do sujeito e o Outro: “estar aí - inclusão - distinguir-se - tentativa de separação interna - subtrair-se para aí deixar o seu vazio”.

Assim, o grupo identifica, coletiviza, contém o gozo destrutivo e tem um efeito humanitário, mas que é parcial e local. O grupo caracteriza-se “por um conjunto identificado por um significante que opera certa regulação interna do gozo”. (SOLER, 1998, p. 298). E indica uma certeza de Freud, conforme Soler (1998, p. 298) que, entre os dois, a luta está programada, ao mesmo tempo em que o significante-mestre pacifica apenas localmente, leva de maneira correlata a guerra, apontando que, desde que haja o um, há o Outro e, entre os dois, não há harmonia possível. Isso tem como efeito o pensamento de que a civilização e os seus valores humanitários não são universalizáveis, sendo que não podem mais que ser locais, “que lhes falta um Outro – ou seja, nada como um bom inimigo. Não se pode dizer até o momento que a o história tenha desmentido”.

Então, a pretensa universalização de ideais pode incorrer, na verdade, na forclusão das diferenças. Nesta vertente, embora os Direitos do Homem desenvolvidos com muita legitimidade sejam uma forma de limitar o “mestre-tirano e as espoliações das massas”, poderiam eles operar limites “contra os mandamentos do mercado e a infernal produção de necessidades de artifício?” (SOLER, 1998, p. 287).

⁴ Mantivemos a palavra grupo utilizada pela autora em sua referência a coletivo.

Esta questão se torna fundamental no campo de prática para que a intervenção não tome a forma de uma aposta apenas no sujeito de direitos, descolada de um sujeito do desejo.

Essa lógica de análise se encontra na proposição de Lacan (1969-1970 [1992]), do discurso capitalista como aquele que não produz laço, pois subtrai o sujeito em detrimento dos objetos. Fazemos uma breve referência aos quatro discursos, em Lacan (1969-1970 [1992]), que são elementos para refletir sobre esta relação entre o singular e o coletivo, considerando os quatro discursos propostos por Lacan como operadores, no sentido de recortar as diferentes posições de alteridade tanto na perspectiva das narrativas individuais como no âmbito das práticas sociais e da posição do sujeito do discurso no laço.

Quinet (2006, p. 29) aponta que os quatro discursos estão referidos a três profissões impossíveis mencionadas por Freud - governar, educar e psicanalisar -, acrescidas pelo fazer desejar, e diz que a impossibilidade não é total, mas que os laços sociais “são estruturados a partir do impossível”. Menciona, ainda, que os elementos em causa, em cada discurso, são diferentes. No discurso do mestre é a lei; no discurso universitário é o saber; no discurso histórico, o sintoma; e no do analista, o objeto a. E, no que tange aos discursos, interessa saber o elemento específico que domina tal laço social.

Os discursos, em Lacan, conforme Quinet (2006, p. 37), operam a renúncia ao pulsional, sendo que o discurso do mestre é aquele que propõe a entrada na cadeia significativa e, ao mesmo tempo, produz os dejetos da civilização – o que escapa a simbolização. As formas de nos relacionar no laço social, a partir desta renúncia, é uma leitura possível de ser feita através dos discursos por meio da questão sobre como retorna o que fica excluído? Os sujeitos que não representam estar em conjunto em sua identificação no grupo social podem representar que tipo “resto”, encarnar qual fantasia? E faz referência ainda a outro discurso, que chama discurso do capitalista que exclui o outro do laço social, pois o sujeito só se relaciona com os objetos mercadorias, ou seja, tira o sujeito de outros laços sociais.

Apontar o quanto o saber deixa algo de fora, como resto, como inapreensível, verdade do sujeito que, no entanto, é impossível de simbolizar, é a articulação que nos permite fazer o discurso do psicanalista. Considerando que Lacan (1969-1970 [1992]) não propõe que nenhum discurso, principalmente o do psicanalista, venha resolver algo.

Trata-se de uma relação de trama de texto – de tecido, se quiserem. Só que esse tecido tem um relevo, ele pega alguma coisa. Claro, não tudo, pois a linguagem mostra precisamente o limite dessa palavra que só tem existência de linguagem. Mostra que, mesmo no mundo do discurso, nada é tudo, como digo, o tudo como tal se refuta, e mesmo se baseia, em ter que ter reduzido seu emprego (LACAN, 1969-1970 [1992, p. 56]).

O discurso do psicanalista está na direção em que o saber tem função de verdade. Está referido ao que está na origem da constituição na relação com o Outro, deixando um resto não representável. Operar o discurso do psicanalista é dar lugar para estes restos, que poderão ou não ser incluídos a partir de um processo simbólico e tomar alguma significação.

Operar o discurso do psicanalista é fazer lugar ao não saber, ao impossível, é estar no limiar de bordas, ao lado de uma travessia feita por sujeitos. Assim, os dispositivos clínicos numa instituição se sustentam ao não se reduzirem em espaços de impotência, mas ao acolherem o que está na ordem do impossível.

Portanto, uma articulação possível da psicanálise no social e também na instituição, é a premissa de que “a psicanálise não identifica o sujeito a um grupo ou a uma rua, ela o descompleta e interroga, colocando-o a pensar sobre o que o move”. (GUERRA apud, ALBERTI 2010, p. 24). Trabalha sobre o que pode fazer laço, não somente pelo que identifica, mas também sobre o que produz diferenças.

Neste sentido, identificar o significante exclusão com singularidade e não com seu correlato inclusão, desloca a intervenção de uma lógica que pode beirar um ideal de universalidade para outra que propõe a abertura de um universal possível. Conforme França Neto (2010, p. 33):

[. . .] o singular não clama por inclusão, ou seja, pela submissão à hegemonia. A singularidade força a diferença, para, a partir de então, propor-se à abertura de um universal possível. É distinto pensarmos o universal como abertura possível de uma diferença que se dá localmente, para aquele determinado pela hegemonia de uma unificação transcendente.

Guerra (2010) indica para o trabalho a ideia de uma clínica da carência, não no sentido da pobreza ou da miséria, como já salientamos anteriormente, mas como lugar de invenção dos recursos simbólicos frente ao recalque. Haveria, então, na política pública, lugar para a clínica, em contrapartida à posição de vítima e/ou miserabilidade? A autora aponta nisso uma relação com o texto lacaniano, pois Lacan (1960-1961 [1991]) afirma a necessidade de certa pobreza para se submeter ao trabalho analítico, não no sentido do dinheiro, mas ao se saber carente diante de seus recursos como “sujeito de linguagem” e, por isso, se deixar tocar pela experiência de análise.

1.6 O SINGULAR NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: do usuário ao sujeito

Propomos, então, que se trabalhe não apenas com a lógica do usuário, destinatário de uma política pública, mas também com o entendimento de que há um sujeito a ser escutado e tomar estes termos - usuário e sujeito - como significantes, a fim de preservar o sentido polissêmico das narrativas discursivas.

O Outro é o Social *menos um*, ou é o social desde que lhe extraia o Um da unidade. O Social é maior, mais amplo, porque se pretende como o conjunto completo e inteiro das determinações 'simbólicas' do sujeito, e coloco o simbólico entre aspas porque ele só perde as aspas se perder, no mesmo ato, a completude. Porque o Outro é a menos, ele permite que o sujeito vá além das determinações simbólicas que recebe. De algo a menos, passa-se a algo a mais, que, longe de suprimir o a menos, sustenta-se precisamente dele (ELIA, 2004, p. 129, grifo do autor).

A partir da articulação do inconsciente com o social, pode-se abrir espaço para o sujeito que, mesmo com determinações simbólicas e culturais específicas, através de alguns significantes que o representam como a pobreza, a exclusão social, a ausência de cidadania, estes não o representam integralmente. Esta é uma das contribuições da psicanálise: considerar o intervalo, aquilo que não coincide, aquilo que foge à representação.

Desta forma, o sujeito não é o significante, e aí reside a importância de não fortalecer alguma identificação que se produza no espaço da instituição, como a do usuário da assistência e o que isto representa, por muitas vezes, no âmbito institucional: frágil, pobre, passivo, excluído, despossuído. Ou, ainda, restringir o sujeito ao objeto da necessidade.

Conforme Elia (2000, p. 28):

[. . .] o sujeito para a psicanálise, o sujeito do inconsciente é sem qualidades – e nomeadamente, no caso em questão sem qualidades sociologicamente determinadas – e, portanto não é definível dessa forma, ele, contudo, uma vez constituído pelo significante, engaja-se no empenho de produzir as identificações que, no imaginário, vão constituir a tessitura que o compõe.

Em psicanálise, o termo sujeito tem uma especificidade: a partir de Lacan, ele designa a posição inconsciente em causa na enunciação. Essa posição inconsciente não implica nenhuma busca por algum ponto de uma identidade inexorável a cada indivíduo. Pelo contrário: por sujeito, entendemos o ponto de articulação entre individual e coletivo que demonstra a mútua implicação destes dois polos. Assim, o sujeito é, por princípio, alienado, isto é, determinado pelas condições sócio-histórico-culturais em que vive. É neste caldo cultural que cada um se inscreve, e no qual se podem encontrar as condições para a produção de um espaço de separação que permita a invenção e a criação. Assim como fazemos

corriqueiramente com a língua quando falamos ou escrevemos, reinventamos constantemente a nossa realidade.

Considerar o sujeito implica, então, em reconhecê-lo nesse duplo movimento: em sua alienação aos determinantes sócio-histórico-culturais, ou em uma palavra, políticos, e na aposta da perspectiva criativa e inventiva que cada indivíduo possui no próprio habitar o espaço e o tempo que lhe cabem.

Pode parecer simples, mas operar desde essa perspectiva é extremamente complicado, sobretudo, quando se está (e quando é que não se está?) em uma posição seja de rivalidade, seja de compaixão, para com nossos semelhantes. Da mesma forma, quando se está na condição de dirigir a elaboração de uma proposição política que vise a um melhor exercício dos direitos públicos. Ai, o intuito de legislar para todos também pode se tornar uma armadilha: todos não é cada um, não inclui essa perspectiva singular.

Dos dois lados, portanto, uma exclusão se coloca. Ou excluímos o contexto que relativiza uma situação específica; ou, se buscamos uma proposição coletiva, excluímos a singularidade.

Entendemos que das experiências vividas não se pode dizer tudo, um resto permanece, algo que não é simbolizado, e este limite é o que permite que haja escuta, caso contrário, poderíamos estar propondo a manutenção do gozo, no sem limite. Assim, colocam-se também na prática clínica estes limites em que interrompemos a escuta, justamente para ampliar as fronteiras do simbólico, apontam a descontinuidade necessária para nos deparar com a nossa incompletude, nossa ignorância de um “saber-todo”.

Portanto, a psicanálise pode trazer à tona, no campo da assistência, que mesmo enquanto sujeito de direitos, persiste um sujeito dividido, que é o sujeito do inconsciente. E, ao ser considerado, podemos dar lugar aos seus pedidos à instituição, conhecer suas histórias e acolher seus impasses, receios, recuos e avanços na apropriação de sua inscrição social ou, em muitas ocasiões, na construção deste traço.

E isto se dá na relação com o outro, pois o sujeito não prescinde do que o semelhante e do que o Outro – campo simbólico e da linguagem – venham a dizer de si, pelo contrário, faz uso disso para se constituir em suas identificações, valores e traços de pertinência social. Sendo que a psicanálise propõe, conforme Elia (2000) que não se trata apenas de um assujeitamento ao social, mas uma adesão na qual o sujeito está implicado por suas escolhas objetais e pela organização do seu sintoma.

Para Rosa (2010), o discurso social projeta sobre o *infans*, uma antecipação muito próxima a da função parental, sobre o lugar que ele ocupará, e espera que o mesmo assimile e

transmita, encontrando nesse discurso referências que permitam ao sujeito projetar-se em um futuro que não se distancie de todo do seu suporte identificatório, articulando-se, assim, a construção da subjetividade aos laços sociais possíveis em dados grupos sociais.

E é também desta articulação que poderá questionar seus determinantes quando permite que estas identificações, estes traços que carregou possam ser redimensionados, alterados, revisados, onde permite operar a falta de todo o saber sobre si.

Desta forma, a escuta clínica, além de cumprir uma função simbólica, abrindo espaços para as narrativas e para o singular de cada história que é contada no dispositivo clínico, também propõe articular o dizer na direção do desejo. Considerando que o objeto de desejo é para sempre perdido, como afirma Lacan (1959-1960 [1991]), e que desejar nos aproxima daquilo que nos humaniza, do que nos coloca em movimento e do que nos retira da repetição sintomática ou do registro da necessidade que subtrai os nossos sonhos. Assim, os dispositivos clínicos na assistência social poderão ser espaços privilegiados para fazer a escuta da vida à margem, como ela é vivida por cada *um*.

CAPÍTULO 2

2 A INTERVENÇÃO CLÍNICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O tecido social põe em cena os fios dos quais irá se tecer o lugar do sujeito. As configurações que a trama destes fios tomarão não estão contidas nos fios mesmos. Tanto é assim que, com os mesmo fios, temos acontecimentos de sujeito completamente singulares. Nessa medida o lugar sujeito é, paradoxalmente, ao mesmo tempo, singular e coletivo: fazemos-nos com as palavras de todos ordenadas por cada um de nós (RICKES, 2007, p. 23).

Buscaremos nesse capítulo articular a dimensão clínica com a dimensão da pesquisa através da discussão metodológica a partir da psicanálise e da narrativa da experiência através da escuta dos sujeitos da pesquisa. Considerando a perspectiva freudiana presente no texto “Construções em Análise” (1937 [1996, p. 276]), na qual a tarefa do analista “é a de completar aquilo que foi esquecido” a partir dos traços que foram deixados, e então “construí-lo”. Sendo que, para Freud (1937 [1996, p. 278]), a construção não é nem o objetivo nem o final da investigação, constitui “apenas um trabalho preliminar”.

Assim, em nossa pesquisa buscaremos revelar alguns traços norteadores de nossas “construções”, cientes de que fazem parte de um trabalho preliminar que aponta para o devir.

2.1 SOBRE O MÉTODO

A proposta metodológica deste trabalho apoia-se no entendimento acerca da pesquisa psicanalítica, que conjuga a clínica, pesquisa e intervenção. Desta forma, assim como na clínica, busca-se incluir na intervenção a dimensão inconsciente do sujeito, bem como a sua dimensão desejante, na pesquisa também vai interessar o que é particular do sujeito e que conforme Sauret (2003, p. 5), resiste à ciência e não é redutível ao objeto, na medida em que “não há pesquisa sem encontro que mobilize a palavra”.

2.1.1 Clínica, Pesquisa e Intervenção

O sujeito na pesquisa em psicanálise, para Poli e Costa (2006, p. 2), “é, pois, aquele que, através da linguagem e na linguagem – assujeitado as leis que a organizam constitui o universo físico como universo discursivo, trazendo junto à marca de sua presença”.

Entende-se que é o sujeito do inconsciente que emerge no laço discursivo produzido na transferência e na entrevista tomada na sua complexidade. Segundo as autoras, é possível estabelecer-se este campo relacional em que a transferência e as formações do inconsciente permitem que algo do singular possa vir ao âmbito público da pesquisa. Para as autoras, no caso específico da pesquisa em psicanálise:

[. . .] entender a entrevista com base na estrutura da transferência e das formações do inconsciente significa que o tornar público é produzir modificações no campo psicanalítico, campo este que permite entender o estreito enlace entre trabalho clínico e a produção de um novo saber sobre o sujeito do inconsciente (POLI; COSTA, 2006, p. 8).

Portanto, entendemos, como nos é apontado por Birman (1992), que a clínica psicanalítica se constitui no lugar privilegiado onde se constrói a teoria em psicanálise, e não o espaço de uma aplicação da teoria que se constituiria em outro espaço. Assim, as interrogações teóricas surgem na sua prática e nela encontram o espaço de sua elaboração.

A extensão e os deslocamentos dos conceitos e dispositivos psicanalíticos para outros campos podem contribuir para a consolidação da teoria psicanalítica. O autor aponta apenas a ressalva de que, embora outros campos possam servir-se da psicanálise, a clínica analítica é o seu “espaço experimental”. Pois, na produção de um saber em psicanálise, estão em questão o sujeito do inconsciente e a transferência, por isso, não há como dissociar pesquisa e clínica, bem como, deixar de reconhecer que este saber não é acessível de antemão, vai se produzindo como efeito do trabalho.

Na pesquisa proposta, colocamos em pauta elementos da psicanálise em extensão e intensão, termos propostos por Lacan (1967 [2003]) para situar esses dois momentos de trabalho com a psicanálise, ou seja, com seus operadores conceituais e a inserção dos mesmos em outros campos. Esta relação apresenta sua complexidade e se atualiza na relação entre saúde mental e assistência social, onde a psicanálise pode oferecer elementos que sustentem uma ética, bem como orientar a prática de uma escuta clínica do sofrimento psíquico nesse campo.

Assim, colocamos a questão sobre como as práticas no campo da assistência social

podem contribuir, através das interrogações que suscitam, com a teorização e com a clínica psicanalítica, e inversamente como a psicanálise pode auxiliar o trabalho nas políticas públicas. Não se trata de responder aqui a essas perguntas, mas recortar alguns questionamentos que justifiquem sua pertinência.

Para isso, algumas questões norteiam nossa escuta: que perspectivas se lançam na clínica ao operarmos com o significante “exclusão” na referência ao singular do sujeito e não com seu correlato “inclusão”? Tal deslocamento de perspectiva poderia afetar a intervenção que se pauta por um ideal de universalidade de cidadania, movendo-a em direção à abertura de uma escuta do sujeito que preserve a indissociabilidade entre clínica e política?

Neste trabalho, intentamos indicar o quanto a “exclusão” contrasta com a prática da transferência enquanto suporte conceitual que implica a suposição do sujeito em presença. Trata-se também de pressupor, em uma escuta pautada pela transferência, o registro da alteridade, ou seja, a colocação em cena de um Outro que assegura uma posição de diferença antinômica à lógica da exclusão. A partir dessa experiência junto a pessoas que vivem em situação de extrema desproteção social e política, buscamos refletir sobre os processos de construção do laço social nestes contextos, problematizando as diferentes posições subjetivas e registros de alteridade.

Na pesquisa em psicanálise, para Poli (1995, p. 43), estão relacionados o desejo do pesquisador na construção do enigma de sua pesquisa e a transferência necessária tanto para dar lugar ao desejo de investigação como para as experiências dos sujeitos e suas narrativas. Considerando o fundamento de que a transferência nos permite situar “a realidade com a qual operamos” e que a mesma “se baseia na premissa de que o mundo vivido é sempre discursiva e pulsionalmente produzido; ele é, pois, realidade psíquica ou fantasia”.

Entender a fantasia como cerne do trabalho coloca em cena o princípio ético da psicanálise em considerar a realidade a partir da inclusão do sujeito na experiência.

Trata-se, pois, de considerar as assertivas de verdade que constituem um dado universo epistêmico como narrativas produzidas por um sujeito: sujeito em relação - com o Outro do universo discursivo que situa os referencias simbólicos de interpretação e leitura. Mas, também, com os outros, desde o mais próximo e diretamente afetado pelo o que se produz, ao mais distante (POLI, 1995, p. 43).

De forma que clínica e pesquisa em psicanálise são produtoras de experiências e constituem narrativas.

2.1.2 Narrativa e Transmissão

Nessa pesquisa, propomos pensar também sobre as formas narrativas e de registro das experiências que operam nas coletividades, bem como o processo pelo qual se dá a sua transmissão. Entendemos que a potência da narrativa é o que pode dar lugar à experiência. Gagnebin (2006), em consonância com a psicanálise, situa a experiência da narração e da autonarração como condição de possibilidade de constituição do sujeito; ele se assume como sujeito da narração.

Nesse sentido, a questão que gostaríamos de colocar nessa pesquisa diz respeito a se a aposta na narratividade poderá ter o alcance de singularizar e dar voz ao sujeito através do testemunho de experiências em contextos de exclusão? E possibilitar, como afirma Ana Costa (2007, p. 357), “a saída do desterro através da elaboração narrativa”, processo que conteria simultaneamente as marcas do exílio e a construção de uma inscrição.

Neste texto, trabalharemos essas questões a partir da experiência de acompanhamento e escuta de sujeitos que vivem em uma comunidade – a Vila Chocolate – marcada pela exclusão. Trata-se de uma comunidade constituída, fundamentalmente, por catadores de materiais recicláveis, provenientes de movimentações urbanas e que foi, no mês de maio de 2011, removida pela prefeitura.

A incidência de nosso trabalho se dá sobre os efeitos destrutivos das situações de desproteção social e política, e como as encontramos no contexto deste trabalho em lutos não elaborados, situações de violência, movimentos migratórios que entendemos apoiados em Rosa (2010) como formas de anular o laço identificatório aos semelhantes, bem como, fragilizar as estruturas discursivas que suportam o vínculo social.

Além das ações previstas no contexto de trabalho de assistência social que se dirigem à promoção dos direitos sociais em níveis de complexidade caracterizadas como de proteção básica e proteção especial, conforme a fragilização do vínculo social, a comunidade em questão apresentou um aspecto particular que foi a vivência de um processo de reassentamento.

A área onde estava situada a vila foi desocupada pelo poder público e a população que ali vivia foi transferida da área central da cidade para uma região periférica. Essa situação de remoção – que implicou na destruição das moradias existentes no local e o traslado da população para uma parte distante da cidade – produziu um importante processo de luto que se somou à já difícil situação de miserabilidade e estigma social.

Neste processo, em que houve a suspensão temporária da referência dos moradores em relação ao lugar que habitavam na cidade, pudemos acompanhar e incentivar a produção de narrativas que colocaram em questão as formas de apropriação da história da comunidade, das histórias dos moradores, do lugar de origem e do lugar de destino. A aposta da equipe do CREAS, ao realizar esse trabalho, era suscitar a fala da comunidade – e de cada sujeito que a compõe – acerca de sua história, propiciando, assim, novas formas de inscrição e de deslocamento discursivo sem que o laço comunitário fosse rompido.

No entanto, como preservar essa condição de abertura da posição do sujeito no laço social pela via das possibilidades identificatórias? Na situação que trazemos à discussão, o deslocamento de um coletivo inteiro pode produzir efeitos na afirmação de identidades constituídas conforme um lugar social atribuído, por outro lado, pode carregar os elementos para compor narrativas singulares, sendo que a aposta na narratividade repousa na perspectiva de que as narrativas não são o mesmo que o destino, e de que aceitar o que aconteceu é diferente de aceitar o que está por acontecer.

Algumas questões importantes são decorrentes dessa leitura do sujeito: por exemplo, e na direção que nos interessa trabalhar em nosso campo de investigação: como articular na história individual os significantes de uma história da cultura?

Como Koltai (2010, p. 223) enfatiza:

[. . .] as relações entre o sujeito do inconsciente com a História e ao desafio que se apresenta ao sujeito de poder dizer a História em nome próprio, de modo que ela não permaneça extrínseca ao devir psíquico do sujeito e lhe permita levar em conta a interiorização tanto do social quanto dos acontecimentos históricos da infância.

Essa pode ser entendida como uma questão metodológica e ética, que diz respeito ao compromisso com a memória que não é de um ou uns, mas de vários, tão plural quanto fragmentada. Pois, em conformidade com Hassoun (apud ROSA, 2010, p. 20), “somos todos portadores de um nome, de uma história singular (biográfica) localizada na história de um país, de uma região, de uma civilização. Somos todos depositários e seus transmissores. Somos seus passadores”.

O autor aponta, ainda, que a transmissão da cultura não é óbvia, sendo necessário um mínimo de continuidade na história social ou de cada sujeito. Mas, estes elementos se tornam críticos na entrada de uma sociedade tradicional na modernidade, em sociedades em crise ou multiculturais.

Buscaremos, então, trazer para a cena em foco um pouco da história da formação dessa comunidade, no intuito de incluir a imprecisão de sua memória como possibilidade de construção histórica, sobretudo a partir das formulações sobre o conceito de história articuladas em Benjamin, e revistas por Gagnebin.

É preciso considerar que o homem moderno vive em um contexto em que há um empobrecimento da experiência e das suas possibilidades de transmissão em razão de uma sociedade que, entre outros elementos, prioriza a informação. Conforme Benjamin (1994, p. 203), a informação “aspira uma verificação imediata” para que se torne plausível. Ela só tem valor enquanto é nova, vive inteiramente este momento e tem que nele explicar-se, esgotar-se. Este sentido atribuído à informação contribui com o declínio da narrativa. Sendo que a experiência, para o autor, se constitui não no momento em que a vivemos, mas no momento em que a transmitimos através da narrativa.

A narrativa, para Benjamin (1994), não se entrega ao momento, como a informação. Ela mantém-se como potência também por ser concisa e manter-se distante de explicações. A sua dimensão enigmática permite que seja passada adiante, modificada pelo próximo narrador ao imprimir sua marca ao narrar. Mas essa “autoria” é tida por Benjamin, conforme refere Kehl (2009), como uma marca mínima que suporta a transmissão de algo que pode ser compartilhado por uma comunidade e, por isso, produção de um saber que é singular e coletivo.

O autor traz alguns elementos que podem vir a nos instrumentalizar diante dessas violências, como a figura do colecionador que elege um fragmento e que o arranca de uma contextualidade, mesmo que se trate de elementos esquecidos, histórias esquecidas, para associá-lo a um novo tipo de interpretação. Assim, como compor o arquivo documental da história de uma cidade, de uma comunidade e de um sujeito, a partir do descartado, do esquecido, como propõe Benjamin?

Gagnebin (2006, p. 53), ao comentar o texto “O Narrador”, de Walter Benjamin, refere que o narrador contemporâneo se encontra com uma ideia diferente da narração tradicional, e que esta outra forma de narração se dá como uma “narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas”. Pois, não há mais uma linearidade na narração histórica e nem apenas uma única forma de dizê-la, numa pretensão de universalidade. O que há é uma tentativa de tornar apenas uma forma de dizer em verdade histórica, o que, para autora, na maior parte das vezes, ocorre em nome de interesses precisos.

Ainda conforme Gagnebin (2006, p. 54), Benjamin identifica o narrador com a figura

do trapeiro, que pode ser entendido como o catador de sucata e de lixo, esta personagem que recolhe cacos, restos, movida pela pobreza, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder. Para Benjamim, esse narrador não tem como alvo os grandes feitos, mas os elementos que sobram do discurso histórico.

Então, podemos pensar sobre os registros de coletividades, como a transmissão de experiências compartilhadas, considerando como refere Costa (2001, p. 25), que o que se produz em comum, não está somente do lado do que produz reconhecimento ou entendimento, mas também do lado do que é velado e não representado.

Para além de buscar uma história documental, nestes contextos tão denegados, tratou-se de oferecer aos sujeitos a palavra para que tomem, quem sabe, a posição do narrador. E este, conforme Benjamim (1994), preserva o saber do passado como o trabalhador sedentário, ou tal qual o viajante que, ao experimentar novos limites, tem sempre muito que contar, de forma que, ao contar-se através da experiência narrativa, possam também contar-se como mais um, no um a um que compõe uma coletividade.

O acompanhamento dos moradores da Vila Chocolateira na sua jornada, e a possibilidade de escuta das narrativas que sustentam esse processo, afirma o compromisso com o trabalho ético de recuperação de uma memória que situe os sujeitos em sua inscrição no laço por meio das palavras e das histórias

Assim, pensamos que neste trabalho também se tornou necessário escrever sobre a experiência desse grupo pertencente à Vila Chocolateira e ouvir suas histórias contadas em fragmentos, buscando distinguir, como nos alerta Estamira – personagem de um importante documentário sobre a vida no lixão na cidade do Rio de Janeiro –, de que o que se encontra no descarte, “às vezes é só resto, às vezes, é descuido”. Esta afirmação traz consigo a complexidade de distinguir nos restos, aquilo que “sobra” e que pode significar confrontar a “humanidade com a sua parte maldita, aquela que ninguém tem o direito de ignorar” (KOLTAI, 2010, p. 223).

E o ponto da história dessa comunidade que testemunhamos foi o de seu reassentamento que, tal qual um caleidoscópio, nos apresentou uma diversidade de combinações de experiências particulares, coletivas, expectativas, desesperanças... Sabedores de que acompanhamos um fragmento do desenrolar da vida dessa comunidade e de seus moradores, ao longo de três anos, é desse pequeno recorte que nos propomos a escrever e dos quais construímos algumas questões propostas nessa pesquisa.

A maior parte dos fragmentos clínicos se relaciona aos sujeitos acompanhados mais singularmente durante o reassentamento, e os demais fragmentos que situamos nesse trabalho

estão fundamentados nos elementos metodológicos expostos, no entanto, deixam mais frouxa sua relação a um lugar específico, mas ainda imersos no campo da assistência social para que deles possamos retirar outras implicações do trabalho clínico.

2.1.3 Sinais, Restos, Vestígios: construções da clínica

Houve, durante o recolhimento das narrativas e dos recortes dessa pesquisa, uma preocupação em oferecer aos leitores alguns significantes que pudessem conter os indícios das histórias particulares, mas de forma que os rastros nos permitissem reconstituir o que passou e deixar ver algumas relações entre o inconsciente e os processos de construção histórica.

Por isso, além das vinhetas clínicas, também realizamos com os moradores uma pequena narrativa da história da vila Chocolatão e, para contá-la ao leitor, recorremos a imagens e fragmentos de depoimentos que pudessem dar indícios de uma história coletiva. Identificamos, em nossa pesquisa, que são poucos os documentos relativos à vila (tivemos acesso apenas a um rascunho de uma planta com a designação das casas e um cadastro de moradores realizados em 2005, pelo Departamento de Habitação), bem como são poucos os moradores que permanecem no local desde seu início até hoje, o que encontramos são vestígios de trajetórias que custam a fazer marca.

Consideramos, nesta perspectiva, a leitura de Gisnburg (1989, p. 149), que relaciona o método freudiano caracterizado como um “método interpretativo, centrado sobre resíduos, sobre os dados marginais considerados reveladores”. Trazemos esta noção com objetivo de, conforme o autor, questionar quais os efeitos de abandonar o mito e a ficção pela história documentada. A principal consequência mencionada pelo autor é a perda do enigma, fundamental nos processos de transmissão por não se esgotar em um único sentido.

Podemos encontrar elementos da proposta de aproximar o método psicanalítico a um método interpretativo em Freud em pelo menos dois de seus textos “Delírios e Sonhos na Gradiva de Jensen” (1907 [1996]) e “O Moisés de Michelângelo” (1914 [1996]). No primeiro deles, Freud assinala a importância do cenário, no caso Pompeia, uma cidade em ruínas, e sua relação com os “eventos mentais” que a obra revela. No texto, há uma tentativa de apresentar a trajetória do personagem literário em sua viagem e relacioná-la aos seus elementos inconscientes e delirantes. Não se trata de buscar uma materialidade para esses elementos ou um vínculo com a realidade, mas assimilar que os processos inconscientes e os processos históricos não são dissociados e nem sempre sua relação é óbvia.

Neste ponto, ressaltamos que a aproximação da psicanálise com o texto literário se

relaciona com a possibilidade do psicanalista recolher, no saber que o escritor traz, algo sobre o mal-estar na cultura. Para Mannoni (1992, p. 96), o saber é preexistente a qualquer teorização, e é sobre essa afirmativa que, no seu entendimento, repousa a produção literária. E, ancorado nos dizeres de Freud de que “os escritores são os nossos mestres” Mannoni indica que “a teorização é necessária para impedir a fuga desse saber... Ela oficializa-o. Ela confirma-o. Ele chega-lhe de outros lados”. É a partir desse pressuposto que trazemos, ao longo de nosso estudo, algumas aproximações entre psicanálise e os textos literários.

Ressaltamos que o método psicanalítico se serve dos fragmentos, dos detalhes, dos “pequenos motivos” para desviar a atenção, conforme Freud (1907 [1996, p. 69]), das conexões aparentes para concentrá-la “em cada um dos elementos do seu conteúdo, buscando sua origem, nas impressões, lembranças e associações livres”.

Se Freud buscou em uma cidade em ruínas a possibilidade de localizar metaforicamente os processos inconscientes, como podemos ler nas ruínas, no lixo e nos restos do contexto em questão, indícios que possam estar articulados à singularidade dos sujeitos?

O outro texto da obra freudiana em que essa construção do método psicanalítico pela análise do fragmento dos parece clara é “O Moisés de Michelangelo” (1914 [1996]), como assinalado por Gisnburg (1989), neste texto é possível localizar a importância dada por Freud para os detalhes. A própria estátua de Moisés é um fragmento de uma obra maior, e a interpretação da mesma é rodeada de polêmica. Freud vai propor, diferentemente de outros intérpretes, através de um estudo detalhado da obra de Michelangelo, que são os “restos” os “rastros” de um movimento que Moisés já havia efetuado, que oferecem os “sinais” do que é possível reconstruir sobre o que se passou.

Portanto, este entendimento da história como inacabada e revelada nos seus detalhes, nos aproxima da noção benjaminiana que, conforme Costa (2001), busca se debruçar sobre os vestígios que vão sendo suprimidos nos homens em meio à multidão. Assim, conforme Costa (2001, p. 19), “quando se fracassa na recuperação de uma experiência marginal, não é só o indivíduo que a viveu que fracassa, é o próprio laço social”.

2.1.4 Confins da Psicanálise: articulações entre a clínica e o testemunho

Nessa pesquisa, buscamos realizar a articulação entre o “caso clínico” e os elementos indicadores das posições do sujeito em relação ao laço social. Essa estratégia teve o propósito de enfatizar o posicionamento ético, tal como nos apresenta Poli (1995, p. 43), pela

“necessária referencia do sujeito a um *ethos* – um lugar, uma morada simbólica – que delimita o a priori de sua relação com o mundo e com os outros”.

Em consonância com o exposto, partimos de uma leitura do caso clínico, conforme Figueiredo (2003, p. 8), como uma construção realizada a partir dos elementos recolhidos do discurso do sujeito. Trata-se de colocar em jogo os significantes do sujeito, suas produções com vistas a “decantar a história e traçar o caso a partir do discurso. Só assim será possível recolher dos infindáveis detalhes de uma história a direção de um caso”.

Buscou-se, também, acolher os diferentes laços e considerar os intervalos entre as prescrições da instituição e o sujeito do inconsciente “e resguardar o princípio da psicanálise da concepção não essencialista do sujeito e da impossibilidade de se ter uma identidade fixa e imutável”, como refere Fuks (2010, p. 80), pois, o trabalho em psicanálise para a autora se dirige “ao ato de afirmar a própria identidade pela deposição do eu soberano em favor do outro, do estrangeiro, o estranho que habita em nós”.

Assim, entendemos que a experiência de escuta no espaço conformado pela política pública de assistência social traz interrogações à psicanálise em sua dimensão clínica, social e política. Em recente conferência, Paulo Endo (2011) nos oferece algumas palavras que têm lugar nessa pesquisa como norteadoras de nossas questões, o mesmo afirma que, na investigação psicanalítica, não se trata de bordas ou contornos na referência aos limites da psicanálise, mas seus confins demarcados pelo que resiste à sua interpretação.

Para Endo (2011), essa relação se manifesta quando algo toma o lugar de um absoluto e não há espaço para o sujeito pois, frente à dimensão totalizante do absoluto, o sujeito resta objetalizado. Em nosso campo de trabalho, vários elementos podem estar posicionados como absolutos, oferecendo resistência à psicanálise, como a fome, a miséria, a dor e a destruição. Bem como, as prescrições institucionais, em programas cujas exigências podem se conformar da mesma maneira, obturando o espaço dos sujeitos.

Poderíamos dizer, apoiados em Soler (1998, p. 284), que a incidência política da psicanálise está em “ir de encontro ao real que causa o sintoma, respondendo aí de algum modo por uma resistência a esse sintoma”.

Considerando esse elemento de análise, entendemos que o desafio é a construção do laço necessário entre clínica, pesquisa e intervenção e, dessa forma, realizar a escuta do sofrimento psíquico onde ele se produz.

A introdução do testemunho em articulação com a clínica intensifica o trabalho de escuta e transmissão a partir de algumas de suas premissas enfatizadas por Pereira (2007, p. 3): “suportar não ir embora, agüentar a solidão de uma responsabilidade, e testemunho como

uma realização da verdade”.

Para a autora, suportar ouvir tem relação com a função do endereçamento na clínica psicanalítica, em permitir ao sujeito em seu processo “se organizar com o impossível que o interroga” (PEREIRA, 2007, p. 4).

O aspecto relativo à responsabilidade diz respeito à potência da transmissão de uma experiência, entendida como algo em que opera a transmissão de um saber para além do individual e pode ser compartilhada. Para Pereira (2007, p. 5), considerando as produções de Benjamim (1933) e Gagnebin (2006), se trata da “responsabilidade que implica a sustentação de um lugar e sua relação à castração, o que permite a transmissão, já que o que se transmite é uma falta e o que se testemunha é da ordem de uma perda”.

O testemunho, nesta perspectiva, é tomado diferentemente de outros modos de testemunhar, como o jurídico, o policial ou o religioso. Na direção apontada, o testemunho é relativo “ao testemunho de um acidente” proposição que Pereira (2007) recupera em Felman (2000), e para a qual acrescenta que “testemunhar pode ser a tentativa de achar as palavras que podem dar seqüência e rumo para não sucumbir ao abismo” (PEREIRA, 2007, p. 6). Sendo que, nessa realização, o que testemunhamos também é da ordem do inconsciente, e aí reside a dimensão de uma verdade, pois aquele que fala testemunha uma verdade que, apesar disso, continua a lhe escapar. Uma verdade que, para Felman (2000, p. 27), é inacessível ao próprio orador.

Nesta medida, estamos de acordo com Fuks e Rudge (2007) na proposição de que o testemunho mantém sua atualidade e sua pertinência, pois não se restringe ao narrar as experiências passadas, podendo ter lugar em meio a situações traumáticas e vir a constituir certo distanciamento, cujo efeito na concepção das autoras é terapêutico.

Ainda podemos visualizar outra aproximação entre o testemunho e a clínica psicanalítica a partir de uma diferença abordada por Seligmann-Silva (2005, p. 81) entre dois sentidos do testemunho: *Testis*, aquele que assiste como terceiro a um caso em que dois personagens estão envolvidos; e *Superstes*, que descreve a testemunha como “aquele que subsiste além de”, testemunha ao mesmo tempo sobrevivente, mas também como aquele que mantém-se no fato. O primeiro sentido remete à visão, enquanto o segundo prioriza a audição e, assim, a narrativa. Seligmann-Silva (2005) nos indica que tomarmos o testemunho em sua complexidade comporta em não reduzi-lo a apenas um de seus sentidos.

Considerando a complexidade dos elementos abordados pelos autores que trouxemos à cena, entendemos que aproximar o testemunho com a psicanálise poderá consistir em ferramenta para sustentar a escuta em contextos de aridez e violência, e dar condições de que

sejam tecidas narrativas onde nem sempre há alguém disposto a ouvir o outro. Ao estabelecer o compromisso com a transmissão e o valor dessas narrativas, buscamos construir lugares de alteridade para além de vítimas e agressores, mas para o inusitado que as diferentes experiências comportam, por mais doloroso e incongruente que seja.

2.2 SOBRE A EXPERIÊNCIA

Esta experiência particular de trabalho na política de assistência social vem se desenhando ao longo de 12 anos e traz algumas questões que buscamos desenvolver em alguma medida ao longo dessa pesquisa.

Inicialmente, a imersão no campo se deu em condições onde não se tinham muito claras as diretrizes de trabalho e o que sustentou nossa prática, além das diretrizes legais, então baseadas na LOAS e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi a articulação do trabalho a uma ética psicanalítica em que, mesmo com uma radical transformação do setting, permitiu que se estabelecessem os princípios que nortearam a escuta do sofrimento psíquico em espaços tão novos.

Fazemos referência à possibilidade de aproximação do trabalho clínico com a experiência de Françoise Dolto (1989) com a criação da “Maison Verte”⁵. As estruturas Dolto, como são chamadas na França, inspiram trabalhos como o da “Casa da Árvore”, no Rio de Janeiro, a “La Casa Verde – Fundación “Por la Causa de Los Niños”, na Argentina, e, mais recentemente, a “Casa dos Cata-Ventos”, em Porto Alegre. Além disso, se constituem em espaços nos quais se busca compor com outros espaços públicos da cidade, através da criação de um lugar onde o objetivo principal é a circulação da palavra sobre a vida comum.

Milman (2008), idealizadora da Casa da Árvore, afirma que, para Dolto, “o lugar da psicanálise acontece mesmo que ali os psicanalistas não estejam em seu setting”. Na Maison Verte, eles são “psicanalistas da cidade”, pois, ao interagir em um espaço social, falam – e muito. Sendo que, nas suas palavras, é possível reconhecer o trabalho da psicanálise, que é o de “colocar um ser humano em sua identidade, seu espaço, seu tempo, sua linhagem; e lhe permitir as mediações imaginárias que sustentam a simbolização das relações humanas” (DOLTO apud MILMAN, 2008, p. 36).

Não temos dúvidas que essa aproximação diz respeito a uma ética psicanalítica, um

⁵ A Maison Verte se constitui num lugar de convívio dirigido a crianças e seus pais, para brincar e falar: “Nem uma creche, nem um centro de acolhimento, nem um centro de assistência, mas uma casa em que mães, pais, avós, etc. são acolhidos e as crianças encontram amigos” (DOLTO, 1989, p. 259).

traço que buscamos recolher no “a posteriori” da experiência no campo da assistência social, enfatizando que não pretendemos igualar as “estruturas Dolto” ao conjunto das ações das políticas públicas.

A Política Nacional de Assistência Social, atualmente, regula o Sistema Único de Saúde (SUS) e, como já referimos, orienta as ações no plano legal em território nacional. No entanto, como as práticas vão se alicerçando nos contextos locais e nas experiências singulares, também é objetivo de nosso estudo.

2.2.1 Conhecer (N)outra Cidade

Tomamos como foco a experiência de trabalho que é realizada no CREAS, Centro de Porto Alegre, essencialmente na Vila Chocolatão. Entre as ações do CREAS, relacionamos o atendimento de indivíduos e famílias, bem como o acompanhamento de um grupo de famílias inseridas em programas sociais que foram reassentadas.

Assim, ao longo do texto, faremos algumas referências a alguns fragmentos do trabalho de intervenção e escuta de sujeitos que se deu ao longo destes anos de trabalho em diferentes regiões da cidade e, mais especificamente, a experiência de um coletivo pertencente à Vila Chocolatão, e alguns fragmentos clínicos que permitiram nos movimentar do coletivo ao singular de alguns sujeitos moradores da vila.

Como já mencionamos anteriormente, o contexto em que se produz intervenção neste trabalho toma uma importância em razão de se constituir em um espaço repleto de marcas que podem atingir os sujeitos de forma mais ou menos intensa, na medida em que habitar as zonas periféricas e, algumas vezes, esquecidas da cidade, já coloca um traço que identifica essas comunidades e os sujeitos a lugares marginais e anônimos.

Iniciamos esta narrativa no ano de 2000, referindo os primeiros contatos com o campo de trabalho da assistência social nos bairros Lomba do Pinheiro e Partenon. O impacto maior se deu pelo estranhamento, primeiramente, ao desenho da cidade de Porto Alegre, pois aquele que há alguns anos havia se consolidado de uma cidade urbanizada, mudou radicalmente. A cidade que percorremos agora tem ruas sem asfalto, becos, vielas, lombas, dificuldades de acesso, pois algumas casas são possíveis acessar apenas caminhando, em sua maioria, muito precárias, com uma única peça, poucas janelas, muitas frestas, ausência de água, de esgoto e iluminação.

Uma primeira interrogação se expressa em como buscar alguma familiaridade nestes contextos, para isso, precisamos nos aproximar e vencermos o impacto inicial gerado pela

violência social estampada nas condições de moradia.

As áreas arborizadas da Lomba do Pinheiro, um dos locais em que exercemos nossa prática, com a proximidade entre os vizinhos, trazem à lembrança imagens de cidades do interior, diferente do bairro Partenon, um segundo local em que recortamos nossa experiência, onde a urbanidade dá os sinais da precariedade e o traço de violência se destaca mais.

Continuamos a conhecer esta outra cidade a partir de um novo local, então região leste, bairros Vila Jardim e Bom Jesus. O desenho muda, na Vila Jardim, é por detrás dos condomínios, nas descidas das lombas, que vão se aglomerando os barracos. É, por muitas vezes, um conhecer labiríntico que só pode ser guiado pelos moradores, e onde o contraste entre a pobreza e a riqueza se intensifica nas imagens. No bairro Bom Jesus, o labirinto é circular, muitos becos, e não há muitos contrastes, as imagens da pobreza predominam.

Fazemos este percurso concluindo de que, na configuração das cidades, as periferias estão mantidas a certa distância, configurando um limite, também geográfico, ilustrado nestas bordas que apontam o tipo de enlace social.

Em estudos sobre a urbanização brasileira, Milton Santos (2001) chama a atenção para o caráter excludente da nossa urbanização, que produziu a cidade, especialmente a grande cidade, como polo de pobreza. Pois, para o autor, a pobreza não fica restrita ao do modelo socioeconômico vigente, mas se vincula também a um modelo espacial.

E definir espacialmente os aglomerados de exclusão não é tarefa fácil, principalmente porque eles são como a própria exclusão que os define, mais um processo, no qual os excluídos tentam a todo instante se firmar (se territorializar) (HAESBAEART, 1996, p. 327). Bem como necessita de constante revisão histórica, pois “o que o território tem de permanente é ser o nosso quadro de vida” (SANTOS, 2005, p. 257).

Assim, podemos pressupor, conforme Haesbaeart (1996, p. 315), que a exclusão social também se expressa por uma exclusão socioespacial e por uma extensa exclusão territorial, para a qual o autor sugere o termo territorialização precária como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto "recurso" ou "apropriação" (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade.

Nesse caso, é como se tivéssemos não tanto os grupos sociais excluídos do território (ou precariamente incluídos), mas o próprio território sendo "excluído" da sociedade, em um movimento de fora para dentro, no sentido de que cada vez mais são criadas áreas completamente vedadas à habitação/circulação humana.

A segregação socioespacial é, então, uma das características mais marcantes da exclusão social, pois o espaço é separado de acordo com o nível de renda e prosperidade

econômica. Nesse sentido, temos uma parte da cidade ligada ao capital, à modernidade, e outra parte ligada à insegurança e instabilidade. Nesse aspecto, a exclusão social nas cidades é marcada pela dificuldade de acesso aos serviços de infraestrutura urbana com problemas de saneamento, de abastecimento de água, dificuldade de acesso à rede de serviços e maior exposição à violência urbana.

A configuração territorial possui, assim, “uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelas relações sociais” e esse conjunto de relações expressa uma “configuração geográfica” (SANTOS, 2001, p. 51). De forma que o território não pode ser entendido apenas como uma base sobre a qual se formam identidades urbanas, um elemento transitório, ou um pano de fundo, pois “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 2005, p. 257).

A “produção do espaço urbano” considera que as formas espaciais são criadas, cidades, bairros, guetos, periferias e expressam as relações sociais (SANTOS, 2001, p. 51). E as sociedades, ao produzirem seu espaço, valorizam ou desvalorizam certas porções do território que vão ser apropriadas por diferentes atores sociais.

Santos (2005) indica, entre outros elementos de sua obra, que os espaços formam “pontos de fixação” da história de sua produção. De forma que o espaço é entendido pelo autor como uma produção histórica, sendo que os elementos fixados em cada lugar permitem ações modificadoras recriando e redefinindo lugares. Essa é a dimensão potente que, aos grupos sociais, cabe articular em sua estratégia de luta, pois, ao mesmo tempo em que a produção do território fortalece identidades, pode também vir a abrir o diálogo sobre as definições do espaço urbano.

A discussão que trazemos sobre a produção do espaço urbano, concisa em relação à sua complexidade, traz alguns elementos para o entendimento do processo pelo qual a Vila Chocolateiro esteve submetida ao longo dos anos de sua existência, no qual, para esse grupo, tratou-se de uma tentativa de produzir o seu espaço como um movimento de luta pelo direito à cidade.

Assim, talvez o maior estranhamento ao conhecer a Vila Chocolateiro, comunidade que vamos apresentar mais detidamente, é o lugar geográfico que ocupava, no centro da cidade, entre prédios públicos, ao lado do prédio da Receita Federal, que é chamado de Chocolateiro pela sua cor e que designa o nome da Vila.

A sua localização destaca a vila de outros contextos e torna ainda mais dramática a experiência de seus moradores, pois conjuga – de forma emblemática – a exclusão social e

política e a exclusão do território. Apenas no espaço da vila não há luz, e não seria difícil no centro da cidade a concessão de energia elétrica, por exemplo, que foi disponibilizada somente no ano anterior à remoção como estímulo para a saída do local.

O mesmo ocorreu com saneamento (havia quatro banheiros públicos para um conjunto de 750 pessoas e três pontos de escoamento de esgoto para o acesso das famílias que, por iniciativa própria, faziam o encanamento nas suas casas) e demais aspectos da urbanização que não foram realizados no local ocupado.

Assim, a vila era vista somente sob o ângulo de sua eliminação e as estratégias de produção de espaço de seus moradores muito combatidas, configurando uma posição diante do Outro, o social, de significativa violência. O afastamento geográfico comum às periferias, ao ser suprimido, acaba por destacar outra distância, a da segregação. Caracterizando a “periferia do centro da cidade” (COSTA, D., 2007, p. 3). Assim, percebemos que o desenho geográfico tem sua importância, entretanto, identificamos também o quanto o grupo, ou seja, a cidade, se constitui em vários “outros”.

A ausência da distância geográfica desacomoda, permite que outros estranhamentos se produzam. Nessa vila, as ruas quase desaparecem, tomam os seus lugares corredores; a cor vai perdendo lugar ao cinza dos barracos e ao marrom da madeira; quase a totalidade das casas é feita de madeira e compensado, onde chão confunde-se com os tapetes colocados nas casas e nos pátios para absorver a chuva. A água alaga as vielas, e ali é comum o fogo de chão, o fogo nas latas. As casas não têm energia elétrica e nem água encanada, há muito lixo, tudo ali é excessivo. É difícil reconhecer uma familiaridade diante de tamanha violência do precário.

Isso até reconhecermos os sujeitos e sua resistência diante de tamanha exposição à violência. Neles também encontramos beleza, delicadeza e dignidade, mantida a tão duras penas e, para alguns, com intenso sofrimento psíquico. Esse que constitui objeto de nossa pesquisa.

2.2.2 A Vila Chocolate: uma história, um coletivo

Considerando o exposto até então, levantamos como questão discutir como se dão as narrativas de experiências de sujeitos que vivem no laço social em uma posição de anonimato e de desproteção sociopolítica. Pois, além de reconhecer os significantes produzidos a partir de uma escuta clínica, buscamos entrelaçá-los ao desenrolar da história do coletivo de moradores da Vila Chocolate identificando, nesta perspectiva, uma possibilidade de

transmissão. Assim, consideramos que estas histórias orais podem nos trazer elementos para pensarmos as narrativas testemunhais.

O recorte deste acompanhamento compreendeu, além dos fragmentos da escuta clínica de alguns sujeitos, o acompanhamento da movimentação de um grupo de famílias em razão da solicitação de desocupação pela União e Departamento Municipal de Habitação de uma área invadida a ser retomada pela União, e a transferência deste grupo para a zona periférica da cidade. O CREAS vem desenvolvendo, através de um espaço de escuta, o acompanhamento dessas relações, articulando a expressão dessa vivência aos seus efeitos subjetivos.

São vários os elementos que possibilitaram a este grupo um processo de inscrição simbólica vinculada ao pertencimento à Vila Chocolatão, mas também são muitos os limites colocados por uma mudança territorial e os efeitos psíquicos produzidos nestes deslocamentos, muitas vezes, forçados. Cabe ressaltar a questão de que maneira estes processos são contados, de forma a visualizar a articulação das histórias individuais com a história da comunidade, bem como da cidade e a sua transmissibilidade.

A Vila Chocolatão passa a existir no contexto da cidade há aproximadamente 24 anos. O terreno vazio começou a ser invadido pelos seus novos moradores, na sua maioria, indivíduos que viviam na Prainha, junto ao Rio Guaíba, no entorno e no Parque Harmonia, em barracas, na margem do rio na orla do Gasômetro, onde viviam do trabalho com o lixo, pois parte do lixo da cidade era depositado nas imediações. Gabriela, ao visitar com a equipe do serviço no local, diz que no centro não falta alimento, o centro é muito rico. “*A gente vivia bem*”. Quando questionada sobre a escolha do local, na beira do rio, entre árvores e vegetação mais densa, Gabriela diz: “*Ali não éramos vistos, tinha a praia, não tínhamos permissão para morar ali*”. Já Anelise afirma: “*Gosto da beira do rio porque posso ver o céu e o infinito*”.

Paulo, morador desde o início da vila, diz que funcionários da prefeitura solicitaram que os moradores saíssem do lugar, pois era uma área de preservação ambiental. Os moradores poderiam participar de um programa habitacional na cidade de Guaíba ou do Bairro Restinga, ambos locais bastante distantes de onde estavam. A área também deixou de ser depósito de lixo, dificultando as possibilidades de trabalho. Conforme Paulo, poucos aceitaram deslocarem-se para os locais propostos, sendo que os demais, sem alternativa de moradia, “*levantaram suas barracas e atravessaram para o outro lado do parque*”, um pouco mais distante da margem do rio.

A ocupação da área que também não era própria para moradia foi identificada, ao longo destes anos, como uma invasão de área pública, comum na cidade em que áreas irregulares – chamadas áreas verdes ou áreas públicas – são invadidas. Este termo também

pode ser tomado em sua dimensão significativa – pois há, para estes cidadãos, outras formas de construir um lugar que não seja pela invasão da cidade? Haveria outra possibilidade ao habitar que não configurado pelo real da violência social, produzido pelos efeitos da exclusão?

Para Santos (2005), são diversas as formas de ocupação do espaço ao recuperar a noção de “espaço banal”, que explicita a relação dos indivíduos com o espaço que é para todos, mas ocupados de diferentes formas por cada um. Relaciona, com a apropriação do espaço urbano, outras duas categorias: os espaços luminosos, referidos às pessoas, às ações, aos objetos, à sua ocupação de maneira geral; e os espaços opacos, onde estão a carência dessa ocupação, de discursos, de ações que reflitam a ocupação simbólica e social desses espaços.

Atualmente, mesmo não possuindo nenhuma formalização em relação ao espaço que habitam, há uma apropriação de um lugar, entendido como sendo o “espaço do acontecer solidário” (SANTOS, 2005, p. 8). No novo local, passarão a ter uma casa formalizada, em área regular, o que não significa, necessariamente, a apropriação de um lugar.

A partir desse movimento de ocupação/fundação, outros indivíduos foram agregando-se ao grupo de moradores. Paulo diz, orgulhoso: *“Fui eu quem derrubou com facão os ‘maricás’, e construí as primeiras casas. Todo mundo sabe disso aí!”*. Movimento de uma pequena coletividade, que insistiu em inscrever um lugar. Embora muitos pudessem ser tomados pelos serviços de atendimento como moradores de rua pelas condições em que se encontravam antes e ao longo de sua permanência na Vila Chocolateao, se definem, de outra forma, como moradores da vilinha, da prainha, do Chocolateão.

Sabe-se que estes moradores possuem traços comuns em suas histórias, como as trajetórias de vida na rua e de abandono em suas infâncias, repetidos na posição ocupada no conjunto social, operando uma fragilização dos laços dentro da própria comunidade e no interior das famílias. Apesar disso, ressalta-se, paradoxalmente, o elemento de fundação de um lugar a partir da produção de uma inscrição que carrega os traços da vida na rua. No trecho – como é chamada pelos sujeitos essa vida em movimento, quase nômade e desgarrada ao se nomearem “trecheiros”, mas que mantém a esperança de pertença a um lugar –, mesmo que seja um lugar para se partir.

Este lugar, tido como transitório e provisório, carrega também, em sua configuração, composições de diferentes elementos estampados em casas que fogem ao convencional pelos materiais utilizados. Os móveis podem tomar o lugar de uma parede, e o exterior, a rua, também é ocupada pelo ambiente comum à vida privada. A presença da catação e os objetos

recolhidos do lixo, que já perderam sua função, passam a compor as casas, muitas vezes, com outra função e utilização, sendo que essa composição e recomposição, bem como a sua plasticidade, também vão marcar esse coletivo.

Assim, constituímos um espaço sistemático de escuta do coletivo de moradores da vila com vínculo de acompanhamento com o CREAS através de rodas de conversas, entrevistas individuais e visitas ao campo de trabalho, que teve como objetivo acolher a esperança que a mudança carregava o luto da perda de um lugar de vida e de sobrevivência e as impressões acerca da inscrição na cidade que o pertencimento a esta comunidade pode viabilizar aos seus moradores.

Neste processo, muitas questões foram trabalhadas com outros operadores da rede das políticas públicas, na via de garantir e qualificar o acesso aos direitos sociais no novo lugar. No entanto, além deste trabalho, destacamos outra dimensão que buscou levar em conta, no processo de escuta, os significantes que sustentavam a posição sujeito no laço social e suas incidências subjetivas.

Propomos examinar alguns relatos realizados coletivamente. O primeiro deles traz à cena o significante “incêndio”. Ao realizar com o grupo uma tentativa de apreensão histórica da vila na cidade e na história de cada um, após a demarcação de sua origem e de seus fundadores, o que passou a marcar a temporalidade daquela comunidade nas falas de seus moradores foi uma série de incêndios sofridos. Os moradores mencionaram o horror de viver sob este perigo de destruição. No total, foram 13 incêndios, sendo que um deles acarretou mortes.

Outros significantes foram trazidos a partir deste, como “vila incendiária”, “vila assassina” e “vila do terror”. Uma das moradoras trouxe a afirmação de que as pessoas que não residem na vila acreditam que são os moradores que provocam o fogo para ganhar coisas novas (casas, utensílios, etc.) e protesta, ao dizer de forma contundente: *“Nós perdemos com os incêndios, perdemos muito, nossos documentos, nossas coisas, nossas vidas, tememos pelos nossos filhos”*.

Esta moradora relata que, recentemente, havia ocorrido um princípio de incêndio, que a própria comunidade teve condições de conter e que o morador responsável pela negligência havia sido expulso, pois não podiam admitir tais descuidos que corroboravam com a acusação que sofriam ao serem culpabilizados pelos incêndios. Apontou-se que sabíamos das condições em que moravam, sem energia elétrica até pouco tempo, e do exíguo fornecimento de água, o qual se tornava ainda mais crítico nos meses de verão.

A moradora retoma sua fala: *“Sim, vocês sabem, mas e os outros?”*. E a mesma

reitera: “*Nós existimos para vocês, mas não temos nem documentos que comprovem onde moramos, agora, esperamos que seja diferente, já que vamos ter uma casa documentada!*”. A partir deste relato, pensamos que se insere outro significante – que é da ordem do “documento” – como o que pode indicar um lugar sentido atribuído à documentação como forma de inscrição de um lugar que pode indicar ao outro uma existência.

Da questão proposta pela moradora, abrem-se duas outras questões: primeiramente, a relação do documento com o nome, que discutiremos mais adiante a partir dos temas do nome próprio e do anonimato, ambos relativos à nomeação; e a posição de quem narra e para quem é dirigida a narração no ato do testemunho, expressa através da interrogação sobre quem vai escutá-los presente nesse pequeno relato, bem como na questão de Vera, que enuncia quando produzíamos com o grupo um pequeno vídeo com o objetivo de compor o arquivo de registros de imagens e fotografias que vínhamos construindo com o coletivo: “*Quem vai ouvir o que estamos dizendo?*”.

Este fragmento aponta para a forma pela qual o trabalho clínico de escuta articula os significantes que permitem aos sujeitos se representarem ali e sua posição no laço social, onde operam tanto as determinações culturais como a forma singular com que cada um pode construir-se discursivamente. Sendo que a pergunta de Vera desloca do “ver” para o “escutar”, suas palavras.

Neste caso, a intervenção conteve a sustentação de um lugar de escuta e endereçamento como a enunciação de que a ação do reassentamento é uma questão relativa à política pública, buscando ressignificar as experiências violentas e indicar sua articulação à dimensão reivindicativa dos direitos sociais.

Como também, ao incluir a dimensão da escuta do sujeito, pode-se alcançar como efeito a suspensão de certas identificações para que alguns significantes sejam interrogados. São essas dimensões do trabalho que, ao se articularem, permitem que levemos em conta o um, mas não sem o coletivo.

Outra preocupação presente nas rodas de conversas referia-se ao fato de que a vila não existiria mais no território em que se situava. Os moradores apontavam, em suas falas, os lugares que compunham esse território de vida, como o Parque Harmonia, a Prainha, na orla do rio Gasômetro, as praças, o centro da cidade. Escutamos essas falas também como uma forma de testemunhar a vivência traumática que acarretou a “destruição” do território da vila, então pela ação do reassentamento, e seus efeitos nas suas próprias histórias tão permeadas dessa exterioridade.

Na acepção de Santos (2007), o território em que vivemos se dá pela dinâmica dos

lugares onde construimos nossas relações, ele é um dado simbólico, sendo que cultura e territorialidade são como sinônimos, pois em ambos estão contidos a herança e também o resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. E refere que “as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-os a uma nova e dura adaptação ao novo lugar” (SANTOS, 2007, p. 81).

Então, no período que antecedeu a transferência da comunidade, nos ocupamos em visitar esses lugares referidos na composição de uma inscrição e que agora tomaria outra conotação, qual seja, a de um lugar que pudesse permitir a partida.

A partir desse movimento, as rodas de conversas passaram a se realizar em locais propostos coletivamente, respeitando um roteiro: associação de moradores, casas de alguns moradores, Parque Harmonia, praças, Prainha, entre outros.

Neste percurso, seguimos conversando sobre a vila, sobre as mudanças, fazíamos registros fotográficos, contavam-se histórias vividas nestes lugares, formulavam-se questões sobre o novo local de moradia. Entendemos que, neste percurso em que acontecia certa apropriação material dos lugares pela visitas aos locais, o intuito, do ponto de vista da psicanálise, era questionar não somente o deslocamento iminente dos sujeitos, mas introduzir questionamentos e, possivelmente, produzir deslocamentos dos significantes que se produzem em “territórios” tão marcados por respostas de afirmação de identidades – muito mais do que de acolhimento da alteridade.

Por meio da fala em sua potência e num trabalho de recuperação da memória, pretendíamos dar espaço a uma elaboração narrativa que desse lugar a outra temporalidade, que não somente a da memória traumática.

Neste trabalho de escuta e acompanhamento dos sujeitos, buscou-se articular a memória da história de sujeitos a um lugar – a vila –, ao acontecimento presente da mudança, extremamente carregado da expectativa de futuro. Ao recompor este percurso, percebeu-se o efeito de uma reconfiguração de limites que, discursivamente, puderam ser compartilhados e, através da presença da palavra, oferecer reconhecimento ao outro.

Assim, através dos fragmentos, nas frestas, pelos fios, buscou-se trazer para a cena as histórias de sujeitos que carregam marcas de outras experiências, pois extrapolam os territórios do vivido e do conhecido e, portanto, propor novos contornos às margens, de forma a interrogar os limites discursivos e outras formas de narração no reconhecimento da alteridade.

Blanchot (1999) afirma que a comunidade assume e inscreve, em certo modo, a impossibilidade da comunidade. Refere que uma comunidade é a apresentação aos seus

membros de sua verdade mortal. É como dizer, acrescenta, que não há comunidade de seres imortais, a comunidade justamente é o que torna presente a finitude.

No entanto, como incluir esta dimensão considerando, como aponta Mannoni (apud KOLTAI, 2000, p. 51), que nossas sociedades modernas se valeram da segregação para reagir ao horror que a morte provoca e levanta “a hipótese de que a mudança de atitude em relação aos mortos acarretou as demais segregações: dos delinqüentes, dos desviantes, dos velhos, dos imigrantes”.

Seriam sujeitos de nossa pesquisa portadores do traço da finitude da qual não se quer compartilhar? Essa hipótese nos coloca mais uma razão para que o trabalho orientado pela psicanálise, através da transmissão simbólica das narrativas, possa questionar a violência presente nas relações sociais.

2.2.3 Outras Histórias

Até então, buscamos realizar uma narrativa do nosso acompanhamento que conjugasse a história de um coletivo e que, ao longo dessa pesquisa, se desdobra em fragmentos, vinhetas, casos clínicos que nos interrogaram ao longo da construção dessa experiência particular.

Foi através de algumas “personagens” de nossa história, e guiados por elas, que pudemos acessar histórias singulares atravessadas pelos acontecimentos vividos no coletivo. E, a partir delas, a história coletiva da comunidade em um movimento alusivo ao “ir e vir” entre interior e exterior, que nos permitiu (re)conhecer, em alguma medida, a alteridade em nós.

A escolha desses dois casos, inicialmente, buscou expressar esse movimento, e também permitiu que nos interrogássemos quanto ao laço transferencial enquanto possibilidade de acolhimento da dimensão inconsciente, dois casos que se situavam no limite do fazer institucional, ao não se deixar capturar pelas prescrições institucionais, e que nos colocava diante de um “não saber”.

Vivian

Vivian iniciou seu atendimento há aproximadamente três anos. Moradora da vila há mais ou menos cinco anos. Sua mãe já havia sido atendida, por muito tempo, na política pública de assistência social, e Vivian conhecia muitas orientações dessa política, bem como, dos programas sociais e benefícios disponibilizados.

Sua família, de origem muito pobre, havia sido inserida em programas de transferência de renda, e o indicador de vulnerabilidade era o modo violento com que as relações familiares se estabeleciam. Esse foi o motivo, segundo Vivian, pelo qual ela saiu de casa e foi viver na rua, no Parque Harmonia, com um companheiro que constituiu nesta saída.

Após um curto espaço de tempo, Vivian é inserida em programa da assistência social, então como responsável legal de uma família com dois filhos, sendo que o terceiro filho Vivian teve no período em que já estava vinculada ao atendimento.

Vivian já tinha tido acompanhamento técnico focado na história de violência que se perpetuava com o companheiro, chegando a ser agredida com facadas pelo mesmo. Este fazia uso de crack, o que tornava a situação ainda mais crítica.

Foi realizada uma modificação na equipe para dar sequência ao trabalho com Vivian, sendo que eu já a conhecia e a sua família, pai, mãe e irmãos, a partir de meu trabalho em outra região da cidade, e passei a escutá-la.

Em muitos momentos do atendimento, Vivian repetiu a frase: “*Não quero perder meus filhos*”. E, então, buscou-se examinar quais os sentidos contidos nessa fala. O medo das mães de ter os filhos retirados de suas famílias através de acolhimento institucional é bastante recorrente no trabalho na assistência social pela vinculação da política com os operadores de direito, como o Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e Adolescência.

Em muitos casos, o acompanhamento familiar se inicia como forma de fortalecer as condições parentais de proteção aos filhos. Analisaremos em outro momento do nosso texto o quanto deve ser cuidadoso o trabalho para que não nos tomemos a partir dos indicadores de vulnerabilidade de um ideal de proteção, posição que não permitiria a inclusão do singular do caso.

Assim, na escuta de Vivian, nos interessava como havia construído sua queixa e para onde nos levaria. Trouxe elementos de sua infância e episódios de extrema violência, em uma dessas ocasiões, a sua mãe lhe bateu tanto que a deixou desacordada. Trouxe também a lembrança de outra violência, do abuso sexual que sofreu pelo irmão, do qual sua mãe, ao ser informada por Vivian, nada fez. As marcas dessas violências estavam também em seu corpo, que procurava esconder, e na forma como se deixava agredir pelo seu companheiro.

Ao longo do trabalho clínico, Vivian pode falar sobre essa violência, revelar algumas fantasias implicadas nessas cenas, como a rivalidade com uma de suas irmãs e o seu ciúme de outra irmã que acredita ser preferida pela mãe. A fala sobre o ciúme e a rivalidade entre suas irmãs se desdobrou em muitas sessões, até que Vivian pudesse falar do ciúme do companheiro, motor de inúmeras brigas e agressões, agora já não apenas do lado do

companheiro, mas também de sua implicação na cena violenta.

No entanto, Vivian seguia muito tomada por essas duas relações, com a mãe e com o companheiro, que eram colocados como “outros” absolutos na sua vida, sendo que não suportava estar distante, separada dos mesmo, e, ao estar com eles, era sua presença que ficava suprimida. Fazia referência à dificuldade em se ver só, não conseguia ficar sozinha em sua casa, o que lhe acarretava dificuldades com os agentes comunitários responsáveis pelo reassentamento, que discutiam se a mesma deveria ser beneficiada com a nova moradia devido às suas ausências do espaço da vila e com a própria comunidade que resistia a integrá-la no grupo, em razão dessa condição de se manter exterior ao mesmo.

No trabalho clínico, viu-se o quanto esses momentos eram povoados pelos seus medos. Medo de que o companheiro estivesse com outra mulher, medo de que não fosse amada, de que sentisse vontade de beber vinho e se descuidasse dos filhos. Aos poucos, esses medos foram narrados e Vivian conseguia ficar em sua casa e tolerar a ausência do companheiro, sem ter mais que se dirigir à casa de sua mãe. E o que inicialmente aparecia como um medo tomava a forma de uma pergunta. Poderia ser mãe?

Houve, no período de acompanhamento, dois momentos de muita importância para Vivian. O primeiro deles refere-se a uma ocasião em que tinha deixado sua filha mais velha de cinco anos com sua mãe, pois seu filho de três anos estava doente e ainda tinha um bebê com que se ocupar.

A mesma chegou ao serviço, muito ansiosa, pois a assistente social que atendeu a sua mãe no posto de saúde quando levou a neta questionou tal fato porque Lucia, mãe de Vivian, havia se queixado da filha, dizia estar sobrecarregada e ainda tinha que cuidar dos netos e, dessa forma, perguntava se não havia nenhum outro auxílio a ser disponibilizado pela assistência social para ela.

Novamente, se produzia discursivamente o receio de que os filhos poderiam não estar bem com Vivian. Nesse ponto, além de fazer a escuta de Vivian, buscou-se junto à rede de atendimento, o que estava fazendo questão para as equipes, o que foi importante para a condução do caso, pois não havia nenhuma ameaça real de acolhimento institucional, mas a equipe buscava saber qual era o posicionamento de Vivian, pois o que sua mãe levava era o relato de uma queixa na qual a filha não se responsabilizava pelos seus filhos.

E foi essa a pergunta que buscamos sustentar, por que Vivian acharia que os filhos estariam melhores com os avós do que com ela? A partir da introdução desse intervalo, Vivian também pode questionar a maneira pela qual sua mãe cuidava dos filhos e netos, e se gostaria de manter assim ou imprimir sua própria marca.

Vivian foi tomando algumas posições importantes, conseguiu incluir os filhos em espaços de educação infantil para poder buscar trabalho e, atualmente, está trabalhando. Esses dois atos não contavam com o apoio do companheiro, nem com o de sua mãe, mas puderam se sustentar através do laço transferencial, ali onde a repetição pode encontrar o novo.

Atualmente, Vivian reside em outra região de atendimento e segue vinculada ao grupo de famílias reassentadas. Ainda assim, busca, com menor sistematicidade, o atendimento, e conta sobre a vida no novo lugar. Podemos acrescentar que, além do novo lugar geográfico, conta de outro lugar subjetivo.

Em um dos últimos atendimentos, questiona-se sobre a sua relação com seu pai. Ao longo do trabalho de escuta, referia que tinha muita dificuldade de se dirigir ao pai, nem mesmo conseguia falar com ele. E entende que isso acontecia porque o mesmo não aprovou sua decisão de recusar o pedido de que o seu filho do meio, João, fosse morar com os avós, como era o desejo do seu pai. Posicionamento distinto de sua irmã mais velha, que deixou que os avós assumissem a responsabilidade legal pelos seus filhos e que, hoje, vive em situação de rua.

Aqui se abre o campo da fantasia de Vivian em relação ao seu pai, que passa a compor a sua produção discursiva. A capacidade de Vivian de cuidar dos filhos não é mais questão para ela, e vários elementos lhe asseguram disso, tem uma casa, está trabalhando, os filhos estão nos espaços socialmente investidos de valor. O que opera em seu discurso é a construção fantasmática, na qual vários elementos ainda se colocam como enigma.

Trazemos esse caso justamente na perspectiva de relançar como questão o lugar da dimensão do inconsciente do sujeito e apontar que, para a construção do laço transferencial, é preciso tomar o sujeito em sua diferença, em sua singularidade, e sustentar a dimensão do conflito, presente, muitas vezes, entre o campo da clínica e o da política. Pois, como nos afirma Koltai (2000, p. 24), o social é múltiplo e essa pluralidade entra em tensão com o particular da subjetividade de cada um.

Esse caso traz em sua complexidade como se entrelaçam as dimensões da clínica e da política, pois não se tratava de tomar a fala inicial de Vivian de forma a oferecer esclarecimentos apenas, nem tão pouco desprezar o que, imaginariamente, acompanhava seus receios, nem suas fantasias e produções sintomáticas, mas introduzir seu questionamento no plano simbólico, onde redesenhou seu lugar, sua filiação, seu desejo, ao ponto de escutá-la dizer: *“As coisas também tem que ser do meu jeito, como eu quero”*.

Entendemos, como nos afirma Koltai (2000, p. 26), que “o sintoma se situa em uma zona de intersecção entre o mais singular, o mais íntimo de um sujeito, e o discurso universal

no qual ele se inscreve”. Assim, foi no espaço da assistência social que Vivian pode encontrar lugar e sentido para formular sua demanda, um lugar em que se problematiza justamente sobre as vulnerabilidades e a função protetiva e onde ela, através do trabalho clínico, pode deixar de atribuir esse saber somente ao outro.

Leila

Leila se faz notar quando chega aos atendimentos pelo choro da filha de três anos. Um choro sem palavras que coloca a equipe em um estado de angústia. No entanto, a mãe faz do choro da filha o motivo de solicitar brevidade no atendimento, sem dar tempo de oferecer algumas palavras à filha ou mesmo o afago do seu colo. É a filha que anuncia a presença de Leila no CREAS, assim como é a menina que torna Leila presente nos trajetos que realiza à mendicância.

Habitualmente, Leila vem ao CREAS solicitar cartões assistenciais de passagem para seu deslocamento na cidade e coloca outros pedidos, como alimentação e roupas. Quando convidada para permanecer um pouco mais para que possamos entender o choro da filha e entender a falta das palavras dessa mãe, Leila vai embora.

Por muito tempo, foi dessa maneira que se deu o atendimento, buscávamos as palavras da filha omitidas pelo choro, e de Leila, orientadas apenas para o exercício da sobrevivência. Chegamos a nos preocupar com a possibilidade de instauração de uma patologia mais grave na constituição da menina, pela demora do seu ingresso no campo da fala.

Leila não gostava de esperar pelo atendimento e, então, era indiferente para ela quem lhe atendia. Foi a resistência de alguns membros da equipe para a realização daquele atendimento, com muito ruído e quase sem palavras, somada ao nosso desejo de “escavar na superfície” (LACAN, 1985), que fez com que pudéssemos acompanhar Leila durante dois anos.

Os atendimentos eram regidos por uma temporalidade muito singular. Normalmente, Leila não comparecia aos atendimentos marcados e sua presença se dava como irrupções à rotina de atendimento do CREAS. Leila já havia participado de um programa social (Núcleo de Apoio Sócio-Familiar – NASF), quando sua filha era recém-nascida. Naquela época, era muito próxima de uma prima, que nomeava como sua irmã e que, durante o período no qual Leila ficou afastada do atendimento, veio a falecer.

Leila volta a nos procurar em meio a um momento turbulento, no qual ela intensifica o uso de crack e sua errância-medicância pelo centro da cidade, sempre acompanhada pela filha. Não contava mais com sua “irmã”, com a qual tinha experimentado o início da vida na

rua. Sua mãe, portadora de deficiência mental grave, não representava uma função protetora desde a infância de Leila, e não sabia mais nada sobre seu pai, havia conversado apenas poucas vezes com ele e não tinha mais notícias do mesmo. Seu marido, que conheceu aos 15 anos, ambos vivendo na rua, pai de sua filha, era um homem violento, e já havia agredido Leila várias vezes porque achava que ela não cuidava bem da filha.

Nos momentos que Leila se colocava a falar, contava muitas histórias, que extrapolavam o atendimento. Leila contava histórias de perda, incêndios e outras catástrofes para moradores do centro da cidade, os donos da padaria, enfim, era difícil discernir a sua história nas histórias que contava.

Alguns impasses foram vividos no atendimento de maneira muito difícil. Leila tinha sua história institucional conhecida pela equipe do Juizado da Infância e Juventude em razão da sua mãe ter tido todos os filhos acolhidos institucionalmente, exceto Leila, que passou a morar com a família da prima (irmã).

No período de atendimento no CREAS foi realizada, no Juizado da Infância e Adolescência, uma denúncia pelo padrasto de Leila de que a mesma colocava a filha em risco devido ao uso de crack e da atividade de mendicância.

Esta denúncia, termo utilizado pela equipe do Juizado, se deu em tempo muito próximo à definição da guarda do filho da prima que Leila considerava como irmã. O menino, de nove anos, ficava com Leila, que passou por avaliação da equipe do Juizado da Infância e Juventude sobre a possibilidade de assumir legalmente a guarda do menino.

Havia uma preocupação com a função protetiva que Leila era capaz de exercer para com a filha e o “sobrinho”, mas também se abria uma interrogação sobre o desejo de Leila de ser mãe. Com relação ao sobrinho, Leila se posiciona enfaticamente: não quer o menino. Talvez, nesse momento, iniciássemos a visualizar que Leila não se coloca no compromisso “familiar” e no ordenamento geracional para cumprir com esse cuidado, mesmo sabendo que o menino irá para um abrigo, possivelmente porque nem para ela este lugar simbólico foi suficientemente constituído. Nessa direção, esboçava-se uma importante dificuldade de Leila com relação à sua filha.

Houve vários momentos em que, institucionalmente, buscou-se construir uma malha simbólica que auxiliasse Leila e encontrar significações mais ou menos compartilháveis sobre o lugar materno, sobre ela própria e sobre sua filha, através do atendimento e também no acompanhamento do seu percurso na rede de serviços, com muitas discussões com outras equipes em razão da recusa e do confronto que Leila engendrava em relação aos ideais das equipes. A pergunta era: como ela não acessa os serviços se os mesmos (com muita

resistência) acreditavam facilitar tanto o seu acesso. Como Leila não quer isso que é ofertado: educação infantil para a filha, tratamento de saúde para ela, etc.?

Essas são questões que interrogam os limites da clínica e os caminhos do desejo expostos no laço transferencial. Questionamos se foi possível, com Leila, estabelecer laço transferencial. Em certa medida, entendo que havia endereçamento por parte de Leila, em alguns momentos apenas, seja pela sua estrutura clínica nas bordas de uma estrutura psicótica, como uma hipótese a ser desdobrada, ou porque se fechava em uma identidade imaginária – ao nomear-se “mendiga” – e pouco permitia que desdobrássemos esse “nome”.

No entanto, os elementos que oferecem resistência à configuração da intervenção clínica no espaço institucional, e que esse caso nos coloca de forma tão destacada, estão presentes em uma antecipação do desfecho, há uma pergunta a ser respondida sobre a função protetiva pela instituição (FASC) para outra instituição (Juizado da Infância), que não define, mas compõe o desfecho, sendo que o sujeito resta suprimido.

Alguns sujeitos ainda conseguem encontrar lugar para suas questões e entendemos ser possível viabilizar para estes a escuta através da operação da transferência. Entretanto, como conduzir o operador da transferência onde a instituição resiste ao trabalho com o sujeito?

Leila acabou tendo sua filha acolhida institucionalmente. Pensamos que uma das causas foi não ter conseguido fazer um anteparo do excesso e da desmedida que vivia para a filha. Testemunhamos a sua perda que se construiu nas várias visitas que fez à filha na instituição responsável pelo processo de acolhimento. Sendo que foram nesses momentos que algumas palavras entre mãe e filha puderam acontecer, palavras de despedida – soubemos depois (a posteriori) –, pois a menina foi adotada.

Após o acolhimento institucional da filha, em dado momento do acompanhamento, Leila diz sobre sua história infantil e sobre o acolhimento de todos os seus irmãos: *“Só eu me salvei, todos os meus irmãos foram abrigados”*. Lemos, nesse enunciado, tanto a marca da repetição de uma perda – da filha que não conseguiu “salvar” –, como a possibilidade de somente neste momento colocar algumas palavras no lugar da perda que viveu e que não mudam seu destino, que permanece inscrito no significante “salvar-se”, mas que abriu para a sua filha outras direções.

Entendemos que os casos clínicos que trouxemos à leitura, além de cumprirem a função de um guia precioso nos contornos entre interior e exterior do que concerne o sujeito em sua relação ao laço, também nos apresentam como questão pensar sobre o que compõe as narrativas dos sujeitos que tomamos no trabalho clínico na assistência social. Como são essas narrativas, como elas se singularizam e que elementos elas nos trazem à escuta? E nos

deparamos com narrativas em que está presente, de forma significativa, a dimensão do trauma, do luto e da perda. Propomos, então, examinar esses elementos nos capítulos que seguem.

E, assim, considerar que a exposição a elementos desorganizadores para os quais os sujeitos atendidos encontram-se especialmente vulneráveis é, para nós, a possibilidade de recuperar em nossa escuta a dimensão traumática e do desamparo potencialmente presente nas situações de vulnerabilidade social, termo utilizado na política de assistência social para designar o público atendido.

CAPÍTULO 3

3 O TRAUMA E SUAS INCIDÊNCIAS NA CLÍNICA

Toda representação contém seu traço de saudade e seu resto de silêncio – de algo que já não está, de algo que nunca se entregou inteiro a simbolização (KEHL, 2000, p. 140).

Nesse trabalho de urgências e situações críticas, é importante discutir o sentido atribuído pela psicanálise às situações traumáticas, seus efeitos e sua especificidade. Pensaremos aqui não apenas na dimensão traumática que incide sobre a história individual do sujeito, mas também na dimensão coletiva do trauma que se faz presente em contextos de violências sociais e de desproteção sociopolítica.

Endentemos que a expressão de situações traumáticas é presente na escuta clínica e, na pesquisa em questão, podemos identificar pelo menos três eixos de sua incidência: a dimensão violenta, na qual se encontram os sujeitos submetidos na vivência de situações extremas, entre elas, a miséria e o desamparo social, relacionados com a dimensão contingente do trauma; a forma como essa vivência atinge o sujeito na relação particular entre a realidade e sujeito; e as suas incidências na clínica na operação da transferência.

A psicanálise, a partir de Freud e do desenvolvimento que o mesmo faz da teoria das neuroses traumáticas, aponta para a dimensão singular presente no acontecimento traumático, ao colocar o acento “não no acontecimento em si, mas no modo com que esse acontecimento incide sobre o psiquismo e é por ele processado” (RUDGE, 2009, p. 8), o que permite uma ampla polissemia em seus sentidos.

Em seu estudo sobre o trauma na obra freudiana, Rudge (2009) nos apresenta o significado etimológico da palavra trauma, que tem origem na língua grega e significa ferida, e nos relata que é uma palavra que tem por característica se manter a mesma em várias línguas, apontando que esta qualidade geralmente caracteriza apenas os nomes próprios.

O trauma tem como característica designar acontecimentos que rompem radicalmente com um estado de coisas presentes no psiquismo e provocar a construção de uma nova ordenação. Entre os acontecimentos e esses efeitos se insere a memória e a fantasia.

Como consequência do trauma, se instaura uma temporalidade específica articulada a uma impossibilidade de localização da experiência traumática na história do indivíduo em

razão da fixação ao instante traumático, bem como, de narrar essa experiência.

Na experiência traumática, se coloca o conflito, pois a “visão mais direta de um evento violento pode ocorrer como uma inabilidade absoluta de conhecê-lo; a imediatez pode, paradoxalmente, tomar a forma de um atraso” (CARUTH, 2000, p. 111). O traço que se conforma no trauma é o da incompreensão, pois, como sugere Freud:

O confronto com o evento que chega “cedo demais” para ser compreendido enquanto ocorre é repetido mais tarde, em um modo de repetição que insistentemente faz o evento voltar, mas o faz apenas no modo de seu não-reconhecimento, como um efeito retrospectivo. A história de um trauma, Freud parece sugerir, é sempre em sua própria repetição, uma história no ato de desaparecimento (CARUTH, 2010, p. 80).

Podemos entender que no trauma ocorre a impossibilidade do esquecimento pela insistência da repetição. Para Soler (2004b, p. 48):

O traumatismo se impõe em uma temporalidade de ruptura: o sujeito não tem nele a mínima parte, isso lhe cai encima. É uma temporalidade de instante, mas de um instante que não se esquece facilmente, enquanto existem tantos instantes que se evaporam no esquecimento e a partir do qual se instala uma constância, como uma onda que se propaga rebelde ao apagamento. De alguma forma um instante que engendra algo, uma perpetuidade.

O trauma, então, dispara alguns aspectos específicos na vida psíquica dos sujeitos que colocam impasses para a clínica, como a repetição, o esquecimento, a memória, a incompreensão e que fazem obstáculo para a potência narrativa, essa essencial para que o sujeito possa implicar-se na construção de um novo ordenamento em sua história, no lugar da desestruturação simbólica e imaginária instaurada pelo trauma ao abalar as formas habituais de funcionamento e compreensão.

Pois, o trauma é entendido como o encontro com o real que assalta o sujeito, e impossível de antecipar ou evitar, como nos é apresentado por Soler (2004a, p. 01), “um real que exclui o sujeito, sem relação nem com o inconsciente, nem com o desejo próprio de cada um, um encontro com o real que o sujeito ‘não agüenta’, como se diz e que deixa seqüelas, como tantas marcas que cremos inesquecíveis”.

Embora a causalidade traumática possa excluir o sujeito, o que vemos com a psicanálise é que não há uma objetividade absoluta do traumatismo, na medida em que o trauma é definido como o encontro com o perigo, ao qual o sujeito se vê sem recursos quanto aos meios para seu enfrentamento. No entanto, se trata da sua capacidade de “suportar, canalizar e redistribuir a excitação” (SOLER, 2004a, p. 11), que é singular e está relacionada

aos recursos simbólicos de cada um.

A mesma autora coloca algumas circunstâncias nas quais os indivíduos estão potencialmente sujeitos ao trauma, entre elas, as guerras, a violência urbana e as catástrofes naturais. Nessa última, refere uma diferença: “com a guerra e o sexo, há implicação do registro do Outro e de sua obscura vontade, mas com as catástrofes naturais como inundações, erupções vulcânicas, tremores de terra, surge o que poderíamos chamar de o mais real do real, pois exclui todo e qualquer sujeito” (SOLER, 2004a, p. 01). Entre eles há os acontecimentos classificados como catástrofes “nem tão naturais”, a autora traz como exemplo o acidente de Chernobil, nos quais se coloca a questão da responsabilidade.

3.1 CONCEPÇÕES ACERCA DA DIMENSÃO TRAUMÁTICA

As concepções de trauma que encontramos em Freud estão presentes desde o início de sua obra, como nos apresenta a autora Ana Maria Rudge (2009), que faz um precioso percurso pela obra freudiana sobre esse conceito que foi modificado por Freud ao longo de sua pesquisa. Seguiremos o percurso proposto pela autora.

Inicialmente, a dimensão traumática foi relacionada com a neurose histérica e a noção de um trauma sexual. Deste período, destacaremos para a discussão que propomos a concepção de temporalidade presente no trauma. Para Freud⁶ o momento que caracterizava o trauma, em sua hipótese sobre a sedução infantil, era posterior ao mesmo, ou seja, quando se chegava à puberdade e significava-se o ocorrido. Esta hipótese sobre a sedução infantil Freud abandona na continuidade de seus estudos.

No entanto, a percepção temporal a partir da noção de “Nachträglichkeit”, ou “a posteriori”, permanece presente em Freud⁷ e é recuperada por Lacan, que sublinha sua importância na teoria psicanalítica. É esta dimensão temporal que indica que “o presente se associa ao passado e transforma sua significação” (RUDGE, 2009, p. 21) e que nos fornece elementos para o entendimento da temporalidade presente no trauma.

O abandono de Freud da teoria da sedução como o evento traumático, que está na base do seu estudo sobre a neurose, ocorre devido ao desenvolvimento do conceito de inconsciente, pois o mesmo funciona sem que se possa distinguir verdade e ficção, memória e fantasia. E se a fantasia tem relação com a produção discursiva de cada um, a mesma compõe tanto a

⁶ Rudge (2009) tece seu comentário a partir dos textos iniciais da obra freudiana sobre Estudos sobre a Histeria (1893-85).

⁷ Rudge (2009) indica que no texto “Projeto de uma psicologia científica” (1895) Freud utilizará o termo “Nachtraglichkeit” pela primeira vez em sua obra.

realidade psíquica quanto a realidade material. Assim, mesmo sob os efeitos de uma dada realidade material, não se pode refutar o componente da fantasia.

O que Freud antecipa é que não pode haver uma coincidência entre discurso histórico e acontecimento passado, de vez que as idéias, os desejos e interesses do presente sempre influenciam a reconstrução do passado (RUDGE, 2009, p. 21).

A partir do desenvolvimento das teorias sexuais infantis, Freud vai revisando o seu entendimento sobre as neuroses e vai introduzir o conceito de pulsão e o papel da cultura na organização da sexualidade humana. Nessa direção, Freud introduz o complexo de Édipo⁸, bem como, o mito Totem e Tabu (1913-1914 [1996]). Este último como um acontecimento inaugural da cultura, que tem por finalidade a instauração de uma lei simbólica, ressalvando-se que o domínio das pulsões jamais é inteiramente apreendido e que sempre restam elementos que não se deixam capturar pela cultura.

Brevemente, acompanhamos os diversos sentidos que o trauma toma na obra freudiana: primeiramente, na teoria das neuroses; posteriormente, no ordenamento cultural que se reporta ao mito do assassinato ao pai; e, depois, em sua extensão para outros momentos da vida psíquica de cada indivíduo. Freud reconhece (RUDGE, 2009, p. 34) que o trauma é contingente ao ser tomado um a um, mas há condições estruturais que o propiciam de forma que “as experiências traumáticas são inevitáveis na existência de qualquer pessoa. As próprias condições de subjetivação do ser humano são responsáveis por isso”.

Podemos entender estas condições de subjetivação como as experiências compreendidas como traumáticas: a entrada na linguagem e a angústia de castração na expressão de suas perdas – perda do pênis, quando da percepção da diferença sexual –, perda do objeto nutriente, perda de amor, perda da proteção do supereu.

E ressaltamos que, entre o traumatismo e suas consequências sintomáticas, há o inconsciente, de forma que Freud coloca o trauma em um lugar central em sua teoria ao tomá-lo como equivalente do recalque originário que situa a dimensão inconsciente. Podemos compreender melhor essa aproximação ao trazer as contribuições de Lacan, que afirma (LACAN, 1967, apud SOLER, 2004a, p. 12) “o inconsciente não é perder a memória, mas é não se lembrar do que sabe”.

Assim, o inconsciente é um saber que não representa o sujeito, e no qual o mesmo não se reconhece, sendo que é um saber que se impõe nas repetições e nos sintomas; e suas

⁸ A autora se utiliza do texto “Análise de uma Fobia de um Menino de Cinco Anos” (FREUD, 1909 [1996]) para tratar o tema do Édipo e da castração.

expressões, conforme Soler (2004a, p. 12), não são menos violentas para os sujeitos do que as do real, sendo então o próprio inconsciente também ferida.

A teoria do trauma nunca deixou de ter importância nos estudos da teoria da psicanálise, como nos apresentou Rudge (2009) em seu percurso pela obra freudiana, e é a própria autora que destaca uma nova apreensão do conceito a partir dos estudos sobre as neuroses de guerra. Enquanto acontecimento social e político, as guerras trouxeram interrogações para a prática clínica sobre as formas de sofrimento psíquico que se expressava nos soldados que voltavam do front.

Suas manifestações clínicas consistiam na fixação ao instante traumático, nos pesadelos recorrentes, no sentimento depressivo, no desânimo, na tristeza, de forma que se estabelecem algumas diferenças entre as neuroses de transferência e as neuroses traumáticas. Enquanto as primeiras se construíam com base em conflitos relacionados a fantasias, na neurose traumática o que se produzia era a repetição literal, nada metafórica do evento traumático em que “o fato recente que caíra na vida do traumatizado como uma pedra em seu caminho e que não se tornava passado” (RUDGE, 2009, p. 42).

O trauma, para Rudge (2009, p. 43), “é o impacto de um acontecimento sobre um psiquismo singular, e o solo constituído pela história passada do sujeito na determinação do significado que esse acontecimento assume para ele não pode ser desconsiderado, seu mundo de fantasias deve ser levado em conta”.

Entretanto, são as experiências traumáticas recentes, que não se consegue assimilar nem esquecer, que são determinantes na constituição dos sintomas, até mesmo da forma que assumem de um “reviver incessante” (RUDGE, 2009, p. 43). Na neurose traumática, é um evento recente que acomete o sujeito, entretanto, a forma como o mesmo vai relacionar-se com ele depende de como estruturou seu psiquismo nos primórdios de sua constituição.

Entendemos, assim, que mesmo que a constituição psíquica do sujeito possa trazer marcas de experiências traumáticas, considerando a infância um momento vulnerável para isso, não podemos considerar o trauma atual apenas como uma reativação de um trauma infantil, embora sofra seus efeitos. A teoria psicanalítica nos permite pensar que acontecimentos contingentes podem ter efeitos de instauração de outras expressões do sofrimento psíquico.

3.2 TRAUMA E VULNERABILIDADE

Admitir a vulnerabilidade do sujeito diante de elementos desorganizadores, também nos é cara nesse trabalho, pois este termo é utilizado na caracterização do público atendido na assistência social. Nas diretrizes e orientações da política pública, o atendimento é dirigido a pessoas em situação de vulnerabilidade social

Aqui, situamos um elemento presente na escuta das experiências dos sujeitos envolvidos nos espaços de atendimento e que se relaciona ao sentido atribuído a vulnerável. Ao admitir esse traço, podemos nos colocar em posição de testemunhar os acontecimentos traumáticos vividos pelos indivíduos.

No entanto, isso é diferente de tomar esse elemento de forma a construir tentativas de atuar preventivamente, muitas vezes, nos antecipando aos sujeitos em tentativas de “proteção integral”, termo frequente nos projetos e ações da política pública de assistência social. Nesse sentido, Rudge (2009) retoma em Freud o alerta de que o trabalho psicanalítico não pretende imunizar o sujeito em relação a possíveis eventos que podem acometer a sua vida psíquica. Esta afirmativa também se torna válida em nosso campo, pois, sob a perspectiva da identificação da vulnerabilidade, podemos, na intervenção social, trabalhar em nome de um ideal de proteção que aprisiona o sujeito.

Por outro lado, o reconhecimento de que a exposição a acontecimentos desorganizadores – como catástrofes, guerras, miséria, entre outros – afeta destrutivamente os sujeitos pode instrumentalizar as políticas públicas em ações de cuidado com o outro.

Entendemos que a violência e expulsão social fragilizam as estruturas discursivas que e geram efeitos destrutivos e de exposição ao traumático. Esses efeitos sobre os sujeitos agem de forma a enfraquecer, ou mesmo, perder o laço identificatório dos semelhantes.

Para Rosa (2010, p. 16), as estruturas discursivas suportam o vínculo social no que diz respeito à circulação de valores, ideais e tradições de uma cultura, resguardando o sujeito do real, sendo que “a fragilização destas estruturas expõe o sujeito ao risco de confrontação com o traumático – aquilo que está fora de sentido – quando a dimensão do perdido e a dificuldade de se localizar no mundo tomam um lugar primordial e pode promover efeitos de certo descompasso no laço social”.

No campo de trabalho, identificamos essas questões nos lutos não elaborados, nas situações de violências, nos movimentos migratórios e na errância estabelecida por alguns sujeitos. Sendo que, uma das respostas dos sujeitos que encontramos na análise dessas situações é o silenciamento como uma suspensão temporária. Conforme Rosa (2010, p. 18), o

mesmo age como “um modo de resguardo do sujeito ante a posição de resto na estrutura social”.

Nesse sentido, recorreremos a alguns fragmentos recolhidos na escuta de sujeitos que nos remetem para a articulação entre a dimensão estrutural e contingente do trauma.

Denise

Denise busca o serviço com uma postura muito resistente, não quer falar sobre coisas que lhe incomodam, quer o encaminhamento para um abrigo, está em situação de rua, é o seu último dia no albergue e lhe disseram que deveria ir ao serviço em questão. Foi dito à Denise que vaga no abrigo seria solicitada e que poderia retornar tanto para saber da obtenção da vaga como para falar quando se sentisse mais à vontade.

Nesse atendimento, trouxe que seus filhos não estavam mais com ela, que as coisas pioraram muito quando sua mãe faleceu e que tudo acontecia porque sofria dos nervos, haviam lhe dito que era bipolar e disse que se não podíamos oferecer resposta imediata sobre a vaga no abrigo não adiantava nada ficar ali.

*Na semana seguinte, retornou ainda muito impaciente e, na sala de espera, já disse que **não tinha tempo para aguardar**. Denise queria saber da vaga, foi dito que a vaga no abrigo não estava disponível ainda, e questionamos se ingressar no abrigo era a única alternativa, senão, poderíamos construir outra possibilidade?*

Denise fala de seus empregos, da época em que trabalhava e que tinha sua casa, mas que estava enlouquecendo, muito nervosa, não conseguia mais e aí começou a ir para a rua e deixar os filhos, até que não teve mais um lugar para retornar.

Novamente, diz que não adianta ficar falando essas coisas, porque se não temos a vaga no abrigo é porque não podemos lhe ajudar, e vai embora.

Ao longo dos atendimentos, trouxe sua passagem em vários serviços, onde apresenta suas demandas, sempre na via de objetivá-las e sem construir referência duradoura. Muitos desses serviços não a atendem mais porque Denise não realiza os encaminhamentos definidos pelas equipes ou mesmo propostos por ela. Num dos dias em que se apresentou muito irritada, foi colocado que a obtenção dos recursos, muitas vezes, não era imediata,

embora reconhecêssemos sua urgência e questionamos o quanto buscar vários serviços ao mesmo tempo podia dificultar de que a mesma visualizasse melhor o percurso que realizava e a direção que pretendia manter.

*Denise retorna, não foi ao albergue para onde foi encaminhada enquanto esperava vaga no abrigo, porque resolveu dormir em uma tia e voltou a falar de sua vontade de se tratar em razão do uso de crack, acha que é porque não se engaja em nenhum tratamento que seus familiares não permitem que volte a morar com eles, e nem seguir vendo seus filhos. Chora e diz que não adianta falar **“porque é muito doloroso lembrar”**.*

Denise precisa, a cada vez que retorna ao atendimento, expressar o agravamento de sua exposição aos efeitos de uma vivência na rua para obtenção de uma vaga e, ainda assim, não consegue, embora o parecer técnico fosse de acolhimento em instituição de proteção. Sendo que ela própria também passa a repetir a perda e a recusa, sem conseguir dar lugar à outra implicação do que a manifestação sintomática de subtrair-se ao outro. Nesse fragmento, nos deparamos com o impedimento da palavra, pois, para Denise, “não adianta falar”, é a dimensão do corpo que opera e que se encontra sem lugar.

Denise nos lança a pergunta sobre o lugar que encontra na rua, espaço tão investido socialmente de risco e de perigo. Não seria o encontro com a perda que se atualiza a cada tentativa de fazer laço? Pois, quando consegue enfim vaga em espaço protegido não acessa o abrigo e faz um intervalo no atendimento.

Podemos fazer alusão a um funcionamento psíquico, no qual o deslizamento metonímico vem encadeando os atos e a produção discursiva, no entanto, também podemos questionar o quanto a incidência de situações traumáticas torna estreita a passagem ao campo da fantasia. Passagem fundamental do literal ao ficcional, como possibilidade de elaboração do traumático.

É importante situar também o elemento da repetição presente na discussão que fazemos sobre as várias dimensões do trauma. Este aspecto está presente na neurose traumática e também em outras manifestações da clínica, e nos indica a partir do texto, “Além do Princípio do Prazer” (FREUD, 1920 [1996]), que a busca do prazer é algo de fundamental importância para os indivíduos, mas também existe uma inclinação para a manutenção do sofrimento psíquico.

Em um segundo momento da obra freudiana, a partir da segunda tópica, Freud vai discutir a repetição de situações vividas como de sofrimento ou padecimento como uma

manifestação do psiquismo, que Freud vai denominar de pulsão de morte. A repetição pode ser tomada em suas duas faces: como a manutenção da experiência traumática, como aquilo que não se esgota, nem se modifica; e, em outros casos tornar-se um instrumento pelo qual as experiências traumáticas possam ser integradas no psiquismo (RUDGE, 2009, p. 52).

Em nosso contexto de trabalho, no qual a miséria vai expondo o sujeito à violência da ausência dos mínimos sociais, e onde se apresenta a face violenta do Estado e do semelhante, como sobreviver à excessiva e diária exposição traumática? Como transmitir essa experiência de forma a implicar o outro, pois, o que se percebe, normalmente, é a tendência em defender-se dos efeitos sintomáticos da exposição traumática aos quais os sujeitos estão suscetíveis e que afetam o coletivo (a forma pela qual a instituição nega a possibilidade da vaga em abrigo para Denise), pois seus efeitos podem ter alcance mesmo naqueles que não estão presentes no acontecimento. Importantes trabalhos fazem referência a imagens de catástrofes e guerras que podem se transformar em potentes instrumentos de transmissão, mas também esvaziar o sentido da experiência.

Vila Chocolatão

Referimo-nos, também às famílias moradoras da Vila Chocolatão, as quais se encontram vulneráveis a repetidas doses de destruição, nos incêndios, e, no dia a dia, submetidas à precariedade. Bem como, na destruição que envolveu a remoção da vila. Ressaltamos a excessiva publicidade dada ao evento da remoção, considerando apenas os aspectos tidos como positivos de forma a construir não uma narrativa, mas uma única versão: a urbanização da vila e a melhora nas habitações, mas que banalizavam toda a luta e resistência empreendida pelos moradores em permanecer no local, no centro da cidade, que lhe fornecia referências históricas e de significações.

Destacaremos um fragmento dos atendimentos realizados através dos encontros, realizado no Parque Harmonia, local próximo à vila, onde alguns participantes trouxeram à discussão a mudança de local prevista com o reassentamento das famílias e suas preocupações com o local em que vivem, enfatizando o desejo do novo em contraste com a precariedade. A narrativa em questão foi construída no grupo e discorre sobre a vivência de vários incêndios.

Os participantes do grupo referiram o último incêndio que presenciaram em janeiro de 2009, devido à explosão de um botijão de gás. Falavam do medo que possuíam de que ocorressem novos incêndios e expressavam a esperança de poder viver melhor no novo lugar. Uma moradora da vila explicitava o medo de novos incêndios, a partir de uma identidade atribuída à vila que retomamos no texto através dos significantes “*vila incendiária*”, “*vila*

assassina”, “*vila do terror*”, são construídos ao longo de uma vivência traumática de 12 incêndios.

A desolação e destruição no lugar e do lugar, paradoxalmente entendida como movimento, pois recebiam novas casas do poder público, se constituía na repetição e da imobilidade do Estado em construir alternativas que possam elevar os sujeitos à sua dignidade. Nessas ruínas que se produziam com os incêndios, conviviam, então, o passado e o futuro, pois, conforme Santini (2007, p. 97), “do ruinoso surge o barraco uma construção nova mas que surge velha e desgastada”.

Como previa a moradora, no ano de 2010, no final do verão ocorre mais um incêndio, agora são 13. O relato do mesmo é trazido para o trabalho no grupo de acompanhamento, sendo que a causa provável do incêndio foi o fogo de chão utilizado no lugar do fogão. Os moradores relataram: “*Ficamos apavorados, em pânico, a polícia chegou e buscava impedir que tentássemos apagar o fogo, não podíamos ficar parados, diziam que tínhamos que esperar os bombeiros chegar, mas o fogo iria aumentar, não era possível esperar*”. Questionam-se: “*Por que, mesmo quando chegaram os bombeiros, tinham mais policiais que bombeiros?*”. “*Nós não precisávamos de tantos policiais. E ainda tivemos que ouvir que a culpa do fogo eram as casas que pareciam ‘bibocas’, grudadas umas às outras, mas são as nossas casas!*”. Ressaltavam a vontade de serem transferidos para o novo local, mas em seguida, voltavam a questionarem-se: “*Será que a polícia é que vai fazer a nossa saída?*”.

Outro registro que podemos relacionar à experiência da destruição diz respeito ao momento de remoção da vila. Foram aproximadamente dez dias em que o território da vila foi sendo destruído diante da presença dos moradores que aguardavam serem transferidos. Neste período encontrávamos as famílias na área de remoção cercadas de muitos escombros e pudemos testemunhar a indignação dessas famílias pelo atraso na transferência do local para a nova moradia, sendo que tal desfiguração do espaço talvez fosse determinante na angústia da espera.

As casas vizinhas, as ruelas, a associação de moradores, as entradas da vila, os bares da comunidade, os becos, etc., não existiam mais a não ser na memória, ainda recente e ineficaz para o momento do acontecimento. Ocupava o terreno a polícia federal, a brigada militar, os guardas municipais e técnicos da prefeitura do departamento de habitação, retroscavadeiras, e, mais uma vez, muitos escombros. Em nosso percurso pela vila exclamamos para um morador: “*Nossa, parece cenário de guerra!*”. Ao que respondeu com uma alusão a outra imagem, “*aqui parece o Japão*”. Ele estava certo, falava de uma catástrofe, de algo com o poder de arruinar, de não deixar nada. Com os pertences

encaixotados para a mudança, outra moradora diz: "*Nos deixaram aqui, pior que animais*". Também contundente em sua fala, pois essa "desapropriação" de um lugar, considerando a acepção de Milton Santos sobre esse tema aponta para o traumático experimentado na violência do outro.

Destacamos o impacto desse acontecimento, no qual os moradores estiveram envolvidos num trabalho de reconstrução de um lugar e de uma memória. "O eu só existe em trânsito", é o que afirma Benjamin e podemos aproximar esse elemento de uma leitura psicanalítica, mas paradoxalmente em contexto de tamanha violência, quando se trata de uma quase "expulsão", do desaparecimento, não há justamente uma dissipação do eu?

Compartilhamos assim um trecho do texto 'O Riacho' da exposição de Iberê Camargo, 'Meandros da Memória', no qual o artista afirma: 'Essas impressões vêm de um tempo já antigo. Hoje o riacho é um curso d'água comportado, despoluído, de águas claras, que caminha entre margens retificadas e, possivelmente, sobre leito de saibro. A ponte de pedra, sua irmã agora fora de contexto, tornou-se intrusa. Estranho ver edifícios históricos (tombados) engolidos por modernas estruturas que os fazem parecer cadáveres em sarcófagos. Essa hibridez vem pelo desamor pelo velho e da avidez pelo lucro. As contínuas reformas na nossa cidade – a cidade é nossa casa – nos transformam em forasteiros. O progresso é uma ação de despejo em execução. Por isso, um belo dia, na temida velhice, sentimos a incontida vontade de voltar ao nosso pátio, para reaver as coisas que lá deixamos”.

Nestes fragmentos, nos questionamos sobre como operar a escuta de forma que a dimensão singular da experiência traumática, isso que o trauma revela do sujeito e que passa a compor sua identidade pela experiência que atravessou, possa encontrar lugar na fala endereçada. Constituindo, assim, um passo além do recolhimento das histórias institucionais nas quais os sujeitos vão sofrendo uma violenta redução ao relato do traumático, transmitido entre os membros das equipes e dos diferentes serviços responsáveis pelo atendimento, bem como, muitas vezes, por ele próprio.

Situar o acontecimento traumático na história de vida do sujeito tem o intuito de que o mesmo passe a compor a série de identificações que configura uma narrativa, de maneira que a mesma se mantenha como uma obra aberta. Assim, evitamos que o trauma ganhe estatuto de “nome próprio”, como indicamos no início de nossa exposição, ao trazer a etimologia da palavra trauma.

3.3 TRAUMA ESTRUTURAL E CONTINGENTE

Ao percorrermos o conceito de trauma de forma a enlaçá-lo a experiência de escuta em contextos de exclusão, reafirmamos o aspecto estrutural presente da dimensão traumática na constituição subjetiva. Considerando as contribuições de Lacan, que considera o nascimento como o trauma constituinte do humano, não como fato biológico, mas “o nascimento para um meio que é o da linguagem” (RUDGE, 2009, p. 63). A linguagem antecede a cada um e na qual nos posicionamos ou, podemos dizer, também somos posicionados, pois “o significante determina o sujeito, e é em posição de sujeição que ele será constituído pelo universo simbólico” (RUDGE, 2009, p. 63).

O impacto do sujeito com a estrutura da linguagem é traumático porque divide o sujeito e esse é o aspecto estrutural do trauma. Mas, queremos ressaltar neste trabalho a dimensão contingente implicada no trauma, que é singular e único para cada sujeito e que é efeito do encontro com o real, como é proposto por Lacan.

Reconhecer o que pode levar o sujeito ao adoecimento a partir de eventos que não estavam presentes na sua constituição psíquica não retira a implicação do mesmo no que lhe ocorre, mas permite que a sua história não seja entendida como acabada e sim em movimento, e que a exterioridade, da qual não se tem toda a apreensão, possa dar lugar ao inesperado.

Para isso, não podemos buscar relações de correspondência entre o efeito psíquico e o evento traumático, pois esses dois campos mantêm-se ligados pelo inconsciente e pela fantasia. E “a fantasia funciona como um anteparo ou tela que recobre e protege contra o real traumático” (RUDGE, 2009, p. 65).

Nesse campo, instauram-se narrativas, mitos, a cultura, ou seja, o que pode proteger o sujeito daquilo que não encontra representação simbólica. Esse discurso produzido pelo coletivo é chamado, por Colette Soller (2004, p. 2), de discurso-tela, e tem como função tanto construir uma eficácia frente à fragilidade na aproximação ao real como tela, como um “envelope protetor que interpõe seus semblantes e sua ordem entre os sujeitos e o real”, como, também, pode fornecer vias para a satisfação pulsional.

O esbarrão com o real – que não obedece a qualquer lei, que escapa do necessário e da determinação e desarranja a homesotase significante – que tem a importante função de romper com uma situação na qual o eu se reconhecia. Como tal o acidente traumático é algo que impulsiona para a mudança, porque a desestruturação que promove na tessitura simbólica e imaginária do eu empurra o sujeito para um novo arranjo em que a construção de uma narrativa tem um papel fundamental (RUDGE, 2009, p. 66).

Assim, a vivência de um trauma coloca em questão as possibilidades narrativas do sujeito de assimilar o choque, pois o trauma produz ruptura na linguagem, na medida em que interrompe o acesso ao simbólico. Bem como, instaura “crises identificatórias” que abalam de forma significativa a ilusão de unidade na qual o sujeito se ancora, e “exigem o refazer periódico da sua história, e exclusão de parte dela, a invenção de outros capítulos, num trabalho nunca definitivamente estabelecido” (RUDGE, 2009, p. 68).

A autora aponta que o processo constituinte do “eu” são as identificações que respondem inicialmente ao que é transmitido pelos pais e, posteriormente, pelo social sendo que as “crises identificatórias” produzidas pelo trauma são relativas, nesse processo, a forma pela qual o sujeito se vê implicado na condição de ser seu próprio biógrafo ao construir uma história de identificações (RUDGE, 2009).

Esses aspectos produzem como entendimento na direção do trabalho de escuta que a sua incidência não ocorra somente no desvelamento das fantasias que, sob o recalque, sustentam o sintoma e a satisfação pulsional, mas em “barrar a exposição permanente ao trauma, corpo estranho que invadiu o psiquismo e recusa tornar-se passado é preciso favorecer a reconstrução e o investimento das fantasias, tecidas no processo de escuta” (RUDGE, 2009, p. 60).

Assim, recuperar a dimensão da fantasia, da memória e do esquecimento na elaboração pode operar como resistência ao apagamento subjetivo e nos permitir seguir o trabalho sem que acontecimento traumático e fantasia se subtraíam um ao outro. Freud aponta para esta relação a partir do seu entendimento sob os sonhos traumáticos:

Freud não se contenta em tomar o sonho traumático como um fracasso no processo de formação do sonho. Conclui que os sonhos traumáticos obedecem ao propósito de recolocar a impressão traumática em cena, função primordial para o restabelecimento do princípio de prazer, que foi paralisado pelo trauma. O objetivo de realização de desejo do sonho não é desmentido, mas deve dividir o terreno com uma nova função. A própria fonte ou causa do sonho passa a estar, em muitos casos, referida ao acontecimento traumático e não ao desejo. O desejo sempre fará sua intervenção na formação do sonho, mas muitas vezes apenas para tornar o trauma que o sonho encobre e apresenta mais palatável sob as vestes da fantasia (RUDGE, 2009, p. 56).

A mesma questão nos é apresentada por Caruth (2000, p. 114), ao discutir o sonho analisado por Freud no texto “Interpretação dos Sonhos” (1900-1901 [1996]) da seguinte forma: “Porque sonhar ao invés de acordar, no contexto de uma realidade violenta?”. O sonho é relatado da seguinte forma:

Um pai vela, dias e noites, ao lado da cama de seu filho doente. Depois da morte da

criança, ele se deita no quarto vizinho para descansar e deixa a porta aberta para olhar de seu quarto, o quarto em que está sendo velado o corpo do filho, onde se encontram muitas velas. Um senhor idoso foi chamado para velar e fica ao lado da criança murmurando preces. Depois de algumas horas de sono, o pai sonha que a criança se encontra ao lado de sua cama, o segura pelo braço e sussurra de modo repreensivo: “Pai você não está vendo que estou queimando?”. O pai acorda, percebe uma luz clara que vem do quarto em que está o corpo, vai até o quarto e o mesmo encontra o velho vigia adormecido, os invólucros em um braço do precioso corpo queimados por uma vela acesa que caíra sobre ele.

Na análise freudiana do sonho, o enigma está em apontar a dimensão da realização do desejo, ou seja, da produção da fantasia diante de uma representação tão direta da morte indesejada do filho. Pois, onde deveria se produzir uma resposta imediata para a urgência da realidade, o sonho faz postergar o despertar do pai. O texto freudiano propõe que, ainda que o sonho aponte para a terrível realidade do queimar da criança, ele age de forma a realizar o desejo do pai de que sua criança estivesse viva, mantendo-a viva no sonho.

Para Caruth (2000, p. 115):

[. . .] se o pai sonha em vez de acordar, é porque não consegue enfrentar a consciência da morte de sua criança enquanto está acordado. [. . .] O sonho conta, portanto, a história do sofrimento mental de um pai com a própria relação deste com a realidade: como forma de postergação, ele revela o intervalo irremovível entre a realidade da morte e o desejo que não a consegue superar, a não ser na ficção ou no sonho.

No entanto, a complexidade deste sonho está em também trazer à tona o desejo de dormir do pai, que, para Freud, está referido ao desejo de suspensão da consciência. Assim, não é somente o pai cansado que realiza o desejo de que seu filho esteja vivo no sonho, mas, antes, o desejo de dormir da consciência. Então, há algo da própria realidade que nos faz dormir.

Para Lacan, na análise desse sonho, existe um elemento a mais a ser decifrado. Ele aponta para o fato de que, embora o pai durma, é o próprio sonho que acorda o pai: “É porque sonha que o pai enfrenta a realidade de uma morte da qual não pode se livrar” (CARUTH, 2000, p. 118).

Nesse sentido, o acordar se dá apenas no interior do sonho, onde o sonhador acorda para a realidade da morte da criança, acorda para algo que só pode ser ouvido no sonho. No entanto, acorda para algo que não pode ver antes de ter acontecido (pai, não vê que estou queimando?), acorda tarde demais. Assim, na leitura que Lacan faz do sonho, “o acordar é em

si mesmo o lugar do trauma”. Caruth (2000, p. 120) acrescenta, “do trauma provocado pela necessidade e pela impossibilidade de responder à morte de outro”. Então, testemunhar a morte do filho coloca pai e filho intrinsecamente vinculados na história do trauma.

Esse ponto nos remete diretamente ao trabalho clínico nas situações de atendimento no campo da assistência social, pois o que Lacan situa, na relação sujeito com o real, não é uma questão de ver ou saber sobre a natureza dos eventos empíricos e o que pode ser conhecido pela realidade, “mas como uma relação ética com a realidade” (CARUTH, 2000, p. 124), em que o encontro com o real não pode ser localizado dentro ou fora, mas no movimento de um para o outro. Desta maneira, o sonho deixa de ser entendido somente como ficção para compor a realidade, da mesma forma que acordar está relacionado com a dimensão inconsciente.

Nesse aspecto, trata-se de um a acordar para a morte que se concebe para além do que pode estar relacionado à própria morte, mas a morte do outro – ou mesmo ao potencial de morte no outro. Para Caruth (2000, p. 128, grifo do autor), “acordar é, portanto, suportar o imperativo de sobreviver para contar *o que significa não ver*”.

Entendemos que essa é uma dimensão importante a ser recuperada nas escutas que realizamos na assistência social, pois, ao incluir a dimensão inconsciente do sujeito no encontro produzido entre ele e o que convoca o irrepresentável, seu encontro com a morte ou com a ameaça de morte para si ou do outro, consideramos sua posição de sobrevivente e de testemunha. Isso porque este encontro com o traumático coloca-se para todos e, ao operar sua transmissão, assumimos a responsabilidade diante do outro no momento de sua morte. Isso que buscamos compreender com este outro fragmento clínico.

Ana

Ana era atendida sistematicamente e colocava muitas questões, perguntava-se sobre sua história e buscava interrogar as imagens que havia construído sobre a morte. Tinha perdido sua mãe e sua irmã, mortas em decorrência do HIV. Ela própria também era portadora do vírus. Não queria para si o mesmo destino, no entanto, não conseguia mais desconhecer a morte.

Falava muito de seus filhos, de quanto os amava e como os estava perdendo, pois se deprimia muito e achava que não lhe obedeciam mais, falava de sua ausência. Ainda assim, Ana trazia muitos elementos para o

trabalho, revisitava sua história, buscava fazer a ficção de si, mesmo nestas condições tão duras. Porém, o encontro com a morte se apresenta de forma excessiva mais uma vez: o filho adolescente dispara acidentalmente contra uma criança e, numa sequência que lhe confronta com a radicalidade da experiência dolorosa, seu outro filho, jovem adulto, é assassinado pela polícia.

Ana lamenta “a criança morreu nos meus braços, não consigo esquecer”. Quem sabe, enquanto segurava o corpo morto da criança que o filho havia baleado acidentalmente, já estivesse prevendo a morte de seu filho mais velho, brutalmente assassinado em uma emboscada. Depois disso, Ana silencia, os contatos são esparsos e mantidos, muitas vezes, através de atendimentos domiciliares. Após um período de interrupção dos atendimentos por modificações na equipe técnica, sua filha, também muito jovem, nos encontra e nos diz que recebeu a notícia da morte da mãe naquela manhã. Ana havia adoecido muito rapidamente em razão de ser portadora do HIV.

A filha de Ana busca nos incluir no itinerário que percorria para velar e enterrar o corpo da mãe, e ainda dar alguma resposta ao desamparo dos seus irmãos. Embora sem dinheiro, a filha empenhou todos seus esforços para que a sua mãe voltasse a estar junto ao filho morto. Assim como sua mãe fez, em momento, anterior ao decidir enterrar o filho dignamente. No túmulo, agora de ambos, há fotos, flores e um livro onde os filhos escrevem textos, palavras que possam dar algum sentido para as perdas.

Trazemos essa vinheta como um pequeno testemunho do “despertar” diante da fragilidade e da inevitabilidade da morte. Não pudemos mais do que acompanhar a filha de Ana em seu itinerário para enterrar o corpo da mãe, e mesmo que nos coloquemos a pensar sobre como as situações de atendimento experimentam uma vulnerabilidade “sem-limite” diante do precário, parece-nos que conhecemos essa dimensão um a um e, muitas vezes, tarde demais. Assim, podemos rememorar outros tantos nomes: Rudimar, Maxuel, Maíza, Janaína, Solange, Júlio...

Talvez possamos, ao testemunhar, nós técnicos e na voz de quem escutamos, indicar na construção política o quanto vivências de situações extremas denotam o “sem limites” no qual o “mal-estar” pode chegar.

E nesse aspecto colocamos em conformidade com Ganegbin (2006, p. 57) que tão essencial quanto buscar a potência narrativa dos sujeitos se faz necessário assumir a posição de testemunha, no sentido mais amplo, ou seja, “não somente como aquele que viu com os seus próprios olhos, mas também como aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento a história do outro: não por culpabilidade ou compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repetí-lo infinitamente [. . .]”.

3.4 TRAUMA E REPRESENTAÇÃO: a viagem de Ulisses

Os mortos, com efeito, formam uma multidão infinita! (GAGNEBIN, 2006, p. 23).

Assim, a experiência traumática coloca em causa os limites da representação nas formas narrativas tradicionais, e, a partir disso, que outras formas do dizer podem se produzir? Qual a transmissão possível dessa experiência?

Nessa direção, as construções clínicas também devem levar em consideração o “contexto coletivo” para que os sujeitos possam em relação a sua história subjetiva, “adotar um ponto de vista exterior e se autorizar a assumir a singularidade de sua experiência”. (KOLTAI, 2010, p. 224).

Gagnebin (2006, p. 37) aponta uma possibilidade de “autoconstituição do sujeito na experiência da narração e da autonarração” ao assumir-se sujeito da narração. E apresenta o texto “Odisseia”, de Homero, como uma obra que dá origem à nossa tradição narrativa e propõe buscar no texto os elementos que marcam essa função na narração. Traremos aqui alguns destes pontos.

Para Gagnebin (2006), atualmente, este texto deixa de ser lido como a descrição de um itinerário preciso e passa também a ser compreendido como uma trajetória alegórica de uma viagem e da perda inicial de rumo, a desorientação funesta e o seu retorno à ordem familiar e política. Coloca, ainda, que na Odisseia trava-se uma luta contra o esquecimento, assim “uma luta para manter a memória e, portanto, a palavra, as histórias, os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não esquecerem o futuro” (GAGNEBIN, 2006, p. 15).

Para a autora, a Odisseia traz elementos para pensar noções da cultura em sua

pluralidade, através da narração de episódios que vão referir as trocas, a condição de estrangeiro, a relação com os deuses, no entanto, a mesma abre uma questão: O que teria Ulisses, sobrevivente de naufrágios, em meio a sua solidão, a oferecer em troca da hospitalidade recebida em sua viagem? Nada além da sua capacidade de narrar, de contar.

O texto da Odisseia é dividido em três partes, sendo que a primeira e terceira parte é narrado na terceira pessoa, e é na sua parte central que Ulisses se autoneomeia e assume sua identidade, passando a narrativa para a primeira pessoa. Este momento ocorre no episódio onde Ulisses participa de um banquete em sua honra sem que ninguém saiba quem ele é, e pede que o famoso *aedo Demódokos*, cego como Homero, conte a história do cerco a Troia e o ardil do cavalo de madeira. Ao escutar esta história, que é sua própria história, Ulisses se comove e irrompem suas lágrimas. É neste momento que é solicitado a dizer seu nome e passa a realizar, ele próprio, a narrativa de suas aventuras e desafios.

Calvino (1991, p. 37) aponta para a questão de quantas odisseias contém a Odisseia, e entende como a busca de uma narrativa que não existe, aquela narrativa que será a Odisseia. E lembra o episódio que é contado no início da viagem, onde Ulisses corre o risco de, ao provar o doce do lótus, perder a memória. Ressalta que o risco do esquecimento se apresentar no início de seu itinerário comporta o risco de Ulisses, após todos os desafios que enfrentara, “se tivesse esquecido algo, sua perda acarretaria não extrair experiência do que sofrera nenhum sentido daquilo que vivera”.

Na leitura de Calvino (1991), Ulisses deve estar atento a não esquecer a casa, a rota da navegação, o objetivo da viagem: a não “esquecer o retorno”, expressão utilizada por Homero. E salienta que a viagem de Ulisses é mais do que uma viagem de ida, uma viagem de retorno, e então que tipo de futuro teria Ulisses pela frente? Para Calvino (1991, p. 40), o Ulisses homérico é aquele que busca seu passado como um presente, na perspectiva de uma restauração, no entanto, coloca que também pode ser lido em Ulisses, o verdadeiro Ulisses, “aquele da última viagem: para o qual o futuro não é de modo nenhum passado, mas a realização de uma profecia – isto é, de uma verdadeira Utopia”.

Em relação à restauração, Calvino (1991) lembra que, tanto na linguagem dos mitos, como no romance popular e nas fábulas, há um objetivo de uma reparação de ofensas, de um resgate da condição miserável, que vem representada por uma restauração de uma ordem ideal anterior, ou seja, onde o futuro seria garantido pela memória de um passado perdido.

Nas fábulas, esses elementos se apresentam nas formas em que os personagens têm uma condição nobre que é desfeita, ou quando o personagem nada possui e, através da história, encontra um desfecho em que se torna rei. Em ambas as circunstâncias há, segundo

Calvino (1991), um desejo de algo a ser restaurado, em que a imagem da pobreza vem associada com um direito subtraído a ser restaurado. E aponta que a Odisseia também poderia cair na tentação de outros textos, de que após triunfar sobre os infortúnios, os heróis poderão restaurar a sociedade com justiça.

No entanto, em sua leitura, Calvino (1991) refere que, quando Ulisses retorna disfarçado como um velho mendigo irreconhecível a todos, possivelmente não é mais o mesmo Ulisses que partiu para Troia. Neste sentido, o autor vai problematizar a pluralidade de situações experienciadas por Ulisses, verdadeiras ou ficcionais, apontando a diferença de um herói épico. Ulisses, ao sair de um mundo conhecido, entra numa outra geografia, em um mundo extra-humano, em um além, há uma extrapolação do território e, para o autor, é o que mantém a dimensão moderna do texto:

[. . .] se tradicionalmente o herói épico era um paradigma de virtudes aristocráticas e militares, Ulisses é tudo isso e ainda mais, é o homem que suporta as experiências mais duras, as fadigas, a dor e a solidão. Certamente arrasta seu público a um mítico mundo de sonho, mas esse mundo de sonho se torna simultaneamente a imagem especular do mundo real em que vivemos, no qual dominam necessidades e angústia, terror e dores, e no qual o homem se acha imerso sem escapatória (CALVINO, 1991, p. 52).

Para Calvino (1991), a Odisseia pode ser entendida como o mito de todas as viagens, pois a impossibilidade de distinguir o vivido, do mítico, a verdade, da ficção é o que pode tornar toda a viagem uma Odisseia.

Entendemos que a potência da narrativa é o que pode dar lugar à experiência. No entanto, na vivência traumática, ela também toma outro viés, que é justamente o de colocar em cena o limite do que pode ser narrado, ou seja, fazer a transmissão do inenarrável que, para Gagnebin (2006, p. 47), é uma tarefa ética e política, pois se trata de uma narrativa que afirma que o “inesquecível existe, mesmo se nós não podemos descrevê-lo”. Seja para não esquecer-lo ou para não repeti-lo, a partir de outras formas narrativas, como nas narrativas de testemunho, nas quais “a memória traumática, apesar de tudo tenta se dizer” (GAGNEBIN, 2006, p. 49).

Assim, não se trata de reconstruir uma narrativa épica da continuidade histórica, mas fazer ouvir nas ruínas da narrativa, o que sobra do discurso histórico. Podemos lembrar também do episódio no qual Ulisses se salva, justamente ao trocar o seu nome para Ninguém, o que, conforme Gagnebin (2006), indica a potência do anonimato como forma de mencionar aqueles que não têm nome e trazer essa experiência em sua dimensão histórica. Bem como, ao não revelar o nome, Ulisses permite distinguir o nome do objeto nomeado e, dessa forma,

explorar o vazio entre eles ao identificar-se com a não existência. Assim:

[. . .] a memória conta realmente – para os indivíduos, as coletividades, as civilizações – só se mantiver junto a marca do passado e o projeto do futuro, se permitir fazer sem esquecer aquilo que se pretendia fazer, tornar-se sem deixar de ser, ser sem deixar de tornar-se (CALVINO, 1991, p. 39).

Então, podemos pensar que Ulisses constitui, ao explorar os limites da nomeação, disfarçando-se de “Ninguém”, uma estratégia para fugir à aniquilação e poder voltar ao seu lugar de origem. É possível localizar nas “personagens” de nossa pesquisa, “sujeitos igualmente disfarçados no anonimato”, a potência da estratégia de Ulisses? Esta é uma questão que colocamos como efeito de nossa pesquisa.

Pois, são sujeitos que nos interrogam sobre a questão da morte real, traço da finitude em vidas que insistem em sobreviver, e também da morte social, vivida na miséria e na posição de resto a ser descartado, eliminado. De forma que abrir espaço para narrativas que trazem a dimensão alteritária tem seu fundamento em expressar as diversas formas de experiências singulares e lutas tratando-se de coletivos, e não a simples adequação em um movimento de dissolução das diferenças que desconsideram as tensões do vínculo social em nome de um pertencimento. Para Hassoun (1998, p. 102), a pertença quando aspira uma identidade, a qual o autor chama de “vertigem identitária”, representa “a impossibilidade de imaginar o que uma nação é obrigada abandonar para integrar os diferentes componentes de sua história”.

E nesse sentido, possibilitar aos sujeitos o endereçamento da fala para construírem e reconstruírem as narrativas que permitam aos mesmos questionar sobre os laços que o constituem, sobre o outro e sobre como viver entre outros pode aproximar narrativa e transmissão, pressuposto que encontramos descrito de forma precisa nas palavras de Hassoun (apud COSTA, 2006, p. 19): “[. . .] a transmissão reintroduz a ficção e permite que cada um a cada geração se autorize a introduzir todas as variações que lhe permitam reconhecer nisso que ele recebeu de herança, não um depósito sagrado e inalienável, mas uma melodia que lhe é própria”.

CAPÍTULO 4

4 O MAL-ESTAR NA CULTURA E O LAÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Mas há milhões desses seres que se disfarçam tão bem, que ninguém pergunta de onde essa gente vem. Já nem se lembram que existe um brejo da Cruz, que eram crianças e que comiam luz (Chico Buarque de Holanda).

Retomaremos, nesse capítulo, a questão que levantamos anteriormente de que no anonimato é possível encontrar um tempo de resguardo até que se recupere a posição enunciativa que supomos como uma estratégia de sobrevivência subjetiva frente aos efeitos da exclusão social e política, bem como interrogar as formas de estar no laço social quando o que se reafirma é a exclusão. Pois, nos afirma Soler (1998, p. 287), que “o “fora-do-laço” não é o “fora-da-massa”, ao contrário, ele é bem compatível com a multidão dispersa”.

4.1 O LUGAR DA ALTERIDADE: o homem e as multidões

Para a análise dessas questões, buscaremos pensar sobre a capacidade da linguagem em nomear o mundo e as coisas. Ressaltamos que existem diferenças entre a inscrição e a nomeação, sendo que a primeira marca o lugar sujeito no discurso (na linguagem), enquanto a segunda se coloca como um efeito, pois é a partir da posição discursiva que se torna possível nomear.

Consideramos que, nestas duas dimensões, o enigma do desejo do Outro se faz presente e assim, mesmo o nome próprio também carrega consigo a ambiguidade da relação a um enigma, pois traz como referência uma origem indefinível.

Costa (2001) refere que a função nomeante (que implica o nome como uma operação significante, não contendo uma significação) está relacionada ao traço unário. Este que, conforme Lacan, permite a contagem e também suporta a identidade e a diferença. “Identidade porque é um representante que indica um lugar próprio. E a diferença porque permite situar o sujeito como um entre outros: contá-lo na diferença a seus pares, seus iguais”

(COSTA, 2001, p. 146).

Então, o nome não assegura totalmente o sujeito sobre sua identidade em sua referência ao Outro, e isso faz com que se apresente, no lugar onde reside o enigma do nome, a necessidade de fixar um símbolo coletivizável, comunicável, muitas vezes, através do apagamento do traço indefinível. No mundo capitalista, leva-se esse intento até seu limite na tentativa de transformar o nome em marca de consumo.

Assim, Costa (2001, p. 145) afirma: “[. . .] esquecemos que dar um nome não define sentido algum”. De forma que temos dificuldades de reconhecer a dimensão de abstração que o nome contém e tentamos personificá-lo através da suposição de uma significação ou mesmo um querer. Para a autora, essa é “uma forma de nos mantermos acompanhados e amados” (COSTA, 2001, p. 145).

A linguagem comporta tanto a função instrumental como a função nomeante. Para Costa (2001, p. 42), a língua, aos poucos, vai perdendo sua condição nomeante – “produtora da alma e da animação do mundo e da realidade” – sendo que, o nome próprio é um dos únicos traços que restam da função nomeante, pois é a função instrumental da língua, de ser instrumento de comunicação de um sentido que passa a exercer seu predomínio.

No entanto, conforme Lacan (1954-1955 [1985]), o ato de nomeação é responsável pela passagem à existência, teria a capacidade de fazer surgir uma presença no mundo na medida em que sua existência não seria anterior a esse ato – e, ao mesmo tempo, de cavar uma ausência.

Para Rickes (2007, p. 22):

Mesmo que o nome seja um princípio de permanência, ele o é enquanto uma ilusão apaziguadora, pois de nenhuma forma ele teria como equivaler a coisa nomeada. Estamos diante da heterogeneidade intransponível que nos põe a trabalhar, que nos faz construir, na relação com os outros, um lugar de onde falar. É por que não é possível representar o mundo pelas palavras que seguimos nosso movimento de tentar capturar a vida que resiste a cada nomeação.

De maneira que esquecer, rasurar ou suspender o nome nos levaria aos limites da nomeação e poderia configurar uma estratégia contra o apagamento da sua dimensão incomunicável, pois os nomes “os nomes não designam propriamente o que eles têm de próprio e sim designam o outro do próprio” (LOUIS MARIN)⁹. O que podemos compreender, com isso, é que na nomeação persiste algo que é da ordem do não sabido que o anonimato pode descortinar.

⁹ Citação recolhida da exposição oral de Edson Souza, no Instituto de Psicologia, 2011.

Assim, conforme Ganegbin (2006), o anonimato também é revelador de potência, quando, ao mencionar aqueles que não têm nome, trazemos suas experiências para a dimensão histórica. Para a autora, o anonimato também pode funcionar como um lugar que se oferece como forma de instaurar uma distância entre o nome e o objeto nomeado, e nesse intervalo pode residir uma estratégia frente ao apagamento subjetivo diante de um ideal universalizante ou normalizador.

O que queremos colocar em evidência é que oferecer a possibilidade de expandir as formas do dizer, e do nomear, pode contribuir com a recriação dos lugares na relação ao outro por meio da palavra. E se a recriação de lugares não se dá senão em referência ao outro, como podemos incluir o componente da alteridade nas posições que assumimos diante do que nos convoca em relação ao que desconhecemos como próprio em nós e no outro? Nas palavras de Édson Souza, como fazer o deslocamento do mesmo ao outro?

A dimensão da alteridade traz aspectos que borram as fronteiras entre o exterior e o interior, como a proximidade e a distância, o familiar e o estranho, que serão tomados pela psicanálise de forma a inspirar uma definição de sujeito permeada pelo Outro, ao estabelecer que o laço ao outro acolha certo desamparo a ser desdobrado nas relações.

Assim, para a psicanálise, o sujeito está em uma condição excêntrica, se define pelo seu lugar no Outro, que Lacan ilustra pelo termo *extimo*, no qual articula a relação dentro e fora no sujeito, que corresponde à sua constituição de divisão e que também o coloca em uma relação de estranheza consigo mesmo (FUKS, 2000, p. 156).

Essa condição de divisão, de desconhecimento, não é facilmente suportada pelos indivíduos e pode ter em seus efeitos a colocação em cena do horror ao não familiar. Freud (1919 [1996]), em suas formulações sobre o tema do estranho-familiar, refere que, quanto mais orientada a pessoa está, no seu ambiente, menos prontamente terá a impressão de algo estranho em relação aos objetos e eventos nesse ambiente.

Em Freud (1919 [1996]), encontramos a referência de que o tema do estranho aborda uma dimensão que é da ordem do familiar e que se alienou através do processo de repressão, sendo que, o que é considerado estranho está referido ao que estava oculto e que deveria ter se mantido assim, mas, no entanto, veio à luz como num assombro. No seu texto "O Estranho", examina diferenças entre o tema na ficção e na realidade material e aponta que, na dimensão ficcional, o autor pode criar situações que tragam o tema.

Assim, propomos aproximar o texto literário em diálogo com a psicanálise para o trabalho das questões expostas, e recorreremos à obra de Edgar Allan Poe (1944), através do texto "O Homem das Multidões". A escolha do conto se dá pelo mesmo antecipar na cena

literária um tema que, posteriormente, também será discutido por outras áreas do conhecimento: o tema das cidades e das massas, ou multidões.

Essa temática desencadeou posteriormente o estudo sobre a noção do anonimato e a da produção da indiferença nas relações sociais nos espaços urbanos onde, conforme Gagnebin (2010a, p. 43) que, apoiada nos estudos realizados por Simmel sobre as relações de proximidade ao outro, afirma: “[. . .] o outro se torna um exemplo a mais dessa generalidade qualquer que, além disso, aliena-me também de mim mesmo. Só faltaria esse outro me desalojar do lugar exíguo que me é destinado”.

O texto aborda, ainda, a dimensão enigmática das multidões e a impossibilidade de seu total deciframento. Podemos ainda acrescentar o efeito de desorientação que, conforme Gagnebin (2011), acomete os sujeitos anônimos e isolados dentro da multidão e nos convoca a pensar quanto a solidão e o isolamento trazem em si dificuldades na tessitura de narrativas por vincular memórias tão fragmentadas.

O escritor inicia o seu conto, cujo cenário é a capital londrina, apontando essa dimensão enigmática, ao citar que o homem é como um livro que não se deixa ler, sentença que introduz novamente ao final da narrativa. No conto, o narrador é um homem que, depois de longa enfermidade, se aventura no burburinho da cidade. E, ao depositar sua atenção à multidão, começa uma investida quase policial em que vai examinando os indivíduos em meio à massa através da descrição de suas fisionomias, porém, nenhuma descrição corresponde ao sujeito de sua pesquisa e, então, segue sua busca pelo homem que atraiu sua curiosidade, referindo a sua atração pela cena exterior.

Logo, no entanto, desci aos pormenores e comecei a observar, com minucioso interesse, as inúmeras variedades de figura, traje, ar, porte, semblante e expressão fisionômica.

Com a testa encostada ao vidro, estava eu destarte ocupado em examinar a turba quando, subitamente, deparei com um semblante que de imediato se impôs fortemente à minha atenção, dada a absoluta idiosincrasia de sua expressão. Nunca vira coisa alguma que se lhe assemelhasse, nem de longe.

Desisti finalmente de prestar atenção ao que se passava dentro do hotel e absorvi-me na contemplação da cena exterior (POE, 1944, p. 135).

O narrador passa a ater-se ao homem que tomou sua atenção e estabelece no conto a busca pelo desconhecido. Essa busca vai produzindo certo mal-estar que acompanha o leitor, pois toma um ritmo frenético através da imersão em um cenário ignorado, em meio a ruas pouco iluminadas e uma atmosfera sombria.

Ao longo do conto, a necessidade de apreensão desse desconhecido aumenta e este vai transformando-se em ameaçador, instalando-se uma via persecutória. Ao final, como

mencionamos, o narrador retorna à posição inicial, construindo uma imagem de circularidade, e conclui, após sua busca intensa, que uma dimensão não é passível de ser conhecida e resta inacessível.

E ali, entre a confusão que crescia a cada momento, persisti na perseguição ao estranho.

‘Este velho’, disse comigo, por fim, ‘é o tipo e o gênio do crime profundo. Recusa-se a estar só. É o homem da multidão. Será escusado segui-lo: nada mais saberei a seu respeito ou a respeito dos seus atos. O mais cruel coração do mundo é livro mais grosso que o Hortulus animae, e talvez seja uma das mercês de Deus que *'es lässt sich nicht lesn'*’.

De certo livro germânico, disse-se, com propriedade, que *'es lässt sich nicht lesen'* - não se deixa ler. Há certos segredos que não consentem ser ditos (POE, 1944, p. 142).

Tomamos a narrativa do autor de forma a apoiar as nossas interrogações sobre as diversas formas de estar em relação ao outro no laço e na cidade, considerando como cidade esse outro externo que habitamos e como exterioridade que nos constitui.

Apontamos, aqui, o quanto o enigma faz diferença em relação ao traumático, podendo ser um desdobramento deste. Em ambos, o real que predomina; mas no enigma, ele é recoberto pela fantasia e implica o sujeito na busca de sua decifração. Por outro lado, quando o enigma se torna certeza, como se apresenta no conto de Poe (1944), a angústia diante do real (traumático) aparece.

No conto de Poe (1944), o homem aparece como alguém que não se sente seguro em sua própria sociedade, onde o desconhecido representado pelo outro é tomado como um objeto que coloca em causa uma perseguição, conformando uma posição do sujeito na modernidade em que o encontro com o outro pode significar uma ameaça. Para Gagnebin (2006, p. 110), após a segunda guerra mundial, “não se reconhece mais o forasteiro pela cicatriz da infância – ele continua estrangeiro a si mesmo e aos seus familiares, em seu próprio país”.

O homem moderno vive a multidão, conforme Benjamim (1995) a partir de sua leitura do clássico conto de Poe, através de uma experiência de "choque", termo que expressa o automatismo e a tentativa de disciplinar presente nas multidões.

O termo “choque” foi proposto por Walter Benjamim e, conforme Kehl (2009), os choques acolhidos pela consciência não pertencem ao registro da experiência e permanecem no registro da vivência. Bem como, as percepções e os choques advindos do mundo externo se constituem através de uma temporalidade psíquica composta de sucessivos momentos presentes. Na velocidade implicada pelos diversos estímulos à consciência, perde-se a capacidade de rememorar.

Consideramos que, para o trabalho de rememoração e de evocação da lembrança, é necessária certa perda da atenção consciente. Kehl (2009, p. 173) nos afirma a esse respeito:

[. . .] a relação da consciência com a memória é pontual: limita-se a função de reconhecimento dos estímulos percebidos. Nisto consiste o trabalho psíquico de organizar percepções inesperadas, surpreendentes – e por isso mesmo, potencialmente traumáticas – ligá-las a uma rede de representações que lhe conferem sentido e transformar a marca dessas percepções em lembranças, de modo que sua repetição possa ser acolhida pelo psiquismo na forma de uma significação conhecida.

No entanto, Kehl (2009) afirma que o choque para Benjamim preserva uma diferença do conceito psicanalítico do trauma, o qual se caracteriza por sua origem ocorrer através de um estímulo violento ou inesperado que rompe os processos conscientes, estes responsáveis por apagar os choques. Assim, entende-se que nem todo o choque é traumático, pois, diferentemente do choque que pode ser acolhido pela consciência, o trauma inscreve uma dimensão do irrepresentável no encontro com o real, conforme o conceito foi dimensionado em Lacan.

Nesta perspectiva, interessa-nos pensar os efeitos da sobrecarga que a multiplicidades de choques impõem à consciência, restringindo o espaço destinado à memória e, conseqüentemente, à qualidade da rememoração. Assim, quanto mais a consciência se ocupa de assimilar os choques que se proliferam na velocidade dos centros urbanos, menos suas impressões são incorporadas à experiência, e permanecem mantidas apenas como vivência.

As incidências do choque, como proposto por Benjamim (1995), traz impacto sobre a memória e o tempo. Estes são aspectos fundamentais para a possibilidade narrativa.

Em contextos em que o alimento tem que ser conquistado no dia, onde não há nenhuma previsão em relação à segurança, alimentação, moradia, entre outras necessidades que se fazem tão presentes pela privação, a dimensão temporal pode persistir de que maneira? O que faz lembrança e experiência? Como sobreviver à dimensão pura da necessidade da “vida nua”¹⁰, termo utilizado por Foucault e recuperado por Agamben (2004) para designar a vida reduzida para a sobrevivência.

¹⁰ O termo “vida nua”, recuperado por Agamben (2002, p. 166) situa a vida daqueles que, como um “morto vivente”, nas palavras do autor, “são privados de quase todos os direitos e expectativas que costumam atribuir à existência humana, e, todavia, biologicamente ainda vivos, eles vinham a situar-se em uma zona-limite entre a vida e a morte, entre o interno e o externo, na qual não eram mais que vida nua [. . .] uma vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio”. O autor relaciona a vida nua com o campo, a partir da ótica do campo de concentração como o espaço permanente de exceção que corresponde a uma localização sem ordenamento habitada pela vida nua que, ao entrar no campo, sai definitivamente da comunidade civil, perdendo o direito sobre sua própria vida. Enquanto espaço de exceção, o campo é um pedaço do território colocado para fora do ordenamento jurídico, sem ser externo à cidade. A exceção é, então, uma espécie de exclusão em que o que está

Os sujeitos persistem nas suas narrativas e salientamos não apenas nas memórias ou narrativas de um passado, mas na tentativa de criar um futuro, pois na imediatez da sobrevivência existe apenas o presente, como percebemos na fala de Vivian:

“Aquele dia eu não tinha nada em casa. Enquanto as crianças brincavam na praça, eu catava latas. Consegui R\$ 2.95, o suficiente para o pão e o leite do dia”.

*Leonel chega ao serviço de atendimento em busca de um local de permanência, está em situação de rua e ingressa em um espaço de pernoite, durante o dia voltou a trabalhar. No acompanhamento que se seguiu a esse primeiro pedido, relata o reencontro com a ex-companheira e como quer ficar com ela, ambos têm uma filha. Leonel refere ter perdido muitas coisas ao longo de sua vida e, ao ser questionado sobre em que tempo essas perdas ocorreram, diz: **“Perdi as datas, sabe como é quando se está na rua”.** **“É a rua, é muito pesado”.***

E, através de uma pequena intervenção, re colocamos a questão de onde ele está nessa proposição, ao que diz: **“Sou eu, eu e a rua”.**

Entendemos que nesse pequeno fragmento se condensam as dimensões do tempo, da memória, do esquecimento, do nome. Nele, não localizamos nem presente, nem passado, e nos permitimos questionar o que pode fazer marca temporal para Leonel, ou o que fez o mesmo suspender as marcas do tempo, nós poderíamos dizer do nome? Não almejamos, no trabalho de escuta, uma história linear, mas localizar momentos em que o sujeito se vê confrontado com o outro que lhe interroga. Neste sentido, parece-nos que Leonel fala de uma perda do seu lugar no Outro, de um tempo de espera, até que reencontre a posição narrativa na biografia muito particular que o sujeito busca fazer de si.

Poderíamos dizer o mesmo de Davi, Bruno, Éverson, Marcelo, Jonas, Daniel, José... Sem dúvida, que se trata de uma estratégia de risco que pode, tanto confrontar o sujeito a uma espera mortífera, como convocar no outro (semelhante) a dimensão ameaçadora diante do estranho. Mas, como nos lembra Bloch (2005, p. 13): “Um homem levado a uma situação precária ou subitamente despojado de sua condição anterior é no mínimo capaz de enfrentar

excluído não está por isto fora da relação à norma. Para Agamben (2002), exceção significa capturado fora, de forma que o excluído está incluído pela sua própria exclusão. A dimensão de campo modifica-se na perspectiva que o sujeito não está preso a um espaço, mas uma condição de indefinição da posição do indivíduo em estar dentro ou fora de um ordenamento.

dragões”.

Assim, a psicanálise e o texto literário têm o compromisso de possibilitar lugar ao “estrangeiro” em sua dimensão de alteridade e estranheza. E, nesse caso, operar como um lampejo nessa travessia do eu ao outro, do nome ao inominável, não para fazê-lo conhecido e sim para tornar o percurso possível. Pois, nas palavras de Bloch (2005, p. 12), “não há sequer um entre todos nós que não possa ser também outro”.

Considerando a dimensão singular e também coletiva dos sintomas, das expressões do mal-estar, dos conflitos entre o sujeito e a coletividade, nos propomos a examinar o que Fuks (2009, p. 48) denomina como potencial de exclusão. Este pode estar situado para além de uma diferenciação entre o eu e o outro, ao visar a eliminação de toda a diferença: “O horror ao não-familiar tornou-se, na modernidade, uma arma política do ideal de normalização da sociedade”.

Dessa maneira, interessa-nos pensar a exclusão social como uma representação da alteridade, ou seja, a colocação em cena de outro que, embora faça conjunto, vive em uma posição de diferença. E quais são as posições que se produzem diante deste estranho-familiar presentificado pelo outro tão dessemelhante àquilo que gostaríamos de reconhecer como nosso?

Zizek (2010) produz algumas questões sobre a relação entre os sujeitos ao reconhecer a desmedida do outro e que nos interessam para pensar os atos violentos oriundos da exclusão social. O autor refere que:

[. . .] sob o próximo como minha imagem especular, aquele que se parece comigo, por quem posso sentir empatia, sempre se esconde o abismo insondável da Alteridade radical, de alguém sobre quem eu por fim nada sei. Por vezes, espera-se manter o próximo a uma distancia adequada, a fim de proteger-nos contra a monstrosidade da casa ao lado. Assim, como podemos evitar o impacto traumático de ficar exposto diretamente demais a esse aterrorizante abismo do Outro? Como podemos enfrentar esse encontro perigoso com o desejo do outro? (ZIZEK, 2010, p. 56).

Então, a escuta clínica orientada pela ética psicanalítica dos sujeitos que carregam em suas histórias as marcas de outras experiências e dos efeitos subjetivos dos processos de “exclusão”, considerando este significante em sua referência ao singular do sujeito, poderia nos dar indícios do apagamento subjetivo frente a um ideal universalizante ou normalizador?

Pois, em uma cultura como a que vivemos, cuja organização está regulada pelas leis de mercado, os parâmetros exclusão/inclusão, para Poli (2005, p. 36), não se referem tanto às marcas identitárias portadas pelos indivíduos, mas pelo seu acesso aos objetos do consumo,

sendo que “os excluídos são aqueles que portam a marca de uma diferença que impede seu acesso ao que é reconhecido como “norma social”.

Neste sentido, exclusão pode ser lida como uma expressão da alienação. Para Poli (2005, p. 12), “o sujeito é aí prisioneiro, reduzido a condição de objeto a serviço do Outro que obtém por seu intermédio, a recusa de sua própria castração”. A autora afirma ser esse o princípio das políticas totalitárias que têm na exclusão do estrangeiro o domínio de seu poder.

Bem como, de que maneira podemos preservar, nas intervenções, a inclusão do sujeito como este é entendido para a psicanálise, na sua dimensão inconsciente e na aposta de que sua palavra e dimensão desejante encontrem lugar e não se apaguem na alienação que pode implicar uma identificação a um dado lugar social? Assim, como recuperar o sujeito em sua singularidade, justamente o ponto no qual se vê apartado do laço social nas condições colocadas na exclusão?

Propomos, no texto, algumas elaborações presentes nos temas do estrangeiro e do estranho-familiar que colocam em discussão as possibilidades de acolhimento da alteridade e podem oferecer suporte para a escuta das incidências subjetivas nos sujeitos quando são repelidos ou tomados como uma ameaça diante daquilo que não reconhecemos como o que também nos habita.

Gagnebin (2010a) apresenta algumas reflexões sobre a figura do estrangeiro como um elemento perturbador no grupo social, na medida em que é simultaneamente membro do grupo e igualmente seu exterior, não apenas por portar a marca da alteridade, mas porque lembra ao grupo que ele poderia ser outro e que sua identidade não está totalmente assegurada. Assim, podemos interrogar quais outras figuras de alteridade podem surgir entre estrangeiros de uma mesma língua? (GAGNEBIN, 2010a).

Assim, o estrangeiro condensa a distância e a proximidade, afirmação que vemos expressa nas palavras de Simmel (1983, p. 182):

Assim como o indigente e as variadas ‘espécies de inimigos internos’, o estrangeiro é um elemento do próprio grupo. São elementos que se de um lado, são imanentes e têm uma posição de membros, por outro lado estão fora dele e o confrontam.

Assim, o estrangeiro em muitos contextos, representa o eterno fracasso de completar a identidade e o sentimento de desamparo frente à condição de falta que se instaura com a entrada na cultura, pois esse anseio de que o outro venha a oferecer uma totalidade imaginária como experimentado na infância é da ordem de uma miragem.

Nesta direção, abrir espaço para estas questões implica problematizar o lugar do semelhante com a finalidade de apontar a possibilidade do acolhimento da diferença.

4.2 AS INCIDÊNCIAS DO MAL-ESTAR NA CLÍNICA EM CONTEXTOS DE EXCLUSÃO

Entendemos que o não reconhecimento do outro em sua diferença e alteridade constitui violência simbólica, assim como não contribui para o questionamento do discurso social dominante. Dessa forma, buscamos apreender o termo exclusão nas suas diversas formas e significações.

E analisar a partir da escuta e das narrativas dos sujeitos alguns elementos que se repetem nas falas e que podem nos indicar como se produzem situações de sofrimento psíquico relacionadas à exposição do sujeito a violências sociais.

No trabalho clínico nestes contextos, destacam-se as incidências subjetivas frente aos processos de luto, nas quais as reiteradas perdas afetam os sujeitos, bem como, as situações traumáticas que já mencionamos em capítulo anterior. Pretendemos problematizar alguns aspectos relativos à expressão da dor na condução do trabalho clínico.

A construção de uma escuta clínica, que leve em conta a especificidade das situações que recolhemos dos contextos de exclusão e de extrema pobreza, busca dimensionar o que Rosa (2002) denomina as sutis malhas da dominação para não confundir seus efeitos com o que é próprio do sujeito.

Pois, ao tomar a exclusão a partir de sua relação com a alteridade e a singularidade, reconhecemos seu caráter plural, como nos é apontado ROSA (2002), ao mencionar que o processo de exclusão em sua complexidade não tem uma única forma e também não pode ser entendido como uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social – ao contrario, ele é produto do funcionamento do sistema. A autora reitera que a escuta dos sujeitos pode, na articulação significativa, romper identificações imaginárias e trazer as contradições do “bom” funcionamento do sistema.

Vemos ainda, em Fuks (2000), o quanto a construção de uma categoria de exclusão pode se definir pelo que não se é em relação ao que se estabelece como ideal. Assim, a autora problematiza como o judeu se tornou uma categoria de exclusão ao definir o que o ariano não era.

Nesse sentido, levar em conta o peso imaginário contido na miséria e no entendimento de estar fora da estrutura social por não estar consoante aos ideais sociais ao realizar a escuta

do sujeito, em certa medida, pode vir a romper com o pacto de silêncio com o qual a sociedade perpetua por meio da manutenção da ignorância sobre os determinantes sociais da miséria e das relações de desigualdade. Como afirma Rosa (2002, p. 8), socialmente, na maior parte das vezes, o que fazemos é “excluí-los e usufruir do gozo da posição imaginária de estar do lado do bem, da lei”.

Assim, da exclusão objetiva (jurídica e econômica) para a exclusão subjetiva, há um caminho percorrido pelo sujeito que está na inoperância de uma sustentação do corpo social na crença compartilhada em um mito fundador, risco de que o sujeito possa figurar na pura posição de objeto a serviço de outro que não reconhece em si sua dimensão faltosa.

Douville (2004, p. 12) nos aponta que:

[. . .] o ponto de início da identidade é um lugar vazio de representações, o sujeito sendo levado a relançar uma certeza sobre aquilo com o que se assemelha o seu ser produzindo traços, atos de pensamento. As narrativas identitárias causais são os traços, os traços escritos sobre este desconhecido. Está perdida a coincidência de si consigo, coincidência que jamais existiu. Sendo que, no mundo contemporâneo, a fabricação assim como a transmissão destas narrativas tornou-se tributária das violências e dos choques de cultura.

O autor vai propor como questão pensarmos sobre em que medida a transmissão do simbólico interessa para essa ficcionalização da origem, bem como, quais as aproximações possíveis entre a história individual e a história do grupo, apontando que quando o sujeito não tem outra possibilidade de se identificar senão com o limite, com a barreira “para não se abolir como quantidade negligenciável, ele se torna fora-da-troca, fora-do-discurso” (DOUVILLE, 2004, p. 08). Posição esta que, paradoxalmente, indica um traço da possibilidade de resistência do sujeito.

Para Douville (2004, p. 05)), à psicanálise interessa o que “falta” ao homem, considerando que o homem não se encontra inteiramente realizado e que o laço social opera através dos discursos ao fazerem circular algo que diga respeito da origem, do lugar, da filiação e do mito, e aponta que a posição do minoritário, da exclusão, pode ser analisada ao designar “o lugar daquele que não pode fazer reconhecer a sua fundação simbólica e o simbólico de sua identidade sexuada nos significantes chaves próprios ao discurso corrente da compacta maioria”. Aquele que se sente desdito, negado pela sua língua dominante, sendo que uma das consequências para o sujeito em exclusão está em não haver interesse no encontro com o diferente do outro, já que não há no campo interno crédito à própria experiência.

Douville (2004) coloca a questão de como ler a passagem do individual ao coletivo. Aponta para o fundamento de que as práticas clínicas das situações de “instabilidade” – como a errância e a exclusão – encontram uma dimensão política, pois aponta que várias manifestações sintomáticas – como a toxicomania, o crack, as errâncias, as violências – não poderiam somente ser lidas como “sintomas neuróticos clássicos”, nem como “variações culturais de expressão do conflito”, e sim como uma dificuldade em “fabricar o conflito”, e traduzi-lo em sintoma, manifestação esta que estaria referida aos impasses atuais na transmissão cultural. Este é o sentido do agir terapêutico: o de reconhecer o sujeito pela ética da palavra.

A intervenção clínica na assistência social se constrói de forma a considerar a dimensão clínica, política e social, de maneira a restituir a dignidade ética à palavra e, assim, possibilitar ao sujeito se reinventar e criar um laço social inclusivo.

A clínica na assistência também nos ensina que não se trata de incluir o sujeito em exclusão, ao torná-lo igual, e sim incluir a sua diferença, o saber sobre o seu padecimento ao recuperar a possibilidade de transmissão da sua experiência, acolhê-lo de seu exílio social e subjetivo. Douville (2004) fará referência ao encontro decisivo como a intervenção que pode, então, recuperar a palavra silenciada.

Trazemos também a formulação que encontramos em Fuks (2000, p. 45), ao analisar a posição freudiana diante do que remete à alteridade, apontada em seu texto pela condição de estrangeiro carregada por Freud, e salienta a recomendação clínica indicada por ele ao prescrever “ao analista suportar a solidão dos que estão à margem, aceitar o isolamento dos excluídos e aprender com eles, sustentar a alteridade e marcar a diferença inassimilável”.

4.2.1 Identificação e Desidentificação

Quais os efeitos das identificações imaginárias no trabalho de escuta operado na transferência? É uma questão que buscamos desenvolver na construção da clínica.

Rosa (2002, p. 08) afirma que “a ausência de gratificação narcísica aliada à exclusão dos ideais e valores do grupo promove um efeito disruptivo na subjetividade”, ou seja, assim como ocorre a partir de um ideal parental, o social também antecipa algo sobre o sujeito. Esse processo inicia-se na infância, nos laços parentais, e depois, nos outros laços da vida de cada um. Para o sujeito, quando não é possível reconhecer outra possibilidade de identificação da determinação do outro social, de corresponder a um lugar que não lhe confere nenhum valor, o que ocorre é da ordem de uma fratura no laço.

Como nos indicam Poli e Rosa (2009), a posição de exilados que estão em um não lugar, em relação aos semelhantes que nos falam, no limiar do ordenamento social, ou mesmo na posição de sujeitos legalmente inomináveis, nos aproximam à ideia de “mímese ao objeto resto”, em que há a retirada do jogo identificatório, que faz referência à pertença do sujeito. As autoras referem que:

A identificação traça o limite da pertença a grupos distintos. Porém tanto nos campos, como nas favelas, as insígnias dos detentos, dos miseráveis é uma ‘não-insígnia’. Isto é, ela se define pelo negativo em sua qualidade, auferindo ao portador uma condição também negativa: não humano, ou humano não qualificado, não apenas para os exteriores ao grupo, mas para o próprio grupo e para si mesmo (POLI; ROSA, 2009, p. 09).

São dois momentos que vão oferecendo o tecido das identificações. No primeiro deles, estão presentes as figuras parentais que sustentam o desejo materno e o investimento libidinal pelo infans, que inicia sua trajetória no mundo. Se, para a criança é possível ler essa mensagem, sua constituição psíquica vai se produzindo, pois a entrada desse outro pela via imaginária se produz, pelo processo descrito por Lacan no seu texto sobre o estádio do espelho, este vivido para a criança como a passagem do que antes era sentido como fragmentação para, através de uma imagem especular (outro), uma apreensão de si integradora. É em relação à mãe que a criança se reconhece, no momento do estádio do espelho.

Vemos em Rosa (2010) que a antecipação – que é própria ao discurso parental – também se apresenta na forma do discurso social e pré-investirá o lugar que o sujeito ocupará, esperando que o mesmo transmita o modelo sociocultural. A autora afirma que o sujeito deve encontrar, nesse discurso, referências mínimas para que suporte o afastamento do suporte identificatório promovido pelos pais, de maneira que não ocorra toda a perda desse suporte ou a adesão a identidades que lhes são atribuídas.

Nas construções clínicas que nos foram possíveis no trabalho, encontramos histórias de dor e abandono vivido nas relações familiares e que se repetiam no discurso social. E é preciso muito tempo e trabalho na forma de operar a escuta para reconhecer, nessas experiências dolorosas, um sopro de vida, e encontrar, às vezes de forma avessa, o desejo que anima os sujeitos.

Em um segundo momento, as tessituras vão se dando com vários outros, que tomam lugares diversos, de forma que somos tecidos pelo outro. Esse processo implica o outro e perturba a noção de limites que construímos entre o eu e o outro. “Assim se o outro nos

constitui em nossa unidade, também nos constitui em nossa divisão. Pois, ele nos lembra que, se pode ajudar a nos construir, pode também nos rejeitar ou provocar nossa ruptura” (ENRIQUEZ, 2004, p. 47). De forma que o papel dos outros é muito importante, porque, para saber quem se é, precisamos passar pelo outros.

A identificação imaginária age de forma diversa da identificação simbólica, pois esta última indica que o indivíduo nasce em meio a uma ordenação geracional e que possui um compromisso de transmissão, devendo reconhecer naqueles que o precederam traços que indicam a presença do outro em si. Para Enríquez (2004), é possível questionar essa herança, aceitar, transformar, no entanto, é fundamental reconhecer que ela existe. E salienta que, nas sociedades que enfatizam o individualismo, o outro pode ser tomado de forma problemática, muitas vezes intrusiva, de maneira distinta, a identificação simbólica pode trazer consigo a dimensão do outro como semelhante na via de uma mútua responsabilidade.

Acrescemos nesse breve estudo o entendimento que Mannoni (1992) faz do mecanismo da identificação e que nos apresenta formas de trabalhar com essa questão na escuta clínica. O autor refere que Freud não realizou uma teoria da identificação, e nos lembra que esse tema era comum à literatura, no entanto, o que busca depreender no texto psicanalítico diz respeito ao entendimento de que a identificação é inconsciente, bem como seu aspecto parcial.

Considerando esse pressuposto, o autor afirma que a conscientização desidentifica, de forma que a identificação resta inconsciente e temos como sua expressão a desidentificação. O autor lembra que as identificações podem ser lúdicas e lisonjeiras, e faz referência ao dispositivo teatral, bem como a literatura que oferecem meios para a identificação com a perspectiva da desidentificação, assegurada desde o começo pelo papel cumprido pela ficção. Podemos, ao tomar as elaborações propostas por Mannoni (1992), considerar que a escuta analítica também pode ser uma forma de colocar em cena o jogo das identificações através dos efeitos da desidentificação.

Reconhecemos, na escuta realizada com Marcelo, sinais que nos atentam para essas considerações. Marcelo iniciou seu atendimento acerca de seis meses, buscou o CREAS porque havia saído a pouco de uma fazenda terapêutica, e havia perdido o trabalho que conseguira. Nos primeiros atendimentos, foi encaminhado a um hotel conveniado com a instituição, de onde, com a moradia assegurada, poderia buscar alternativas de trabalho.

Após esse primeiro momento, Marcelo continua buscando atendimento e nos oferecemos para escutá-lo. Sua questão inicial passa por conseguir não retornar à condição de

morador de rua, segue habitando o espaço a partir da identidade de reciclador, diz gostar desse trabalho e entendemos que isto lhe coloca outra possibilidade identificatória.

Nesse ponto, colocamos uma dificuldade do lado da instituição, porque na caracterização do acesso aos programas sociais os indivíduos têm que reafirmar aspectos identificatórios, por exemplo, no cadastro específico para o morador de rua, e assim também com outros aspectos considerados indicadores de vulnerabilidade. E, contrariamente ao que buscamos nos espaços de atendimento com o questionamento desses traços, os programas sociais acabam por reafirmá-los.

No entanto, Marcelo traz um componente que se torna importante no trabalho, que é certa indefinição quanto às categorias utilizadas para a inclusão em programas de atendimento como morador de rua, dependente químico, entre outras, na medida em que transita entre esses lugares. Isso se faz presente também no tempo em que ocorre o atendimento.

Marcelo foi morador da Vila Chocolateira por alguns anos, a equipe chegou a conhecer sua esposa, mas não temos nenhum registro do mesmo, durante todo o período de reassentamento estava ausente da vila, parte do tempo em situação de rua e outra parte numa fazenda terapêutica, após o falecimento de sua companheira Solange.

Assim, nem a identidade do coletivo da Vila Chocolateira pode lhe atribuir um lugar, faz parte do grupo que, mesmo potencialmente tendo o direito à moradia constituída aos moradores da vila, pela sua ausência, restou como possível beneficiário. Nesse caso, o trabalho de escuta acaba se tornando também um espaço de construção e o trago nessa perspectiva, pois ainda está em andamento.

Marcelo tem conhecimento que é soropositivo há 11 anos, tem 40 anos hoje, e essa é a outra questão presente no atendimento, são nesses últimos meses que vem apropriando-se desse saber, e sua pergunta é “*Conto sobre isso aos meus familiares, alguns que não vejo há mais de seis anos?*”.

Essa pergunta tomou boa parte dos atendimentos, o que o movia nesse questionamento era o receio de ficar sozinho caso estivesse próximo de sua morte,. Houve um trabalho que se estabeleceu em situar qual a gravidade de sua doença e possibilitar a vinculação a um espaço de atendimento, no entanto, tomou-se essa questão de forma a examinar outros sentidos. Assim, foi através dela que revisitou seu passado, sua saída de casa, o rompimento com familiares, examinou alguns de seus erros e escolhas. Diz que “antes” não escutava ninguém e pouco falava.

Marcelo se culpa por conhecer sua fragilidade somente em momento tão vulnerável, mas justamente ter que se ver com o fracasso de sua ilusão de autossuficiência é o que faz

com que passe a considerar a presença de outros com os quais, em algum momento de sua vida, fez laço.

Traz ainda questões relacionadas ao jogo amoroso, pergunta se há possibilidade do estabelecimento de uma relação baseada no amor, diz que suas relações anteriores se construíram através do sexo e conclui ainda não ter amado ninguém. Nesse ponto, abre-se outra escansão apoiada na pergunta sobre o amor. A intervenção se dirigiu em auxiliá-lo a construir sua pergunta e endereçá-la.

Nos últimos atendimentos, relata que contou para sua mãe sobre ser soropositivo e que se sentiu bem em falar. Após a conversa, ocorreram vários outros encontros, com a irmã, com o irmão e com outros familiares. Fala que esses encontros têm sido reconfortantes, sentiu-se menos só, arriscaria dizer que se sentiu amado.

Marcelo, entretanto, diz que tem várias situações para resolver, trabalho, dinheiro, quem sabe uma companheira, isso tem ocupado seus pensamentos nas noites em que não consegue dormir. Teme pela passagem do tempo, pela sua saúde da qual hoje cuida.

Traz na sua produção discursiva a palavra recomeço como um significante. Poderíamos dizer que Marcelo fala, primeiramente, sobre ser soropositivo nos seus atendimentos, para depois arriscar-se a falar sobre isso em outros espaços, e refere ter perdido muitos amigos dessa forma. Poderíamos inferir que identificar-se com essa perda permitiu outros efeitos em sua história? Deixamos esta como mais uma pergunta que a escuta de Marcelo tem permitido construir.

O mesmo chegou ao atendimento em posição de extrema vulnerabilidade. Aos poucos, tem construído estratégias de construção de um lugar discursivo, embora, na escuta inicial, tenhamos nos deparado com inúmeras faltas materiais e com uma posição subjetiva, como nos aponta Rosa (2002, p. 12), que podemos aproximar de uma identificação a um lugar de resto social na estrutura social. A escuta clínica tem que operar com o cuidado de não confundir “esse lugar de resto na estrutura social com uma subjetivação da falta que promove o desejo. A identificação do sujeito a este lugar de dejetos é um dos fatores que dificulta seu posicionamento na trama de saber”.

De forma que a via sintomática expõe a relação entre a elaboração simbólica e o real, mas temos que estar atentos para não tomar as dificuldades materiais ou econômicas como uma falta simbólica, e sim ler quais os recursos que estão ao alcance do sujeito e como ele os ordena na elaboração simbólica, sintomática, que faz sobre o real. Assim, a escuta clínica nessas situações pode contribuir com a suspensão da identificação a um lugar de resto, que

mantém o sujeito numa condição traumática, e abrir espaço para o sujeito em sua dimensão desejante.

4.2.2 O Luto e a Experiência da Perda

A escuta clínica em contextos de exclusão vai colocar em cena situações em que ocorre o impedimento do luto dos sujeitos desqualificados socialmente, tidos apenas como loucos, bandidos, pobres, miseráveis.

Esse impedimento do luto se revela quanto às condições sociopolíticas interferem nos processos individuais de cada sujeito que tem que se haver com a perda, pois a dor – que não encontra lugar na cultura e é negada socialmente – impede o sujeito de poder dar valor e sentido à sua experiência dolorosa.

Assim, o dispositivo clínico em contextos de exclusão, nesse aspecto, pode trazer a dimensão do luto em sua complexidade e, para isso, entendemos como uma importante contribuição o texto de Freud, “Luto e Melancolia” (1917 [1996]). Nele, Freud faz algumas reflexões sobre o luto que nos interessam no exame das questões propostas. Freud define o luto como “a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante” (1917 [1996, p. 249]).

Freud (1917 [1996]) localiza o luto como um processo que, mesmo envolvendo o afastamento do indivíduo da sua vida normal, não o considera como uma condição patológica. E afirma que no trabalho de luto é produzida a retirada do investimento “libidinal” ligado ao objeto, diante da realidade de que o objeto não existe mais.

Este processo é muito dispendioso, Freud (1917 [1996]) chega a referir que cada uma das lembranças e expectativas é evocada, que a “libido” destinada ao objeto é “hipercatexizada” e o desligamento é realizado em relação a cada uma delas. A exigência de que esse processo se dê em relação à realidade de forma fragmentária torna o luto penoso e, ao final deste trabalho, o eu se encontra mais uma vez livre e desinibido, nas palavras de Freud. Neste processo, o mundo se torna vazio.

Nesta relação entre o eu e os objetos, podemos considerar alguns aspectos, sendo que o primeiro deles se refere à hipercatexização do objeto da perda. Então, nestes contextos onde existe uma desqualificação das pessoas e da transmissão de suas experiências, são muitas as dificuldades que encontramos para a expressão do luto.

Outro aspecto se refere a um excesso vivido pelos sujeitos de inúmeras perdas em suas histórias nas comunidades, bem como, nas trajetórias de vida na rua, de abandono em suas infâncias e que se repetem na posição ocupada no conjunto social. Considerando o caráter necessariamente fragmentário apontado por Freud (1917 [1996]) no processo que envolve o luto, a dor desmedida causada por este excesso poderia enfraquecer o sujeito no seu investimento em recuperar cada lembrança e as expectativas que a cercam, para que o eu possa encontrar-se disponível para novos investimentos objetivos.

Ainda podemos referir que o eu, nos processos de luto, por estar tão comprometido com a perda, volta-se para si e acaba por se retirar das relações com o outro. Nesse sentido, podemos supor que o eu fica empobrecido, sendo que há uma dimensão sua que também “perde-se” nestes objetos.

Freud (1917 [1996, p. 250]) nos aponta a “inibição” e “circunscrição” do eu como algo específico do luto em sua experiência dolorosa e afirma que:

[. . .] o luto profundo, a reação à perda de alguém que se ama, encerra o mesmo espírito penoso, a mesma perda de interesse pelo mundo externo – na medida em que não evoca esse alguém –, a mesma perda da capacidade de adotar um novo objeto de amor (o que significaria substituí-lo) e o mesmo afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre ele.

Por último, relacionamos nos sujeitos submetidos a excessos de privações e violências – a partir da definição do luto como perda de algo relativo a um ideal –, a possibilidade da perda de uma fantasia que opera no lugar de um objeto que pudesse ter significado, mesmo que ficcionalmente, em algum momento de suas vidas, amparo e acolhimento.

As diferentes questões que trouxemos e os efeitos produzidos sobre o luto poderão dimensionar a intervenção a partir da psicanálise na qual a perda, como expressão da falta, também é o que funda o desejo, desde que encontre lugar para a expressão de sua dor.

Em um dos encontros com moradores da Vila Chocolatão, quando tentávamos recuperar com eles as origens daquela comunidade, iniciou-se uma narrativa que enfatizava os acontecimentos marcados pelos incêndios, que mencionamos em outro momento de nosso texto, e pelas mortes de alguns moradores.

As falas apresentavam muita intensidade, Marta iniciou a sequência ao falar sobre a morte de seu filho e referia as qualidades do mesmo no grupo que a escutava. Outros jovens também foram mencionados por outras mulheres. Alguns deles, mortos pela polícia; outros, pelo envolvimento com o tráfico; e no maior incêndio que atingiu a comunidade. Chamamos atenção para que o fato de que os mortos nomeados são os jovens, o que abria para aquelas

mulheres a questão de como fazer o luto da não realização da vida e a sua transmissão para o grupo. Depois das falas, silêncio. Era difícil encontrar palavras ao que se apresentava como insuportável.

Allouch (2004) refere o escrito de Freud em uma carta a Fliess na qual afirma que resta ao luto uma dimensão inconsolável. E se, em sua obra, houve momento que Freud entendia que o sujeito poderia, após ter vivido o luto de alguém, voltar sua energia a novos investimentos, nesse outro período de sua pesquisa, após ter ele próprio ter vivido a experiência da morte de sua filha, seu entendimento aponta para essa outra dimensão da perda.

Trazemos algumas contribuições do estudo de Allouch (2004) sobre o luto que buscam redimensionar esse ponto da teoria psicanalítica. A primeira delas é a ênfase que o autor atribui à complexidade dessa experiência, e a enxerga reduzida quando interpretada a partir do termo que Freud utiliza, embora, escrito uma única vez em seu texto, indicando que no luto se constitui um “trabalho” de elaboração. Interpretar o luto como um trabalho psíquico a ser realizado e buscar promovê-lo, para Allouch (2004), seria uma distorção da psicanálise, uma prescrição, que ainda poderia ter como consequência a medicalização.

Allouch (2004) aponta que, no texto freudiano, habita uma visão romântica do luto, própria das relações entre Freud e sua época, que se revela na proposição da existência de um substituto do objeto perdido, ou seja, uma promessa de encontro, restando ao luto uma última fronteira entre o enlutado e o objeto perdido, e adverte para tomarmos o texto de forma crítica para não sucumbir às interdições presentes no tema da morte e do luto.

O autor, em sua tese, propõe questionar ainda por que Freud não aproximou o luto de um traumatismo, o que seria realizado posteriormente por Lacan, ao aproximar o conceito de só-depois “consustancial à noção de traumatismo” do luto, em sua dimensão trágica. Conforme Allouch (2004), em Freud, a dimensão temporal do luto é imprecisa. E levanta como uma hipótese para essa questão que foi a guerra que recolocou em primeiro plano a neurose traumática, e que foi necessário tempo para que Freud elaborasse a segunda tópica e o conceito da pulsão de morte para que outra relação – trágica como a morte – fosse explicitada.

O autor recorre a Ariés para salientar as modificações nas expressões sobre o luto. Pois, o luto, nas sociedades medievais e modernas, era mais social que individual, e exprimia a angústia da comunidade que vociferava enfraquecida pela perda; no século XIX, o luto passa e ter como função a possibilidade dos outros compartilharem a pena e socorrerem o sobrevivente.

Cada vez mais, as sociedades não suportam o peso da morte, nem no morto, nem daqueles que choram sua perda, e “o sobrevivente é, pois, esmagado entre o peso de sua pena e aquele do interdito da sociedade” (ARIÉS apud ALLOUCH, 2004, p. 60). Nessa concepção do luto, a posição daquele que vai morrer com relação à sua própria morte e à transmissão do luto está ausente.

Na interpretação de Allouch (2004, p. 147), Freud escreve o texto “Luto e Melancolia” no momento da passagem na qual o ocidente deixa de realizar a “exaltação romântica da morte” para sua “exclusão”. E encontra em Ariés algumas consequências dessa mudança, que faz com que o enlutado passe a sofrer escondido, enquanto antes eram exigidas as demonstrações de sofrimento pelo caráter público do luto.

Allouch (2004) recupera em Ariés a afirmação da passagem da “bela morte romântica” para o que vai propor como “morte invertida”. Termo que constrói a partir de alguns elementos que caracteriza como inversões: – não há mais morte de si – o acento passa a ser dado na morte do outro, assim, trata-se de proteger esse outro, que carrega a ilusão de que não lhe façam mal; – a morte passa a ser idealizada como imprevista para “não mais sentir-se morrer”; – não há mais momento da morte. Esses traços vão caracterizando um contexto de “ausência de morte no grupo, de ausência de morte de si e de ausência de luto” (ALLOUCH, 2004, p. 150). Assim, hoje, o luto transita entre uma prescrição superegoica e uma exclusão da morte. De forma que o autor conclui que o texto freudiano é escrito no momento em que “a morte social não tendo mais lugar, o luto acaba sendo socialmente marcado de interdito” (ALLOUCH, 2004, p. 153).

Allouch (2004) dá mais um passo em sua elaboração e afirma que não há objeto substitutivo, porque o objeto do amor não é situado pelo relembrar, mas pela repetição, e nela o que persiste é a impossibilidade para uma segunda vez de ser a primeira. E aqui buscamos nova articulação com nosso texto, pois é justamente a transmissão de que o objeto resta insubstituível que nos cabe ressaltar, conforme Allouch (2004, p. 169), “cada um, cada ser falante é tão único e, logo, insubstituível quanto qualquer outro: neste plano, não há injustiça”.

Nessa direção, então, aponta que o sofrimento psíquico pode fazer a função do luto, como é na melancolia, contrariamente ao entendimento de que era a manifestação de sua ausência.

Ainda, colocamos como contribuição ao tema do luto as elaborações que Allouch (2004) recolhe nos textos de Lacan, que se referem tanto à função do luto e ao destaque que

dá para o lugar do objeto; pois, se há um luto, e nele a introjeção do objeto pelo enlutado, é na relação de constituição de objeto que também vão estar os elementos de análise.

Assim, se para Freud o luto implicaria uma operação de substituição do objeto, para Lacan, é a apreensão da disparidade entre a situação anterior e posterior da perda do objeto que é operada na função do luto. De forma que “não se trata de reencontrar um objeto, ou uma relação com um objeto, não se trata de restaurar o gozar de um objeto em sua feitura particular, trata-se de uma mudança brutal na relação de objeto, da produção de uma nova figura da relação de objeto” (ALLOUCH, 2004, p. 194).

Quando Allouch (2004, p. 275) sublinha a contribuição de Lacan da impossibilidade de correspondência ao objeto, indicando um lugar que define como “um furo no real”, onde o sujeito lança os significantes e as imagens envolvidas no luto. “Em outros termos, o furo no real provocado por uma perda, uma perda verdadeira, essa espécie de perda intolerável ao ser humano que provoca nele o luto”. Perda no real com um apelo ao simbólico, essa sendo uma atribuição do luto. O luto, dessa maneira, não é apenas perder alguém, “é perder alguém perdendo um pedaço de si” (ALLOUCH, 2004, p. 387). Sendo que, o autor sublinha ser um pedaço investido de valor.

Assim, buscando o enlace desses elementos com a nossa experiência de escuta, entendemos que essa leitura do luto, que nos apresenta Allouch (2004), nos coloca outros elementos que nos permitem um posicionamento ético junto a quem escutamos. Pois não se trata de tomar uma via prescritiva sobre o processo de luto, nem tomá-lo somente pelo seu impacto no real e, possivelmente, buscar nos defender disso através das formas de exclusão da morte.

O fio que o autor nos oferece em seu percurso, em Freud a Lacan, é o de reconhecer a perda que o luto encerra sem desconhecer sua relação com o simbólico. De forma que é de sua transmissão, enquanto perda, que a escuta clínica pode se ocupar e, para que ela seja efetiva, é necessário que contenha o peso de que o que se perde é insubstituível para cada um.

Pois, para aquelas mulheres, falar da morte de seus jovens filhos, ou membros daquele grupo, possibilita encontrar algo na vida de cada um que pode se cumprir. A elas, cabe ordenar o tempo de forma que a promessa do que não aconteceu – contida em cada um dos jovens nomeados – possa encontrar seu cumprimento no tempo de vida que tiveram de fazer a sua história.

Para Allouch (2004), cumprir o luto é realizar a vida do morto enquanto cumprida. No entanto, nas situações de atendimento com as quais nos encontramos, parece não haver espaço para promessa de um vir a ser, traço de investimento que faz a relação do real ao simbólico. O

que ocorre, muitas vezes, é uma passagem muito rápida no nome do jovem para outros nomes: traficante, bandido, por exemplo, de forma que a promessa que subsiste em cada um não encontra lugar, justo no ponto em que aponta para o investimento, para o valor fálico.

Se no luto está implicado reconhecer e abrir mão de algo de si para a morte, reconhecer no outro alguém por quem podemos fazer isso está no centro da expressão dessa dor, como fez, em alguma medida, o grupo de mulheres em atendimento. De forma que, na escutas dessas pessoas que estão sob as marcas da exclusão, espera-se que a psicanálise possa sustentar a circulação da palavra barrada tanto pelo interdito do luto, como vimos, como também pelo desejo de não saber sobre a miséria e as violências sociais.

4.2.3 A Melancolia e o Laço Social

A melancolia também se caracteriza como uma reação à perda de um objeto amado, não necessariamente em razão da morte do mesmo, mas em função da perda de seu amor. No entanto, na melancolia, para Freud (1917 [1996]), não se pode ver claramente qual o objeto desta perda nem se sabe o que se perdeu. Na melancolia, a perda é retirada da consciência.

Existe outro aspecto próprio da melancolia que se trata de uma diminuição extraordinária de sua autoestima, um empobrecimento do eu em grande escala. Enquanto, nas palavras de Freud (1917 [1996]), no luto é o mundo que se torna vazio, para o melancólico é o seu próprio ego. Embora a melancolia tome emprestados traços do processo de luto, nela, estes se encontram em sua forma patológica como os processos de autorrecriminação, em que o enlutado passa a sentir-se culpado pela perda do objeto amado.

A questão que Freud (1917 [1996], p. 258) elabora, ao longo de seu texto “Luto e Melancolia” e que podemos retomar ao considerar os aspectos que chegam à clínica, é a seguinte: “Essas considerações nos levam a perguntar se uma perda no ego, independentemente do objeto – um golpe puramente narcisista contra o ego –, não bastará para produzir o quadro de melancolia [. . .]?”.

No melancólico, conforme Kehl (2009, p. 21), a desesperança tem a ver com o fato do Outro, em sua primeira versão originária (materna), não ter conferido ao bebê um lugar de desejo. Assim, o melancólico permanece ligado a um “tempo morto”, em que o Outro deveria ter comparecido, mas não compareceu.

Neste ponto, podemos aproximar as questões suscitadas pelo texto freudiano do trabalho clínico nos contextos de exclusão, pois, nos casos que se configuram perdas sucessivas nas situações de vida – nas quais o objeto da perda aparece de forma secundária e o

que produz marca é a repetição da perda –, poderíamos supor uma identificação com a própria perda? Em situações de vida na rua, podemos supor que essa é uma posição possível de ser ocupada pelo sujeito ao perder seus objetos, seu espaço, seu tempo, sua palavra e, em casos extremos, sua história.

O aspecto presente na melancolia e que podemos encontrar nas manifestações discursivas é a desesperança, essa representação de si como sem futuro, que tem sua marca estabelecida pela versão imaginária do Outro como alguém que nada espera dele.

Enfatizamos que os aspectos que nos levam a formular essas questões se aproximam mais do entendimento que o conceito de melancolia trouxe para a contemporaneidade, do que suas manifestações na clínica. Embora para a psicanálise suas questões sejam propostas a partir da clínica, trazemos esse conceito com o intuito de nos auxiliar a pensar no laço social.

Abordamos esse ponto a partir das formulações de Kehl (2009), nas quais afirma que o texto freudiano cumpre dois papéis. Um deles é de trazer o conceito e suas manifestações clínicas do campo da psiquiatria para o psicanalítico, e o outro é relativo à mudança de estatuto da melancolia no plano das ideias. Ou seja, a melancolia deixa de estar relacionada ao sublime, como era tomada no período pré-moderno e passa a indicar uma expressão do mal-estar.

Para Kehl (2009, p. 44):

A melancolia antes de Freud – mas também antes de ser entendida como um distúrbio a ser curado pela medicina psiquiátrica – era vista como uma forma que denunciava o mal-estar entre alguns membros de uma determinada sociedade e as condições do laço social.

Considerando esse aspecto da melancolia, entendemos que ela nos oferecia indícios das formas de inclusão dos sujeitos no laço. A partir da modernidade, e também do conhecimento psicanalítico, se estabelece outra relação com o mundo e as coisas a partir da noção de inconsciente. Assim, a melancolia deixa de ser de um indício da expressão do mal-estar, como propõe Kehl (2009), devido às mudanças de um contexto no qual os códigos e as tradições davam contorno ao Outro, para um tempo no qual o individualismo impõe que a dor e o sofrimento sejam tributários das suas relações privadas e íntimas.

Na modernidade, o campo do Outro se tornou inacessível ao saber (consciente) dos sujeitos sociais, sendo que nele também está a dimensão inconsciente. Assim, o inconsciente não é mais o refúgio das “particularidades individuais”, ele também passa a ter uma função simbólica. A proposição que a autora destaca, em Lacan, nos leva a considerar que “uma parte

das manifestações do sujeito do inconsciente, diz respeito aos restos não simbolizados da ordem social” (KELH, 2009, p. 26).

Na esteira da função que a melancolia já ocupou em relação ao mal-estar social, podemos nos interrogar quais outras formações inconscientes o laço social padece, pois o que permanece excluído das possibilidades de simbolização, o que fica silenciado, se manifesta pela via do sintoma.

Na via do particular ao coletivo, uma parte das manifestações do sujeito do inconsciente diz respeito aos restos não simbolizados da ordem social, restos estes excluídos do campo dos fenômenos que a língua é capaz de decifrar. Isso não faz da clínica uma prática sociológica, a repercussão da vida social na fala dos analisandos não nos poupa de escutá-los, um a um, na singularidade de sua posição subjetiva e de suas manifestações sintomáticas (KELH, 2009, p. 26).

As violências sociais que operam a exclusão do sujeito no laço social poderiam agir como forma de eliminação do outro, que encarna o resto não simbolizado, como escutamos nas narrativas dos sujeitos que enfrentam determinações sociais totalizantes e que, de maneira análoga à posição melancólica, não encontram lugar no desejo do Outro.

Assim, o que propomos no texto é uma aproximação das formações discursivas presentes na escuta dos sujeitos em contextos de exclusão em relação à posição que o melancólico ocupou em denunciar o mal-estar e as tentativas da sua supressão, nas formações do laço social.

Trazemos a contribuição de Douville (2004), ao investigar o que chamará de melancolização do laço. Sua premissa é de que se vive, atualmente, uma intensificação da dimensão imaginária do outro e, em contrapartida, uma fragilização das ficções necessárias à transmissão simbólica. A melancolização do laço situa, em seu estudo, uma hipótese para levar em consideração novas manifestações clínicas que incluem manifestações de errância, exclusão, migrações e exílio.

Para o autor (DOUVILLE, 2004, p. 02), um dos aspectos é justamente o entendimento que a situação clínica não seria apenas o espaço de levantar a dimensão recalcada, mas também o dispositivo para se dizer as “palavras banidas” e os “significantes da filiação” que foram atacados pelas violências da história.

Um trabalho prévio com certos sujeitos consiste em vencer esse desespero singular com relação à palavra. A neutralidade aqui seria a neutralização, se o psicanalista se reduzisse a encarnar de modo obstinado a figura do Outro que nada poderia emocionar ou impressionar. Sujeitos em melancolização de laço foram, em sua história, vivida ou herdada, confrontados com essa figura da onipotência, figura que

nenhum grito, nenhuma formulação de excesso poderia fazer reagir (DOUVILLE, 2004, p. 02).

O que queremos destacar é como o laço social se modela de forma plástica, como nos afirma Douville (2004), e o mesmo vem mascarar a falta estrutural na relação do sujeito com o Outro. Essa relação que de forma mítica resta como experiência de unificação, e pela entrada na linguagem e na cultura, apresenta-se o corte, a separação. Nesse sentido, a relação com o semelhante funda-se no momento de uma perda.

Esta perda é animada pelo sintoma que ocupa a função de fazer um contorno na experiência subjetiva com que cada um toma seu lugar na história coletiva. De maneira que o laço social é entendido como “o discurso que organiza a configuração das relações sociais, é também o nome dos momentos em que podem circular, ou não as palavras que dizem a origem, o lugar, a filiação, o mito, sem deixar de manter um hiato e uma equivocidade salutares” (DOUVILLE, 2004, p. 05).

Nas situações clínicas que carregam a marca da exclusão, a partir das proposições do autor, é que aquele que se sente “desdito” e, para não se deixar atingir pela angústia da “não-atribuição”, acaba por se colocar em impasses da transmissão. O autor apresenta essa posição para o sujeito vivida como “sem”, o sujeito desprovido, da “graça do conflito ou da faculdade de se fazer explorar como seus semelhantes” E, muitas vezes, estigmatizado como o “sem domicilio fixo”, “sem documentos”, etc. (DOUVILLE, 2004, p. 5).

Entrar no jogo social, com a palavra e com o corpo, resulta da perda da satisfação pulsional autoencerrada no corpo, e da instauração do objeto de satisfação como causa do desejo, conformado pela experiência de encontro entre a criança e o Outro materno, cuja separação produz a perda de um objeto, objeto perdido e jamais reencontrado.

A falta produzida no lugar do objeto, condição de abertura, aparece para o sujeito a partir da demanda do Outro. De forma que não é o sujeito que deseja, é o Outro que demanda. O sujeito busca satisfazer essa demanda na tentativa de reverter à castração implicada na perda, entretanto, se depara com a impossibilidade disso. Assim:

[. . .] o laço social procede da comunhão destes modos de ligações do subjetivo a este lugar sempre aberto. A questão do outro permanece fundamentalmente como a questão da linguagem, como o que está em jogo na linguagem. A linguagem é ao mesmo tempo nossa morada e nossa alteridade (DOUVILLE, 2004, p. 05).

Nesse sentido, a dimensão da perda se encontra sem possibilidade de significação, na medida em que não há para quem o sujeito dirigir a sua dor, este é o aspecto da melancolia

que aproximamos com o nosso campo de investigação, bem como, a sua potência como analisador do laço social.

4.3 O LUGAR E A FUNÇÃO DA CLÍNICA: a transferência como um operador

O percurso percorrido neste capítulo nos permite afirmar que, em contextos tão áridos, a função terapêutica se traduz em recuperar a potência da palavra. Isto, além de estar em consonância com o princípio ético da psicanálise, pode se apresentar com uma especificidade do trabalho, pois, para encontrar significações que possibilitem aberturas discursivas, é necessária uma passagem do vivido ao narrado e, ao narrar, suportar perder o que se deixou para trás.

Para Lacan (1953 [1998, p. 258]), “é justamente a assunção de sua história pelo sujeito, no que ela é constituída pela fala endereçada ao outro, que serve de fundamento ao método na psicanálise”.

Assim, pensamos na inclusão do sujeito como este é entendido para a psicanálise, na sua dimensão inconsciente e na aposta de que sua palavra e dimensão desejante encontrem lugar e não se apaguem na alienação que pode implicar uma identificação a um dado lugar social.

Neste sentido, indicamos o quanto a “exclusão” contrasta com a prática da transferência, pois a clínica psicanalítica está alicerçada na possibilidade do estabelecimento de uma relação transferencial, sendo que este operador é o que permite ao sujeito colocar-se em questão, de forma que na clínica o psicanalista dirija o tratamento, mas não o paciente, como lemos em Lacan (1958 [1998]).

Nessa perspectiva, a transferência se estabelece na relação singular, operada pelo desejo de saber, saber inconsciente à sua sustentação com o objetivo de escutar os sujeitos que, ao ocuparem uma posição de resto, de desqualificação e de anonimato, sofrem com a dor e com o silenciamento. Para Lacan (1953 [1998, p. 263]):

[. . .] o que ensinamos o sujeito a reconhecer como seu inconsciente é a sua história – ou seja, nós o ajudamos a perfazer a historicização dos fatos que já determinaram na sua existência um certo número de ‘reviravoltas’ históricas. Mas se eles tiveram esse papel, já foi como fatos históricos, isto é, como reconhecidos num certo sentido ou censurados numa certa ordem.

E para isso, retomamos o texto freudiano “Construções em Análise” (1937 [1996]), para o qual o trabalho clínico se constitui numa construção que envolve os traços, os fragmentos, os restos muitas vezes esquecidos, mas não destruídos. Bem como, reside numa forma de possibilitar a escuta dos processos subjetivos que envolvem as perdas e as

experiências dolorosas, e o seu enfrentamento, considerando as diferentes posições que ocupam para os sujeitos.

Neste enredo, a intervenção clínica se constitui em fazer a oferta da escuta aos sujeitos através do compromisso ético de possibilitar lugar à palavra. Propiciando também que o trabalho não se situe apenas na via de um reconhecimento a partir da identidade entre os sujeitos, mas busque também o que o representa em sua diferença, esta não como ameaça, mas como possibilidades de convivências.

Consideramos, também, que a escuta das situações de sofrimento psíquico na assistência social encontra alguns impasses que podem fazer resistência à transferência ao trabalho. Uma das questões é como fazer a escuta desta experiência, que estabelece alguns sintomas específicos decorrentes da cena social, a partir de uma posição que o sujeito ocupa na cultura e possibilitar que se opere uma posição enunciativa que é da ordem do singular.

Outro questionamento que a prática provoca, no campo da assistência social, diz respeito ao impacto da realidade social e das determinações culturais a que estão submetidos os sujeitos que escutamos, e o quanto este testemunho das inúmeras violências e privações pode obstruir o processo de escuta. Sendo que, a potência do testemunho articulada à intervenção clínica permite que, ao testemunhar as inúmeras violências e privações através da transmissão simbólica dessas narrativas, seja possível questionar a violência presente nas relações sociais.

Destacamos essa perspectiva quando escutamos durante o acompanhamento de famílias no processo de remoção da Vila Chocolate a seguinte fala: *“A gente sempre perde, é sempre um recomeço”*.

Assim, a relação transferencial é um operador fundamental, pois é singular e supõe o sujeito em sua presença. Então, reconhecer a exposição ao traumático, bem como, estar na cena social, como nos é comum no campo da assistência social, na medida em que vemos, presenciamos e testemunhamos a precariedade e a miséria a que muitos estão assujeitados, não nos permite, no entanto, antecipar algum saber sobre o sujeito e nem a forma como seu sofrimento psíquico irá se expressar.

Tomar o sujeito supondo uma generalidade sobre seu saber, seu sofrimento e posicionamento no laço social na exclusão por estarmos, em muitos momentos da intervenção na assistência social, também na cena social no acompanhamento do caso, talvez, seja uma das formas mais poderosas da expressão da resistência de quem escuta. O trabalho clínico não se apoia na antecipação de um saber, e sim no reconhecimento da forma singular com que cada um narra com os elementos que constitui seu saber sobre a “outra cena”. E, conforme a

ética psicanalítica nos cabe reconhecer na intervenção numa política pública o dispositivo da transferência como o lugar de acesso ao inconsciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na assistência social, são muitas as narrativas que contêm as expressões da dor e da vivência traumática, sendo que o reconhecimento de que a exposição a acontecimentos desorganizadores pode afetar subjetivamente o sujeito nos coloca como técnicos em posição de testemunhar e acolher – através da transferência – o singular das histórias dos sujeitos de perda e dor.

Já mencionamos, ao longo de nosso estudo, que a experiência traumática instaura uma temporalidade específica por seu efeito de fixação ao instante traumático, o que traz dificuldades para a capacidade de narrar e historicizar essa experiência. E salientamos que não se trata apenas da dimensão traumática que incide sobre a história individual dos sujeitos, mas também a dimensão coletiva do trauma que se faz presente em contextos de violências sociais através das migrações, incêndios, guerras do tráfico...

A prática clínica, em contextos de exclusão, coloca em cena situações nas quais ocorre o impedimento do luto dos sujeitos desqualificados socialmente. Dificuldades que tratamos neste texto e que revelam o quanto as condições sociopolíticas atingem o sujeito nos processos individuais e coletivos em relação à perda e o quanto encontram dificuldades em nomear sua dor.

Destacamos algumas falas que nos colocaram a pensar sobre os limites experimentados nestas situações, onde encontramos a expressão da desmedida e do excesso. São falas recortadas de experiências singulares, mas que também remetem a uma coletividade.

A extensão da fratura produzida pela perda pode produzir, nos sujeitos, uma completa desesperança. Como reconhecemos na fala de Tânia, ao trazer a dimensão dolorosa da perda dos quatro filhos em razão do acolhimento institucional: *“A casa está deserta agora, tudo destruído, me arrependi de ter saído da rua”*. Nessa via, o movimento que a mesma havia realizado em abandonar a vida nas ruas e constituir uma casa e uma família perdia o sentido e deixava exposta sua insuficiência.

Esses fragmentos, assim como os outros apresentados ao longo de nossa pesquisa, recortados a partir da escuta em diferentes momentos de trabalho em espaços coletivos (rodas de conversas) e também individuais (atendimentos, visitas domiciliares), podem nos apontar a complexidade da intervenção na assistência social, pois, expressam o entrelaçamento da

dimensão subjetiva e singular de cada um dos sujeitos, com a dimensão política na qual estamos inseridos como técnicos junto a uma política pública e coletiva no que diz respeito à violação dos direitos sociais.

Como, então, tomar esses diferentes momentos da intervenção de forma que se tornem permeáveis? Pois, se reduzimos a complexidade que estes elementos suscitam, perdemos uma parte importante do processo.

Assim, algumas direções colocam-se para o trabalho na intervenção (ou intervenções), que pode tomar o viés clínico, o das demandas sociais, ou da suspensão de uma violação por uma intervenção no âmbito da ação política.

São questões que podem oferecer tensionamentos e discussões nas equipes e na rede de atendimento. Guerra (2010) levanta alguns problemas para o trabalho clínico, ao dimensionar a importância de colocar em análise tanto a posição do sujeito como a do técnico, pois, no campo da assistência social, muitas vezes, a demanda é de uma resposta que não é a própria da relação transferencial, mas do campo político que representam.

Assim, na escuta pautada na transferência, é o sujeito que vai encontrar as suas palavras e com elas reinventar o seu lugar e sua história, de forma que a transferência como um operador da intervenção clínica preserve as palavras do sujeito.

De que maneira preservar a singularidade numa prática clínica, conforme salienta Guerra (2010), inserida em uma política pública na qual a intervenção do técnico se dá muitas vezes no fato, em uma urgência, sem que haja o tempo de compreender, bem como o tempo da interpretação, pois o técnico está na cena?

Então, o que visa a clínica e o que visa a política pública da assistência social? Como incluir na dimensão da cidadania e dos direitos sociais a dimensão subjetiva dos sujeitos em questão? Como incluir o cidadão sem excluir o sujeito?

Entendemos que a perspectiva clínica e a dos direitos sociais e da cidadania, não se suprimem uma a outra, pelo contrário, ao ocuparem o lugar de efeitos do trabalho podem permitir aos sujeitos uma apropriação singular da sua questão.

Portanto, a dimensão clínica pode trazer à tona, no campo da assistência, a dimensão do sujeito dividido que é a do sujeito do inconsciente. E, ao ser considerado, podemos dar lugar aos seus pedidos à instituição, conhecer suas histórias e acolher seus impasses, receios, recuos e avanços na apropriação de sua inscrição social, pois, ao revisitar e transformar sua história, ao colocar-se como autor, poderá romper preconceitos e visões que o engessam a um dado lugar social, como nos diz Teresinha, após um intenso trabalho de reconhecimento de sua posição de representação junto à sua comunidade: *“Agora estou em todos os lugares!”*.

Pois, como afirma Lacan (1964 [1985, p. 198]), “a característica do sujeito do inconsciente é de estar, sob o significante que desenvolve suas redes, suas cadeias e sua história num lugar indeterminado”. E que “o sujeito pode, com efeito, ocupar diversos lugares, conforme se ponha sob um ou outro desses significantes”.

É muito comum que nós, técnicos nas equipes, ao supor já sabermos “tudo” sobre um determinado “caso”, com frequência nos incomodamos quando colocados em uma posição de desconhecimento, seja porque o sujeito traz outros elementos de sua história, seja porque deixou de dizer algo, ou mesmo porque somos colocados em uma posição de ignorância diante dos conteúdos trazidos pelos sujeitos.

No entanto, se não suportamos nos afastar do assunto em questão – da necessidade material, bem como da necessidade de resolução da situação de risco – deixamos de compreender as histórias e, assim, de permitir que se amplie a extensão simbólica que se configura justamente nos vários modos do dizer.

Na medida em que compreender, nas palavras de Jerusalinsky (2004, p. 20):

[. . .] implica em arrancar o significante de seu monosentido, ou seja, devolver-lhe a polissemia. Sem quebrar o estreitamento da extensão simbólica não há possibilidade de compreender. O que quer dizer afastar-se do assunto em questão, permitir perder o tempo. Não elidindo, esquivando o assunto em questão, senão permitindo que ele derive muito além de seu nó.

Na assistência social, acompanham-se situações de extremo risco, entretanto, intervir, no intuito da construção de narrativas, ainda é um percurso a ser percorrido nesse campo de realização de atos e urgências. De forma a considerar que o sujeito se singulariza somente no laço em relação ao outro e, na psicanálise, pela operação da transferência, no testemunhar do que permanece ignorado e que, no entanto, concerne ao laço.

Lacan (1953 [1998, p. 244]), ao examinar algumas condições da resistência do analista refere: “Trata-se da tentação que se apresenta ao analista de abandonar o fundamento da fala, justamente em campos que sua utilização, por confinar com o inefável, exigiria mais do que nunca seu exame: a saber, a pedagogia materna, a ajuda samaritana e a mestria/dominação dialética”.

Neste sentido, a possibilidade de dispositivos clínicos na política de assistência social, recoloca a dimensão da incompletude, da insuficiência em responder as demandas dos sujeitos, não somente pela falta de recursos ou pela falta material, mas pela persistência do humano, da vida. Assim, a escuta clínica se faz, neste contexto, ao buscar o sujeito em seu movimento, ao buscar “migrar” e a ao desenraizar-se possibilitar encontrar a potência do sujeito.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O Poder Soberano e a Aida Nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- AGUINSKY, Beatriz; FERNANDES, Idília; TEJADAS, Silvia. Entre a Garantia de Direitos e o Reforço a Subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In: MENDES, Jussara; PRATES, Jane; AGUINSKY, Beatriz. *O Sistema Único de Assistência Social: entre fundamentação e desafio da implantação*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009.
- ALBERTI, Sonia. Psicanálise e Discurso Social: a clínica no campo social. In: ALLOUCH, Jean. *Erótica do Luto: no tempo da morte seca*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- ALLOUCH, Jean. *Erótica do Luto: no tempo da morte seca*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- BENJAMIM, Walter. *Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras Escolhidas, v. 2).
- _____. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1).
- BIRMAN, Joel. A Clínica na Pesquisa Psicanalítica. In: ENCONTRO DE PESQUISA ACADÊMICA EM PSICANÁLISE: psicanálise e universidade, 2., 1992, São Paulo. *Atas*. São Paulo: PUC, 1992.
- BLANCHOT, Maurice. *La Comunidad Inconfessable*. Madrid: Arena Libros, 1999.
- BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. v. 3.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília/DF: MDS, 2005.
- CALVINO, Italo. *Por Que Ler os Clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CARUTH, Cathy. *As Pegadas Impressas da Psicanálise*. Curitiba: CRV, 2010. (Escrita e Psicanálise, v. 2).
- _____. Modalidades do Despertar Traumático (Freud, Lacan e a ética da memória). In: NESTRÓWSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.) *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, Ana. A Viagem de Ulisses. In: COSTA, Ana; RINALDI, Dóris. *Escrota e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud: UERJ, 2007.

_____. Antecipação e Destino: atualidades do espelho. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 30, p. 15-24, jun. 2006.

_____. *Corpo e Escrita*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. *A Rua em Movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. 2007. 239 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRUZ, LÍlian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza M. F. A Constituição da Assistência Social como Política Pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L.; GUARESCHI, N. (Org.). *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

DOLTO, Françoise. *A Dificuldade de Viver*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

DOUVILLE, Olivier. Uma Melancolização do Laço Social. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 179-201, jul./dez. 2004.

ELIA, Luciano. O Sujeito da Psicanálise e a Ordem Social. In: ALTOÉ, Sônia (Org.). *Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo: direito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

_____. Psicanálise: clínica e pesquisa. In: ALBERTI, Sônia e ELIA, Luciano (Org.). *Clínica e Pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Marca d'Água, 2000.

ENDO, Paulo. *Apresentação II Jornada do Instituto APPOA*. Porto Alegre: APPOA, 2011.

_____. *A Violência no Coração da Cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo. Escuta, 2005.

ENRIQUEZ, Eugène. O Outro, Semelhante ou Inimigo? In: NOVAES, Adauto. *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FELMAN, Shoshana. Educação e Crise, ou as Vicissitudes do Ensino. In: NESTRÓWSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.) *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. A Construção do Caso Clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISA EM PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 7., 2003, Petrópolis. *Anais*. Petrópolis: AUPPF, 2003.

FRANÇA NETO, Oswaldo. Trabalhando na Diferença. In: GUERRA, Andréa Máris C.; MOREIRA, Jaqueline M. A. (Org.). *Psicanálise nas Instituições Públicas*. Curitiba: CRV, 2010.

FREUD, Sigmund. *A Interpretação dos Sonhos (1900-1901)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 5-6).

_____. *Análise de uma Fobia de um Menino de Cinco Anos (1909)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 10).

_____. *Construções em Análise (1937)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 23).

_____. *Delírios e Sonhos na Gradiva de Jensen (1907 [1906])*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 9).

_____. *Luto e Melancolia (1917 [1915])*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 19).

_____. *O Estranho (1919)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 17).

_____. *O Futuro de uma Ilusão (1927)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 21).

_____. *O Mal-Estar na Cultura (1930)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. *O Moisés de Michelangelo (1914)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 13).

_____. *O Projeto para uma Psicologia Científica (1950 [1895])*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 1).

_____. *Totem e Tabu (1913-1914)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, v. 13).

FUKS, Betty. *Freud e a Judeidade: a vocação do exílio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Freud: a guerra e o pacifismo. *Polêmica Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, ago./set. 2009.

_____. O Estrangeiro e o Comum. *Revista Humanidades*, Brasília, v. 57, p. 74-80, 2010.

FUKS, Betty; RUDGE, Ana Maria. O Documentário Falcões, ,Meninos do Tráfico: testemunhos do cotidiano traumático. *Contracampo: Revista do programa de Pós-Graduação em Comunicação*. Niterói, v. 7, p. 59-74, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. A Competência do Estrangeiro. *Revista Humanidades*, Brasília, v. 57, p. 36-47, 2010a.

_____. Entrevista: experiência e narrativas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 39, p. 103-112, jul./dez. 2010b.

_____. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINSBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUERRA, Andréa Máris C. Quando um Crime Surpreende o Sujeito: a psicanálise na política de defesa social. In: GUERRA, Andréa Máris C.; MOREIRA, Jaqueline M. A. (Org.). *Psicanálise nas Instituições Públicas*. Curitiba: CRV, 2010.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HASSOUN, Jacques. O Estrangeiro: um homem distinto. In: KOLTAI, Caterina (Org.). *O Estrangeiro*. São Paulo. Escuta, 1998.

JERUSALINSKY, Alfredo. *Seminários III*. São Paulo: Imprensa ECOgraf, 2004.

KEHL, Maria Rita. O Sexo, a Morte, a Mãe e o Mal. In: NESTRÓWSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

_____. *O Tempo e o Cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

KOLTAI, Caterina. *Partir*. Curitiba: CRV, 2010. (Escrita e Psicanálise, v. 2).

_____. *Política e Psicanálise: o estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2000.

LACAN, Jacques. *A Direção do Tratamento e os Princípios de seu Poder (1958): escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise (1953): escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O Seminário Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. *O seminário Livro 17: o avesso da psicanálise, 1969-1970*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. *O Seminário Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. *O Seminário Livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. *O seminário Livro 8: a transferência, 1960-1961*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. *Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola: outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *O Seminário Livro 20: mais, ainda, 1972-1973*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. *Radiofonia: outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MANONNI, Octave. *Um Espanto Tão Intenso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

- MILMAN, Lulli. Um Pouco da História. In: MILMAN Lulli; BEZERRA Benilton (Org.). *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- PEREIRA, Lúcia Serrano. Transferência e Transmissão da Experiência. *Textura*, São Paulo, n. 6, p. 01-07, 2007.
- POE, Edgar Allan. O Homem das Multidões. In: _____. *Poesia e Prosa: obras completas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944. (Biblioteca dos Séculos, v. 2).
- POLI, Maria Cristina. *Clínica da Exclusão: a construção do fantasma e o sujeito adolescente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- _____. Leituras da Clínica, Escritas da Cultura. In: LEITE, Virgínia de Araújo; VORCARO Ângela (Org.). *Giros da Transmissão em Psicanálise: instituição, clínica e arte*. São Paulo: Mercado das Letras, 2009.
- _____. Pesquisa em Psicanálise. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 29, p. 42-47, 2005.
- POLI, Maria Cristina; COSTA, Ana. Alguns Fundamentos da Entrevista na Pesquisa em Psicanálise. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, São Paulo, v. 188, n. 188, p. 14-21, 2006.
- POLI, Maria Cristina; DEBIEUX-ROSA, Miriam. Experiência e Linguagem como Estratégias de Resistência. *Psicologia & Sociedade: Revista da ABRAPSO*, São Paulo, v. 21, p. 5-12, 2009.
- POLI, Maria Cristina. Perversão da cultura, neurose do laço social. *Ágora (Rio J.)* [online]. 2004, vol.7, n.1, pp. 39-54.
- POLI, Maria Cristina; SUSIN, Luciane. O Mal-Estar na Cultura e seu 'Sem Limite': a exclusão do sujeito em situações de miserabilidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E DIVERSIDADES CULTURAIS NO SÉCULO XXI: desafios para o reconhecimento no Estado Global, 1., 2011, Rio de Janeiro. [Anais]. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011. [Não publicado]
- QUINET, A. *Psicose e Laço Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- RASSIAL, Jean-Jacques. Cultura como Conceito Psicanalítico. *Revista Textura*, São Paulo, n. 6, p. 32-34, 2007.
- RICKES, Simone M. Entre a Sujeição e o Domínio, Vibra a Posição Sujeito: reverberações éticas de uma concepção do sujeito como lugar enunciativo. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 19, p. 15-24. maio/ago. 2007.
- ROSA, Miriam Debieux. A Pesquisa Psicanalítica dos Fenômenos Sociais e Políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, set. 2004.

_____. O Jovem e o Adolescente na Cena Social: a relação identificação, ato e inserção no grupo social. In: SEMINÁRIO JUVENTUDE JUVENTUDES: presente e devir, n., 2010, São Paulo. *Anais do Ciclo de Seminários Política Públicas em Debate*. São Paulo: FUNDAP, 2010.

_____. Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas. *Textura*, São Paulo, n. 2, p. 01-13, 2002.

_____. Uma Prática com Crianças: escuta psicanalítica e criação de estratégias de atendimento em contexto de exclusão e violência. In: MILMAN Lulli; BEZERRA Benilton (Org.). *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ROSA Miriam Debieux et al. *A Elaboração Coletiva do Trauma: a clínica do traumático*. Curitiba: CRV, 2010. (Escrita e Psicanálise, v. 2).

RUDGE, Ana Maria. *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SANTINI, Giovana. *Vila do Chocolatão: encontros da collage na arquitetura*. 1998. 192 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)— Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: USP, 2007.

_____. O Retorno do Território. *Territorio y Movimientos Sociales*, Buenos Aires, v. 6, n. 16, p. 255-261, ene./abr. 2005.

_____. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAURET, Marie-Jean. A Pesquisa Clínica em Psicanálise. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 89-194, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a Política da Memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo, n. 30, p. 71-98, jun. 2005.

_____. A cultura ou a sublime guerra entre Amor e Morte. In: *O Mal-Estar na Cultura (1930)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 34)..

SOLER, Collete. *A Psicanálise na Civilização*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

_____. Les Discours-écran (Os Discursos Tela). In: ALBERTI, Sônia; CARNEIRO RIBEIRO, M. A. (Org.). *Retorno do Exílio: o corpo entre a psicanálise e a ciência*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004a.

_____. Trauma e Fantasia. *Stylus: Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 45-59, out. 2004b.

SPOSATI, Aldaiza. O Estado e o Direito dos “Necessitados Sociais”. In: SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. *Os Direitos dos Desassistidos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

TOROSSIAN, Sandra. Políticas Públicas e Modos de Viver: a produção de sentidos sobre a Vulnerabilidade. In: CRUZ, L.; GUARESCHI, N. (Org.). *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Pobreza e Exclusão Social: expressão da questão social no Brasil*. Temporalis, Brasília, v. 2, n. 3, p. 33-40, 2001.

ZIZEK, Slavoj. *Como Ler Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.